



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 65, SÁBADO, 11 DE MAIO DE 2019

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODE/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 68ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE MAIO DE 2019

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	8
1.2.2 – Realização de sessão	
Realização de sessão especial em 13 de maio de 2019, às 10 horas, destinada a homenagear o codificador do espiritismo, Allan Kardec, nos termos do Requerimento nº 315/2019, do Senador Eduardo Girão e outros senadores.	8
1.2.3 – Oradores	
Senador Jorge Kajuru – Considerações sobre a crise financeira do País. Apresentação de projeto de lei de autoria de S. Exa. que altera a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Críticas à indicação do Sr. Alexandre Baldy para ocupar o Ministério das Cidades. Manifestação contrária acerca de escolhas apresentadas pela assessoria de comunicação do Governo Federal para realização de propagandas sobre a reforma da previdência.	8
Senador Paulo Paim – Comentários a respeito da carta dos Governadores, no que tange à reforma da previdência. Elogios ao programa Jovem Senador. Críticas ao Decreto nº 9.785, de 2019, que facilita o uso de armas de fogo.	17
Senador Styvenson Valentim – Comentários sobre a importância do Movimento Maio Amarelo, que se destina a conscientizar a população quanto aos altos índices de mortos e feridos no trânsito. Manifestação contrária à retirada de radares das rodovias e à liberação de bebidas alcoólicas em estádios de futebol. Considerações a respeito do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, que dispõe sobre as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e trata do financiamento das políticas públicas sobre drogas.	24
Senador Eduardo Girão – Saudação ao Juiz Federal, Antonio Claudio Macedo, presente no Plenário da Casa e indicação deste para participação de audiência referente à reforma da previdência, na CDH. Indignação com as condições estabelecidas no Edital de Licitação nº 27, de 2019, destinado ao fornecimento de refeições aos ministros do STF. Considerações sobre o ajuizamento de ação popular movida contra a citada licitação. Apoio à CPI dos Tribunais Superiores.	36



Senador Chico Rodrigues – Críticas à proliferação de barreiras eletrônicas que fiscalizam a velocidade dos veículos no Estado de Roraima, com destaque para a capital, Boa Vista. Defesa de maiores investimentos em educação no trânsito em detrimento da instalação de novos pontos de fiscalização. Registro de encontro, nesta data, de S. Exa. com o Embaixador da República Cooperativa da Guiana.	45
1.3 – ENCERRAMENTO	51
2 – ATA DA 69ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 10 DE MAIO DE 2019	
2.1 – ABERTURA	53
2.2 – FINALIDADE DE SESSÃO	
Destinada a homenagear a Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos do Requerimento nº 91/2019, do Senador Izalci Lucas e outros senadores.	53
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pela Banda Sinfônica da Polícia Militar do Distrito Federal	53
2.2.2 – Exibição de vídeo em homenagem à Polícia Militar	53
2.2.3 – Fala da Presidência (Senador Izalci Lucas)	53
2.2.4 – Entrega dos certificados de honra ao mérito aos Srs. Rodrigo Silvério dos Santos e Ricardo Rócio Monteiro	55
2.2.5 – História da Polícia Militar do Distrito Federal narrada por Nyedja Gennari	55
2.2.6 – Oradores	
Sr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz, Ministro do Supremo Tribunal Militar	56
Senador Wellington Fagundes	57
Sra. Sheyla Soares Sampaio, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal	59
Senador Styvenson Valentim	62
2.2.7 – Execução da canção da Polícia Militar pela Banda Sinfônica da Polícia Militar do Distrito Federal	66
2.3 – ENCERRAMENTO	66

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 68ª SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 218/2017; 89, 98, 115, 122, 174 e 178/2018 sejam apreciados pelo Plenário (Memorando nº 18/2019-CCT).	68
--	----

3.1.2 – Arquivamento

Arquivamento do Ofício "S" nº 21/2017.	71
---	----



3.1.3 – Comunicação

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de que foi dado conhecimento aos seus membros do teor dos Ofícios nºs 4 e 7/2019, com manifestação pela autuação do processo como Ofício "S" nº 11/2019, nos termos da Instrução Normativa nº 12/2019, da Secretária-Geral da Mesa (**Ofício nº 12/2019**) 73

3.1.4 – Encaminhamento de matérias

Encaminhamento dos Avisos nºs 129, 132, 133, 138 e 175/2019-TCU para conhecimento e manifestação das Comissões competentes, nos termos da Instrução Normativa nº 12/2019, da Secretária-Geral da Mesa. 82

3.1.5 – Inclusão em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Decreto Legislativo nº 57/2019. 84

3.1.6 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 368/2019, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 196/2014, sancionado e convertido na Lei nº 13.821/2019. 86

Nº 369/2019, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 302/2015, sancionado e convertido na Lei nº 13.822/2019. 86

Nº 370/2019, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 314/2017, sancionado e convertido na Lei nº 13.820/2019. 86

3.1.7 – Projeto de Lei

Nº 2745/2019 (apresentado como conclusão do Parecer nº 41/2019-CDH), que *altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre o direito ao reconhecimento da identidade de gênero, permitindo a mudança do registro do prenome e do sexo da pessoa nos documentos de identificação, quando comprovadamente divergentes*. 91

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 2.745/2019. 105

3.1.8 – Projeto de Resolução

Nº 44/2019, do Senador Roberto Rocha e outro senador, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil – Israel*. 107

3.1.9 – Requerimento

Nº 386/2019, do Senador Izalci Lucas, de retirada do Requerimento nº 90/2019. **Deferido.** 115

PARTE III

4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA 118

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 120

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 123

7 – LIDERANÇAS 124



8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	126
9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	128
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	130
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	160



Ata da 68ª Sessão, Não Deliberativa,
em 10 de maio de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência dos Srs. Izalci Lucas, Eduardo Girão e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e encerra-se às 12 horas e 13 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocando para uma sessão especial, a realizar-se no dia 13 de maio, segunda-feira, às 10 horas, destinada a homenagear o codificador do espiritismo Allan Kardec, pela passagem dos 150 anos do seu falecimento, nos termos do Requerimento 315, de 2019.

Lembrando que hoje à tarde também, às 14h, estaremos promovendo a sessão solene em homenagem à Polícia Militar do Distrito Federal. Estão todos convidados.

Sessão não deliberativa. Há oradores inscritos e o primeiro orador inscrito, o sempre presente, Senador do PSB de Goiás, é o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discursar.) – Brasileiros e brasileiras, minhas únicas V. Exas., meus únicos patrões, como empregado público que sou dos senhores e das senhoras, procuro sempre traduzir aqui todo dia, ao subir nesta tribuna – e só falhei uma vez, por estar internado, em função da hipoglicemia, com o médico Dr. Paulo Reis –, traduzir o que vocês querem de um Parlamentar, esperam, e falar exatamente o que vocês da Pátria amada gostariam de falar se aqui estivessem.

Sei que da mesma forma agem e pensam Senadores como quem preside esta sessão, exemplo do Distrito Federal, o estimado amigo Izalci Lucas, e há 32 anos exemplarmente também assim age o também estimado amigo, o Senador gaúcho Paulo Paim.

Eu gosto de começar, antes de entrar diretamente na pauta, lembrando algum pensamento. O de hoje: "Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar, de invejar sua coragem de anunciar e denunciar. Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina". É de Paulo Freire.

Fiz a minha parte. E aqui enalteço o Senador Flávio Bolsonaro, que me trata com muito carinho, respeito e educação desde o começo, e que ontem disse claramente a mim e ele sabe que não há *off* comigo. "Kajuru, entrega a capivara desse cara que eu imediatamente colocarei nas mãos de meu pai". Fiz assim. Entreguei toda a capivara, toda a folha corrida de quem faz parte de uma quadrilha e quer porque quer assumir um ministério. Semana que vem abordarei, até porque hoje chegarão mais documentos em relação aos esquemas de Detran não só em Goiás mas em quase todo o Brasil.

Abordo hoje o desequilíbrio de finanças públicas nacionais. Manifesto de partida o mais profundo desacordo com os que alegam serem a gastança, o gigantismo estatal ou ainda a ineficiência da gestão pública as causas do descalabro que ameaça as finanças da União e já precipita no colapso as contas dos entes federados.

Cada um dos problemas citados tem importância e todos precisam ser abordados em busca de aperfeiçoamento e correção de erros. Agora, amigo Paim, amigo Izalci e Brasil, alardeá-los como causas determinantes de uma crise fiscal eterna é uma falácia destinada a ocultar da opinião pública o verdadeiro jogo de interesses e as disputas em torno da destinação dos recursos do Orçamento Público.



Trata-se de uma disputa cujo resultado tem e teve papel determinante nas últimas décadas na definição do perfil da economia nacional e no desenvolvimento social do País. Em tempos de pós-verdade, de amnésia provocada por uma carga avassaladora de notícias sem nenhum compromisso com a verdade e com a história, dirigidas exclusivamente à criação de uma "imagem dominante" que atende sempre a interesses econômicos e políticos, não é demais lembrar aqui alguns fatos históricos.

Parece inacreditável que o Brasil, durante 80 anos do século XX, tenha sido o País com maior crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) no mundo. Atingimos uma média de crescimento anual próxima de 6%. Após 1980 até o ano passado, 2018, ou seja, durante os últimos quase 40 anos, essa média caiu para menos de 3%. E qual a razão dessa inversão?

Nesse mesmo período, a indústria chegou a representar 30% do PIB; hoje é pouco mais de 11%. A participação da renda do trabalho na riqueza nacional encolheu. A concentração da riqueza chegou a um quadro absurdo, onde os seis homens mais ricos deste País têm mais riqueza do que a metade mais pobre da população, ou seja, seis pessoas têm neste Brasil mais do que cem milhões – do que cem milhões!

O fato determinante para que se tivesse estabelecido no Brasil um modelo econômico baseado na apropriação e na concentração da riqueza já criada, acumulada, e não na produção de novas riquezas, ou seja, um modelo parasitário e rentista, foi a hegemonia financeira e exportadora na economia nacional, que se consolidou justamente no período democrático, e através de quê? Do endividamento público, combinado com a prática de juros absurdamente elevados.

A memória deve ser exercitada por aqueles que se esqueceram de que, no reinado do príncipe dos sociólogos FHC, Fernando Henrique Cardoso, o Tesouro Nacional chegou a pagar juros de 40% ao mês para os rentistas. Incorporou-se na ideologia dominante o mantra do ajuste fiscal, transformado em disfarce mal-ajambrado para denominar a transferência de recursos do Tesouro para os rentistas. Assim, instituiu-se a vaca sagrada que está matando a economia brasileira, denominada dívida pública. Essa perversão retirou dos cofres públicos, nos últimos 25 anos, algo que se aproxima de R\$3 trilhões. Apesar de tamanha sangria, a dívida pública, que nunca financiou um hospital ou uma escola, uma estrada ou uma indústria, ultrapassa hoje os R\$4 trilhões.

A rolagem e a amortização desse verdadeiro mecanismo de extorsão engoliriam anualmente mais da metade do Orçamento da União. A galope, devoram cada ajuste e exigem um novo, com cortes mais drásticos nas verbas que deveriam prover as políticas sociais, a seguridade, a saúde, a educação e os investimentos em infraestrutura, além da inovação.

Concluindo, assim consolidou-se um padrão de baixíssimo crescimento econômico, uma vez que o Estado se tornou fiador, indutor e caixa principal do rentismo. Todos os círculos da elite econômica se balançam na rede da usura: presidentes de federações de indústria são banqueiros, redes de loja são financiadoras de crediários, veículos de comunicação compensam prejuízos operacionais com lucros financeiros obtidos através do poder de legitimar a propaganda especulativa. Nos balanços das empresas, o lucro financeiro é a cara da bonança.

Esse mecanismo se formou combinado às renúncias do Estado brasileiro em tributar os ganhos financeiros, rentistas e especulativos.

Agora estamos diante da crônica de um novo colapso anunciado das finanças públicas do Brasil. Aí, vem aquela velha frase: "O Brasil vai quebrar! O Brasil vai quebrar! O Brasil vai quebrar!", gruem e gruem, dia e noite, os corvos do mal agouro.



Para o Brasil não quebrar é preciso queimar na fogueira do mercado os recursos que hoje custeiam uma previdência miserável; pagam uma educação pobre e subdesenvolvida; e subfinanciam um Sistema Único de Saúde lindo no papel e aterrorizante para quem dele precisa se socorrer – queimar literalmente tudo que se pareça civilizatório.

Sim, senhoras e senhores, Senadoras e Senadores...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Kajuru, no momento mais adequado, eu vou pedir um aparte.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com muito prazer, Senador Paulo Paim. Estou nas últimas palavras.

A situação, e o senhor sabe, o Sr. Izalci sabe, a situação das finanças é grave, gravíssima. Não pode ser culpado o Presidente Jair Bolsonaro, é uma herança. Mas, Presidente, aí vem o seu lado, há tempo de mudar esse curso anticivilizatório.

Apresento, então, ao Senado um projeto de lei ilustrativo de que as soluções em discussão para salvar as finanças nacionais são determinadas por interesses. Quando analisamos uma proposta devemos nos perguntar: A quem interessa? A quem?

Pois bem, estou propondo uma simples revisão da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. A tabela que proponho é baseada em estudos da Anfp (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil). No projeto que apresento, quase 38% dos contribuintes serão isentados de qualquer pagamento de Imposto de Renda. Mais de 48% serão desonerados por alíquotas progressivas, variando entre 7,5% e 22%, muito inferior aos atuais 27%. Aproximadamente 3% dos contribuintes serão onerados por alíquotas de 35% e 40%, superiores aos 27% atuais. Fecho.

Essa tabela vem acompanhada de mudanças na Lei 9.249, de 1995, que permite a indecente isenção de qualquer tributação da distribuição de lucros e dividendos das pessoas jurídicas.

Essa jabuticaba brasileira é um bálsamo para os pejetizados que recebem altos salários sem tributação e para magnatas que nadam em dividendo bilionários, sangrando o Erário, mas é uma cicuta para as necessidades e os interesses do povo brasileiro.

Como eu disse, Pátria amada, aqui está uma demonstração singela de todas as políticas de ajuste que destroem o pouco dos serviços públicos de seguridade e de fundos de investimentos, sócias para aplacar a sede do mercado, são verdadeiros crimes contra os mais pobres. Com essa simples mudança na tabela do Imposto de Renda, reduzindo ou isentando a tributação para mais de 90% dos contribuintes e estabelecendo uma alíquota justa, a mesma dos países da OCDE, para os 3% mais ricos, ou seja, para pouco mais de 700 mil pessoas, concluo que podemos acrescentar R\$160 bilhões por ano aos cofres da União, pois, Senador Paim, para o seu rico aparte, pois nunca tiveram coragem de cobrar a contribuição devida à Nação pelos que têm mais, mais, e ponha mais nisso. Essa covardia repetida à exaustão nos ajuda a compreender que a democracia não esteve ao lado do povão, ajuda também a compreender por que o povão ameaça virar as costas para a democracia.

Agradecidíssimo. Aparte ao Senador Paulo Paim, com prazer, como bom entendedor de tudo que acabo de falar aqui, que tenho certeza de que, nesses 32 anos, já foi motivo de seu pronunciamento.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – Quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento com conteúdo. Quando as pessoas percebem V. Exa. na tribuna com uma série de documentos, são documentos, tenho certeza, frutos



de pesquisa, de estudo. Eu sempre digo que a gente não inventa números da nossa cabeça. São pesquisas feitas que a gente traz aqui para o debate no Plenário.

Cumprimento V. Exa. e começo o cumprimento pelo projeto que V. Exa. está apresentando da correção da tabela do Imposto de Renda. Se permite que eu resuma, é só atualizar pela inflação, porque não atualizaram. V. Exa. está dizendo isso: atualizem, porque a defasagem é enorme.

Segundo, V. Exa. também é muito feliz em toda a análise. E claro que vou apontar para a questão da previdência, porque V. Exa. diz: alguém faturou, ganhou durante todo esse período. Eu fiz ontem uma análise e fiz em palestras, tenho feito muitas palestras sobre a previdência. Eu gostaria de pegar, como foi na CPI da Previdência, da Constituinte para cá. Ali que apareceu aquela cesta composta de contribuições para a nossa seguridade. Mas peguei só os últimos 15 anos e provo que, nos últimos 15 anos, em média, vou fazer a média por baixo, com dados, com gráficos, inclusive também da Anfip, o superávit foi de no mínimo 50 bilhões por ano. Houve ano que foi 80, que foi 70, que foi 90, outro foi 30. E o que eles fazem? Eles pegam só o ano atual e dizem: "Ah, mas este ano teve um déficit de 50 bilhões".

Eu não nego esse déficit de 50 bilhões, mas pego 15 anos em que deu no mínimo 50 bilhões de superávit. Ora, se houve 15 anos de superávit de 50 bilhões, onde está o dinheiro? O gato comeu? E aí, só vale o último ano? O que é a previdência? É uma poupança do povo brasileiro, contribuindo empregado, empregador e a União, com tudo aquilo que arrecada.

Então lá, por isso que a gente fala que só com a DRU eles tiraram 1,5 trilhão, que a apropriação indébita atinge 50 bilhões. Eu digo, por que é que não aceitam o encontro de contas? Aí não aceitam, "Não, não, disso aí nós não queremos falar. Só queremos falar deste ano".

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí não dá, não é? Não dá. Porque aí o banqueiro, que é esperto, malandro, que só faturou e que é um dos maiores devedores, também não quer discutir. A palavra deles na CPI era: "Devo, não nego, não pago, estou discutindo na Justiça e estou esperando um perdão de vocês aí do Congresso Nacional".

É fácil jogar a conta para o trabalhador. Quando falam que vão economizar 1,2 trilhão, vão tirar de quem? Se vão economizar, vão tirar de alguém.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Dos mais?

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E vão tirar dos que ganham mais? Mas não vão coisa nenhuma! Vão tirar do BPC, vão tirar daquele abono que é de até dois salários mínimos, porque agora só vai ser um, vão tirar das mulheres e vão tirar dos trabalhadores que mais precisam. Vão tirar de onde, me expliquem de onde vai sair esse chamado 1,2 trilhão.

Ontem eu assisti ao debate na Câmara, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu também.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu assisti. Não conseguiu responder de onde vai sair esse 1,2 trilhão, porque ele teria que dizer que vai tirar dos mais pobres. Porque nessa reforma, os grandes sacrificados são o trabalhador rural, todo



mundo sabe, aqueles que ganham de dois salários para baixo são os grandes sacrificados e nós sabemos. Todo mundo sabe. Não adianta...

A grande mídia vende uma imagem só, e quando a gente aperta, eles: "Não, mas isso aí, pois é, vou ver, mas há economistas que discordam". Mas é legítima a discordância, não há problema nenhum.

Nós queremos, com o debate que haveremos de fazer na Câmara e também no Senado...

Eu só quero concluir com isto, Senador: eu espero que o Senado não vire uma Casa carimbadora, que só vá carimbar o que vem lá da Câmara dos Deputados, como foi na reforma trabalhista, que foi uma covardia. Sabe o que é covardia? Eu digo porque eu digo isso da tribuna diversas vezes. A reforma trabalhista, eu me lembro do Líder do Governo daquela tribuna dizendo o seguinte: "Paim, não te preocupe que sete artigos nós vamos vetar". Quantos vetaram? Estou imaginando como se ele estivesse ali. Nenhum vetaram. Ia dobrar o número de empregos do País em relação àquela taxa daquele período. Saiu de 12 milhões para 14 milhões.

Olha, eu quero estar vivo ainda...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Vai estar.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se passar essa reforma que está aí, eu quero voltar à tribuna e dizer: outra vez deram um golpe baixo no povo brasileiro, porque disseram a mesma coisa, que ia gerar emprego, meu Deus do céu! Tu tiras 1,2 trilhão da economia e bota na mão, no fundo do sistema financeiro. Isso vai gerar emprego? Não há essa matemática, nenhum economista do mundo defende isso. Aqui eles acham que é isso. É a salvação de tudo. Não vai haver problema nenhum no País.

Eu vejo na imprensa, cada vez que eu fico assistindo, eu digo, meu Deus do céu, isso é mentira. Parece que nem chuva vai... Se estiver chovendo, não vai chover, não é? Por causa da enchente. Agora, se faltar chuva, vai chover. Vejam o absurdo. A reforma da previdência é mágica.

Olhe, aqui, eu disputei já muito debate de reforma da previdência. Nenhum Governo fez a loucura de dizer que o foco de tudo é a reforma da previdência, como se tirar o salário do povo fosse resolver tudo! É o contrário! Se o povo tem dinheiro, ele compra; se ele compra, alguém produz; se alguém produz, gera emprego e gera lucro também para as partes. Por que o empresariado está apavorado? E com razão!

Eu quero só cumprimentar V. Exa. Parabéns!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Senador Paim.

Com certeza, enriquecendo o seu aparte, eu fico pensando, Senador Izalci – e foi uma proposta do Senador Paim –, e não entendo o porquê de não discutirmos aqui no Senado. A gente propôs dez, cinco de um lado e cinco de outro. Sabe o porquê? Porque, na verdade, eles têm medo, porque sabem que, aqui neste Senado, há gente preparada, estudando, discutindo, ouvindo grandes conselheiros, ouvindo todos os segmentos, gente que tem preocupação com a camada mais carente deste País. E aí discutem apenas lá na Câmara, sabendo eles que o nível aqui, inclusive, pode ser melhor. Eu tenho certeza de que nenhum Senador aqui vai desrespeitar ministro...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Kajuru, eu tenho certeza de que, mesmo eu presidindo a sessão, V. Exa. e nem o Senador Paim fariam qualquer objeção a uma interferência a...



O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro que não!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... um debate aqui...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Até porque estamos só nós três aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... até para enriquecer, para a gente ter um contraponto.

É evidente que não começamos ainda o debate aqui, é lógico que nós queremos debater, mas lembro que, pela primeira vez, eu acho, pelo que eu me lembro, o Senado fez uma Comissão para acompanhar. Isso não quer dizer que vai resolver, óbvio; chegando aqui, nós vamos discutir.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O Senado, hoje, tem uma Comissão específica acompanhando o que está acontecendo na Câmara e, muitas vezes, sugerindo já algumas medidas, mas é lógico que nós vamos debater isso aqui – e muito.

Eu só estou fazendo o contraponto de um ponto colocado pelo Senador Paim. O Senador Paim disse que, durante alguns anos, houve superávit, mas que sempre se fala apenas do déficit do ano. De fato, esse é o sistema. No sistema de partilha, quem trabalha paga o aposentado, não há poupança. Por isso, eu acho que a gente tem que ter uma poupança. Eu não quero dizer que o regime de capitalização seja apenas do trabalhador, acho que não, tem que haver também outras contribuições, mas essa poupança existiria se fosse o regime de capitalização. Como não fizeram, o dinheiro foi, todo ano, gasto.

Agora, há uma divergência aí – e nós vamos depois debater – com relação aos números da Anfip. Eu conheço a Anfip, sou um auditor também, mas a questão da DRU não é exatamente como... Não é um déficit normal, você tira e coloca ao mesmo tempo no Orçamento. E há uma diferença de composição ali nos cálculos da Anfip.

Agora, eu acho que sim, que V. Exas. têm razão. Eu até sugeriria já que nós pudéssemos começar o debate, não há nenhuma dificuldade, com audiências públicas e tal.

É um tema importante. Eu não tenho nenhuma dúvida – não só eu como 75% dos brasileiros – de que a reforma é necessária. Agora, como fazer é que nós temos que ter a capacidade de chegar a um consenso e aprovar uma medida que realmente resolva e que garanta o pagamento das aposentadorias.

Eu estive, ontem, na reunião com os Governadores...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Anteontem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Ontem ou antes de ontem, eu estive com os Governadores e com o Presidente da República. Os Governadores estão falidos, todos os Estados e Municípios estão falidos, não conseguem pagar a aposentadoria.

Só que eu tenho uma ressalva em relação aos Governadores: eles querem que nós aprovemos tudo aqui, a reforma da União e dos Estados, e eles se isentam, ficando apenas com o bônus. O ônus fica com a Casa e o bônus fica com eles. Lá no Estado, eles criticam, batem, são contra...



O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É muito cômodo. Os Estaduais batem na gente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Nas reuniões aqui, todos eles, de oposição e situação, todos...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É unanimidade! Eles querem a aprovação incluindo os Estados. Portanto, a gente precisa ter uma transparência para ser muito claro qual vai ser o debate.

Por isso, eu concordo com V. Exas. que, mesmo tendo essa Comissão Especial, a gente pode e deve sempre fazer o debate, porque a população precisa acompanhar, inclusive com o contraponto. Eu conheço já alguns números, mas a gente precisa realmente ter a oportunidade de sentar e conversar ponto a ponto.

Parabenizo V. Exa. É um tema que a gente precisa expor e debater, com a população interagindo também para conhecer o que está acontecendo para não ficar... Eu fiz uma crítica ontem, porque eu fiz uma audiência pública, que era de autoria do Senador Jaques Wagner e que subscrevi, porque, no dia de aprovar, ele não estava – eu a subscrevi para aprovar o requerimento. Como sempre o Senador Paim diz e V. Exa. também, temos de ter o debate e o contraponto. Nós fomos discutir a questão da TAG, do gás e do petróleo. A Petrobras não veio e a ANP também não compareceu. Aí ficou apenas um lado. Ontem, conversei com a Petrobras e a ANP e vou assinar novamente requerimento com o Senador Jaques Wagner para que eles venham aqui, assim como o Ministério das Minas e Energia, para a população conhecer o contraponto, porque não dá somente para ver um lado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro. Fica mão única.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu acho importante esse debate.

Parabéns a V. Exa. pela intervenção e também pelo discurso.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Senador, só para contribuir, rapidamente, porque eu já fiz uma fala de dez minutos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas é rico demais. Estamos só nós três aqui, proporcionado um debate riquíssimo.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – Primeiro, a Comissão Especial. Não dá – é para isto que eu quero alertar – para achar que sejam dez ou doze Senadores que estão olhando, nós também estamos olhando. Eu assisto todo dia aos debates daquela Comissão Especial.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu também.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A minha preocupação é dizerem: "Não, mas já teve uma Comissão Especial que já esteve acompanhando". Pode haver dez, vinte, trinta Comissões! Eu quero uma Comissão Especial para ir ao Chile, por exemplo, mas não aprovam! Quero que a gente vá lá para ver *in loco* se essa tal de capitalização é boa ou é ruim. Eu acho que é o fim do mundo a capitalização. É a minha opinião, é claro. E o debate vai apontar caminho. Eu acho que é o fim do mundo.



Quanto ao regime de repartição, pelo amor de Deus! É uma administração de todas as fontes de recursos que vão para a previdência. Eu não vou achar que nenhum dos ministros que passaram na previdência seria tão irresponsável de queimar o dinheiro que sobrou, o excedente de cada ano. Iam botar fogo no dinheiro? Iam entregar para quem quisesse? Não!

Eu fiz um debate em Porto Alegre com o ex-Ministro...

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Jair Soares. Ele deu um *show*! Ele foi do DEM, foi do PP, foi da Arena. Ele deu um *show*! Ele foi Ministro...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu fiquei sabendo.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e mostrou que o excedente ficava lá. Bom! Se depois alguém meteu a mão e entregaram não sei para quem – e não vou aqui acusar ninguém –, é um problema de quem fez isso. Agora, não dá para dizer que, quando há superávit, não vale; quando há déficit, vale. E aí mandam a conta para o povão pagar de novo. Aí querem tirar o dinheiro de quem? De quem ganha o salário mínimo, de quem ganha o abono, de quem ganha BPC, de quem é deficiente, de quem é inválido. É isso que não dá, mas o debate há de apontar caminhos.

Eu, ontem, falava com uma emissora de caráter nacional. Por dez minutos, eu fiquei na capitalização, propositalmente. Eu podia falar de todos os problemas que há, mas fiquei na capitalização, porque eu acho que é o prejuízo número um. É um assalto ao bolso do povo brasileiro para entregar mais uma vez para o sistema financeiro. Isso é inaceitável! O mundo mostrou isso, os debates mostram isso.

E concluo dizendo: há dois requerimentos na Mesa – um meu e outro do Senador Telmário – há mais de um mês. Nós estamos só pedindo o seguinte: vamos trazer cinco que defendem a reforma...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – De um lado e de outro.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e cinco que não defendem, mas vamos trazer especialistas. Se quiserem, eu trago até alguém do Chile – vamos nos cotizar e trazer alguém do Chile – para vir aqui e falar. Se quiserem trazer duas pessoas do Chile, podem trazer também, mas não querem. Parece que não aceitam... "Ah, mas o debate é lá na Comissão!" Qual é o problema? A gente discute tanta coisa neste Plenário, com a chamada Comissão Geral ou sessão temática! Por que não discutir a previdência aqui, com posições contrárias e favoráveis, naturalmente, com alguém contra e alguém a favor? O que eu estou pedindo muito é isso. Eu faço audiência na Comissão. Sabem quantas eu fiz já? Foram 30 – 30 na Comissão –, mas, na Comissão, é uma coisa; no Plenário do Senado...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É outra!

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... ou mesmo no da Câmara, é outra coisa. Eu sei que, na Câmara, eles vão fazer – na Câmara, vão fazer. Eu espero que a gente aqui faça, porque, só acompanhar de longe e depois dizer: "Não, nós vamos votar, porque nós já acompanhamos lá na Câmara". Não acompanhamos, não! Isso não é verdade! O Senador Otto Alencar até me convidou para ir à Comissão Especial. Eu vou lá, mas ali



nós vamos discutir o que nós estamos vendo na imprensa. Eu quero fazer um debate profundo aqui e, depois, sim, nas Comissões, se o projeto chegar aqui.

Eu deixo muito claro o seguinte, para concluir: eu não sou contra, como alguns tentam dizer que sou, a reforma. Todos os governos a fizeram – todos, todos! E todo mundo sabe que o meu partido foi Governo durante 13, 15 anos. Todos fizeram reforma. Eu acho que é legítimo que este também apresente, mas uma reforma equilibrada, uma reforma para ajustar o que for necessário e não acabar com o sistema de solidariedade.

Eu fui Constituinte. Ulysses Guimarães, Mário Covas, Lula, Bernardo Cabral são pessoas que jamais eu vou esquecer – a maioria já faleceu, e, claro, alguns estão vivos. Foi um momento histórico. Ali nós fizemos um pacto social com o Brasil, e, por isso, ela é chamada de Constituição Cidadã, que alguns tentaram também dizer que nós não assinamos. Mentira! Peguem os *Anais* do Congresso. Se alguém pegar a Constituição, nós a assinamos, a bancada todo assinou – não fui só eu que assinei, não. Houve um debate, sim, na bancada, porque havia algumas contradições, mas venceu uma posição, que eu realmente também defendi, com muita tranquilidade, e todos nós a assinamos.

É isso que nós estamos discutindo. Querem tirar da Constituição o regime de repartição e receber um cheque em branco, para, depois, fazer o regime de capitalização, sem dizer o que será. "Ah, mas nós não sabemos ainda, nós não temos detalhes. Não sabemos se vai haver empregado e empregador. Não sabemos se vai haver contribuição. Não sabemos, não sabemos". O que vocês sabem? Sabem a do Chile. E vamos ser francos. Eu não gosto de citar nomes, mas o Ministro da Economia estava lá e ajudou a formatar aquela proposta do Chile de capitalização, e ninguém tem dúvida de que ela faliu, ninguém tem dúvida de que ela foi à falência.

Eu vou falar em seguida e vou falar de outro tema. Por isso, eu aproveitei o pronunciamento de V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O que é isso?!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É empolgante! É empolgante o tema! Vale a pena a discussão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Vale muito.

Presidente Izalci, é rápido, só me permita... Haverá a inauguração do novo Diretório Estadual do meu partido em Goiânia, e daí terei que sair, mas, pelo ponto eletrônico, via Rádio Senado, ouvirei os seus pronunciamentos...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... pois sempre faço questão disso.

Aqui, só para concluir o que disse no início, estou a serviço do Brasil. O que eu fiz o Senador Izalci faria, o Paim faria. Qualquer outro, qualquer outra, qualquer pessoa de bem – e aqui nós temos vários, diversos – faria um alerta ao Presidente, porque, felizmente, até agora, no Governo Bolsonaro, não há nenhum caso de corrupção estampado na imprensa, nos jornais. Felizmente e tomara que não haja. E, como eu quero torcer para ele dar certo no Governo, eu fiz questão de alertá-lo: "Se o senhor colocar esse goiano, que eu conheço bem, conheço até o preço dele, no Ministério das Cidades, vai ser o início de corrupção no seu Governo. Tome cuidado". E o filho dele felizmente falou: "Kajuru, me traz tudo". Eu falei: "Ligue para o Ronaldo Caiado, o



Governador, que é seu amigo, Presidente Bolsonaro. Pergunte quem é esse cidadão, o que ele é". Ontem, veio um Senador goiano dizer: "Não, ele é um homem de bem". Não, ele é um homem de bens, é diferente. "Não, ele é um empresário bem-sucedido". Não, ele é genro de um dos maiores empresários do Brasil, ou seja, a profissão dele é genro. Então, eu fiz isso.

E, para terminar, Presidente, ouça, com todo o respeito, a sua assessoria de comunicação não pode cometer um erro desse. Reforma da previdência, como destacou bem o Presidente Izalci aqui, é empolgante, o assunto é importante, é prioritário. Reforma da previdência! Sabem quem a assessoria de comunicação aconselhou o Presidente para ser garota-propaganda na televisão para defender a reforma da previdência. Alguém aqui sabe? Pasmem! É aquela apresentadora de televisão Luciana Gimenez.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Desculpem a brincadeira, porque, no final de semana, a gente precisa de bom humor. A Luciana Gimenez não tem nenhuma noção do que é trabalho; de previdência, de aposentadoria, ela só tem uma especialidade: ela sabe se aposentar, graças a Mick Jagger. Essa é a única virtude dela, especialista em aposentadoria, em 30 segundos com o Mick Jagger.

Tem que ser uma pessoa de credibilidade. Se querem uma apresentadora, um apresentador, alguém da televisão, ponham alguém que o Brasil respeite. Pelo amor de Deus, que assessoria é essa?"

Agradecidíssimo.

Bom fim de semana. Faz bem fazer o bem. Não custa nada amar ao próximo e, se não puder amá-lo, pelo menos não o prejudique. Saúde, paz e Deus a todos e a todas.

Agradecidíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabéns a V. Exa. pelas colocações.

E convido já o nosso querido e sempre presente também Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Presidente Izalci, Senador Kajuru, eu vou falar sobre outro tema, mas, como eu acompanhei, só vou fazer um registro aqui da carta dos Governadores, só a letra "b".

Eu acompanhei, de novo, a grande mídia dizendo que os Governadores reunidos são todos favoráveis à reforma da previdência. Agora, não dizem do que eles discordam. Eles são favoráveis em parte, como todos nós. Não discordamos de fazer o debate, aprimorar e fazer uma reforma em que, de fato, os grandes sejam aqueles que vão ajustar essa reforma. Por exemplo, os banqueiros ganharam R\$100 bilhões e estão ganhando cada vez mais. Vamos pegar só a letra "b" da carta dos Governadores:

Quanto à Reforma Previdenciária, consideramos que se trata de um debate necessário para o Brasil [como aqui todos nós colocamos], contudo posicionamo-nos em defesa dos mais pobres, tais como beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social, aposentados rurais e [aqueles que dependem] por invalidez, mulheres, entre outros, pois o peso [...] [do tal déficit] não pode cair sobre os que mais precisam de proteção previdenciária. Também manifestamos nossa rejeição à proposta de desconstitucionalizar a Previdência Social, retirando da Constituição garantias fundamentais aos cidadãos. Do mesmo modo,



consideramos imprescindível retirar da proposta a previsão do [...] regime de capitalização.

Que fique claro. Não é só BPC e rural, os Governadores, mediante a carta que aqui eu tenho, assinada por Senador Wellington Dias, Flávio Dino, Rui Costa, Paulo Câmara, Camilo Santana, João Azevedo, Belivaldo Chagas, José Luciano Barbosa da Silva e tantos outros, entendem que a capitalização não pode passar. Eles justificam outras propostas. Não vou me alongar de novo nesse tema, que, mediante os apartes que fiz, deixei muito claro.

Eu só queria fazer um apelo: quando a mídia falar dos Governadores, eles sabem que há divergências. Não nego que há alguns que defendem a reforma pior do que está até, desde que mandem dinheiro para seu Estado. Infelizmente, eu aponto para o Sul e eu sou do Rio Grande do Sul. Aprovam qualquer reforma desde que o Estado seja abastecido de dinheiro para o viés político que ele defende pensando já nas próximas eleições.

Sr. Presidente, eu quero fazer alguns registros aproveitando esta sexta-feira quando o Plenário está vazio.

Eu queria primeiro cumprimentar esta Casa pelo programa Jovem Senador. É com alegria que eu faço esse destaque, porque também essa iniciativa do programa Jovem Senador é de nossa autoria. Tenho orgulho de lembrar que a Resolução nº 42, de 2010, que regulamenta o programa, teve origem numa proposta que aqui apresentei. E tenho esperança, porque eu tenho convicção de que o jovem brasileiro tem que participar da política. Ou vão querer agora que os estudantes na universidade, quando o Governo anuncia que vai haver um corte de 30%, não possam se manifestar, não possam fazer passeata, não possam fazer debate no *campus* da universidade? Claro que podem! O meu sonho é que a juventude de hoje esteja no futuro aqui no Senado liderando o povo brasileiro. E como é que eles serão, no futuro, Vereadores, Prefeitos, Governadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Presidente da República, se disserem para eles: "Não façam política. É proibido fazer política"?

Ora, eu estudei, eu fui presidente de sala de aula, fui presidente de grêmio, fui presidente de ginásio noturno para trabalhadores e hoje sou Senador da República! E nasci numa casinha simples, como diz o outro, de sapé, do lado do Rio Tega, lá de Caxias do Sul – quem conhece Caxias lembra. Agora, foi por eu ter esse viés de acreditar no meu País, de acreditar no povo brasileiro... E tudo aquilo que eu via lá embaixo nas favelas eu sonhava um dia estar aqui para defender, mas para defender os que mais precisam, porque, para defender os ricos, pessoal, para defender banqueiro, já há gente até demais!

Por isso, minhas palmas a essa juventude brasileira, que está se movimentando, que não vai aceitar essa redução dos cortes nos investimentos na educação. Qualquer país do mundo sabe: o caminho para o sucesso de um povo, de uma nação, é investir na educação.

Por isso, eu venho à tribuna no dia de hoje para fortalecer esse programa. O objetivo do programa Jovem Senador é estimular os estudantes a fazer política, ora! Eles vêm aqui para quê? Eles vão vir para o Senado e vão dizer assim: "Olha, eu estou aqui no Senado, mas eu não vim aqui fazer política, não!". É isso? Vão vir do Brasil todo delegações e delegações. E o Senado é o coração, é a alma da política do nosso povo! E querer que eles venham aqui sem poder falar em política é como querer amordaçá-los. E ninguém vai amordaçar a nossa juventude. E, por isso, eu quero cumprimentar muito todas as escolas que estão participando desse debate.

O tema deste ano é: cidadão que acompanha o orçamento público dá valor ao Brasil. Acompanhar o orçamento público é política. A emenda do teto, por exemplo, eles vão discutir,



assim como a mudança na política do reajuste salarial, que deu certo, mas agora querem tirar simplesmente aquele percentualzinho. Eu já vi economistas conceituados dizendo que o PIB, este ano, ia ser 3%, 4%, 5%; agora, meio cabisbaixos, eles já falam em 1,5%, 0,5% e até negativo. Eu não quero isso, eu quero que seja positivo, mas é importante a coerência, e saber enfrentar e discutir o momento que nós estamos vivendo.

Alguns números sobre esse importante programa.

Para vocês terem ideia, de 2011 a 2018, esse programa mobilizou mais de 1,5 milhão de estudantes em todo o Brasil e quase 42 mil professores. Desde 2011, os participantes do programa apresentaram aqui meia centena de proposições. Destaco uma só, porque eu não quero falar de todas: o PLS 426, já aprovado nesta Casa, muito importante. Esse projeto dispõe sobre a assistência a estudante do ensino médio da rede pública, para que ingresse em cursos superiores e no mercado de trabalho.

A educação transforma, a educação evolui, a educação mostra e aponta para a luz no fundo do túnel para toda a nossa gente. Quando eu falo em educação, não é só a universidade; eu falo dos institutos, eu falo do ensino técnico, eu falo de investimento do jardim de infância ao último estágio, que é a universidade. A educação transformou a vida de cada um dos participantes, levando-os a desejar transformar a vida de outros. Isso é o que eu desejo. É o Poder Legislativo, o poder da política.

Senador Girão, V. Exa. é novo na Casa, mas como é bom ver um Senador novo chegando e com a atuação que V. Exa. está tendo. Como é bom pensar que filhos de operários, de trabalhadores, que vão se interessar por esse debate da política, da construção de uma nação para todos, poderão estar aqui na tribuna como nós.

Eu me lembro de que vi V. Exa. ali na Comissão de Direitos Humanos – eu presidindo e todo mundo debatendo – e V. Exa. estava com um cartazinho na mão, defendendo as suas posições. É isso que temos que incentivar em nossa gente, ou vamos proibir que a nossa gente debata que país nós queremos? Debater que país nós queremos é fazer política, não há como.

Eu quero, mais uma vez, cumprimentar V. Exa. na questão do armamento. V. Exa. – e foi com diversos Senadores; eu vi que o Randolfe também citou ontem – foi falar com o Randolfe, foi falar comigo e com muita gente e deixou muito claro: "Quanto a essa questão de armar a população, sou contra e contem comigo". E V. Exa. tem sido impecável nessa questão, impecável!

O Senador Styvenson, Capitão da Polícia Militar, aqui da tribuna – acho até que ele está na Casa hoje também –, veio aqui e fez a mesma defesa que V. Exa. Isso é bom senso, é coerência. Achar que vamos colocar armas na mão de jovens, inclusive... Em vez de ensinar que é o livro, a educação, que esse é o segredo do sucesso, ele poderá andar armado. Meu Deus do céu! Não é crítica pessoal a ninguém, pessoal. Nós falamos aqui sobre causas, sobre conceito de sociedade.

Senador Girão, é sempre uma alegria receber um aparte de V. Exa.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para apartear.) – Senador Paulo Paim, Presidente Senador Izalci, cada vez mais, eu admiro V. Exa. pela sua sabedoria – acho que a palavra que mais define é sabedoria.

Eu já o conhecia há muito tempo, já o admirava pela sua luta pelos mais pobres, pelos aposentados – é considerado o pai dos aposentados. Você sempre com muita coragem, ousadia no bem para defendê-los, e eu podendo participar da Comissão de que V. Exa. é o Presidente, que é a Comissão de Direitos Humanos – para mim, uma das mais importantes desta Casa, sem dúvida,



pelos temas que são envolvidos lá, com muita humanidade, com muita fraternidade, que é o que a gente precisa hoje.

O Brasil está precisando de luz, o Brasil está precisando, cada vez mais, de paz, o Brasil está precisando corrigir essa desigualdade, que é uma das maiores do planeta – a desigualdade social aqui do Brasil. E eu fico honrado em ser liderado por V. Exa., em ser presidido na Comissão de Direitos Humanos.

Agora, o senhor tocou num ponto que nós vamos ter oportunidade de debater na próxima semana, que é esta questão: houve, na minha opinião, com todo respeito a quem pensa diferente, foi uma liberação do porte de armas com esse decreto, decreto que deveria não ter ocorrido. Era para haver um debate aqui. Entrasse com um projeto de lei para debater, para ajustar o Estatuto do Desarmamento ou para revogar o Estatuto do Desarmamento, que seja. Esta Casa é uma Casa de debates. É um assunto tão importante que não pode ser feito por decreto. Não pode acontecer esse tipo de coisa, porque é até um desrespeito com os Parlamentares que estão aqui no Congresso.

Eu tenho também consciência de que o Presidente Jair Bolsonaro tem ótimas intenções com o País, no meu modo de entender. Está querendo realmente mudar muitas coisas que precisam ser mudadas no País. Agora, eu discordo, discordo desse decreto. Esta é uma pauta que eu estudo há décadas, essa questão das armas de fogo. Eu fico preocupado com as nossas gerações.

Agora, a minha esperança é que a gente consiga revogar, revogar nesta Casa, nas próximas semanas, porque essas 60 mil mortes que temos por arma de fogo no Brasil, violência, assassinatos, podem aumentar muito mais se cada um puder andar armado, como esse decreto está aí colocando. O Senador Randolfe colocou ontem que até em avião, até em avião, por esse decreto, se permite...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu ouvi a denúncia que ele fez hoje e a preocupação que ele mostrou. Acho que é importante V. Exa. falar agora dessa questão do avião, com que eu fiquei impactado ontem.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Então, assim, nós temos hoje, infelizmente, Senador Paulo Paim, um clima ainda, que não era mais para ter, de campanha. Campanha já passou. O momento é de ter serenidade. Nós estamos aqui para ajudar. Mesmo com a minha independência ao Governo, eu quero o bem do Brasil acima de tudo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos nós.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Todos nós queremos. E está sendo demonstrado aqui nesta Casa. Eu acho que é unânime aqui praticamente entre os nossos colegas Senadores.

Agora, nós não podemos agravar uma situação. Não é na base da bala, não é na base do ódio, não é na base da força que nós vamos resolver a situação. Nós temos é que capacitar as polícias. As polícias todas têm que realmente ter o equipamento adequado, treinamento, valorização – valorização em termos de salário, em termos de condições, em termos de viaturas, até armas. Agora, a população não é vocacionada para isso, não é vocacionada para andar com arma de fogo.

Briga de trânsito, com a intolerância que a gente tem, com o nervosismo que é da sociedade, uma sociedade que tem, Senador Paulo Paim, 13 milhões de desempregados, com essas



desigualdades que nós acabamos de citar, então, briga de trânsito, quantas vezes a gente não já presenciou isso?

Se as pessoas tiverem fácil acesso às armas, vão querer resolver naqueles cinco minutos de burrice que a gente tem por dia – minha avó dizia –, pelo menos. A gente pode, numa discussão com o chefe, já sair chateado do trabalho, ou de casa, com o nosso companheiro ou nossa companheira, e aí você é tomado por uma emoção cega e você pode fazer uma besteira de que vai se arrepender pelo resto da sua vida.

Então, eu digo para os brasileiros que estão nos assistindo agora: isso não é questão de direita ou de esquerda, nem de centro. Não é uma posição ideológica. É a ciência, são as estatísticas sociais que mostram que, quanto mais armas em circulação, mais violência, mais mortes.

Então, enquanto esse decreto não é revogado – se Deus quiser, vai ser revogado –, se afaste de arma de fogo, se afaste de arma de fogo. Ela não vai proteger, Senador Paulo Paim, mostram as estatísticas das universidades, inclusive dos Estados Unidos, que é um país que tem essa cultura bélica e em que acontecem tragédias por cima de tragédias lá.

Há uma estatística que mostra que, para uma reação com arma, uma reação, e você não está esperando, porque quem o ataca já está ali com aquele... O efeito surpresa é de quem te ataca. Mas, para cada reação bem-sucedida, 32, vou repetir, para cada reação a um ataque de arma de fogo bem-sucedida, 32 acabam mal. Olha só.

E essa arma do cidadão de bem vai parar onde, com o efeito surpresa do que está atacando? Vai parar na mão do crime. Essa arma vai migrar. É como você tirar um pirulito de uma criança, entendeu? Então, eu acho que nesse assunto a gente precisa ter calma, muita calma nessa hora, muita serenidade, e fazer esse bom debate.

É por isso que as polícias do mundo inteiro, inclusive dos Estados Unidos, recomendam que você não deve reagir. Não se deve reagir a um assalto, por exemplo, porque a tendência de você se dar mal é muito maior do que de você se dar bem. O problema é que as pessoas colocam nas redes sociais, Senador Paulo Paim – e existe esse trabalho que a gente percebe virtualmente das pessoas que são favoráveis às armas de fogo –, só mostram aqueles que dão certo, que são a minoria da minoria.

Então, se afaste de arma de fogo. A arma de fogo foi concebida, no século XV, com um único objetivo: matar. Matar. Não é para proteger. Para proteger, é o colete à prova de balas. Esse, sim, é para proteger.

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – A armadura, naquela época da idade média, era para proteger, não é?

Agora, as polícias é que têm que nos proteger, as polícias é que têm que ser valorizadas, com *blitze*, com trabalhos para nos proteger na sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Girão. Eu peço que se inclua na íntegra o pronunciamento, que eu assino embaixo, concordo plenamente.

Já que o Senador Styvenson chegou, eu, de fato, cada um na sua área, digamos, de mais conhecimento – no mais, nós somos todos generalistas... Eu cuido muito, claro, da previdência, enfim, dessa política em que eu mais atuo, na área de emprego e renda. Mas eu me surpreendi



ontem e eu disse... O Senador Styvenson, aqui deste mesmo lugar em que eu estou, disse: "Está aqui o decreto, e permite...". Ele disse: "Paim, não sou eu que estou dizendo, está escrito aqui". Eu me lembro de que ele falou isso. "Cada cidadão poderá ter acesso a 5 mil balas".

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí, quando eu o questionei: "É isso mesmo?", disse ele: "Vou ler para ti de novo, então". E ele leu: "5 mil cartuchos na mão de cada cidadão com a posse de arma". Mas isso eu acho que nem em estado de guerra é assegurado, nem em estado de guerra é assegurado que cada cidadão vai ter na sua casa, se ele puder comprar, naturalmente.

Então, eu digo: quem pode comprar 5 mil balas tem que ter um padrão de vida razoável. Esse vai comprar. E quem vai estar do outro lado? Um picareta, um ladrão, um bandido, porque esse rouba, contrabandeia, recebe. Então, teremos esse pessoal com 5 mil balas na mão, e o bandido com 5 mil balas na mão, porque chega lá e vai querer provar ainda que as 5 mil balas ele adquiriu de forma correta – o que não foi, e todo mundo sabe que não. Então, é preocupante.

Eu citei V. Exa., Senador Styvenson, ontem, muito mais nessa linha, dizendo que fiquei muito feliz com o seu depoimento e o do Senador Girão, que vão nessa linha de homens que estão lá e de mulheres, eu diria, claro, que estão lá na Comissão de Direitos Humanos. Eu não esperava uma postura diferente de V. Exa.

E vou fazer um apelo aqui a V. Exa. Sei que o meu tempo terminou, mas não há problema, porque fui enriquecido com o seu pronunciamento, muito enriquecido.

Na terça-feira, conforme acordamos e vamos cumprir, teremos um item único para o debate – vamos ver se conseguimos iniciar às 8h30 da manhã –, que é a questão de o preso ter que trabalhar.

Eu acho que vai ser unanimidade, ninguém é contra. Alguns ajustes aqui e ali que temos que fazer – e até avançamos ontem lá sob a Presidência de V. Exa. naquela questão também da 871. Vamos ter alguns ajustes.

Mas eu queria fazer um pedido aqui aos dois, a V. Exas. – e eu vou ter a ousadia, porque eu me comprometi a não entrar nenhum extrapauta, nem projeto, nem requerimento: eu queria entrar com um requerimento extrapauta assinado por todos nós para discutir esse decreto, para discutir o decreto, porque é urgente, o decreto já está na rua. Que a gente fizesse, no mais tardar, semana que vem, para dar um tempo de as pessoas serem convocadas para discutir o decreto. Trazer juízes, especialistas nessa área, enfim, em direitos humanos, em segurança e trazer, também, o Governo para um debate sobre esse tema.

Já sabemos que há uma série de iniciativas – iniciativa do Supremo, iniciativa de decreto legislativo para derrubar aqui –, mas eu acho que é importante também que nós aproveitemos, porque esta Comissão é a Comissão que tem... Para mim, não é a Comissão de Economia, não é a Comissão de Infraestrutura, não é de coisa nenhuma. É a Comissão de Direitos Humanos que tem que fazer o primeiro debate, porque isso é vida, é a defesa da nossa gente. Lá vamos convidar, livremente, quem pense favoravelmente ao armamento e quem é contra o armamento, é assim que a gente avança.

Então, eu fico aqui já, porque eu vou quebrar o protocolo, o nosso próprio acordo, se o Plenário concordar – porque o Plenário é soberano –, para que a gente faça um debate urgentemente sobre esse decreto.



Presidente, eu tinha mais um pronunciamento, mas, respeitando o tempo... V. Exa. foi generoso já. V. Exa. me deu muito mais do que 20 minutos.

Eu farei um outro pronunciamento, na segunda, sobre a crise política, econômica e a questão da desigualdade, mas, se V. Exa. permitir, direi só duas frases praticamente.

No ano passado, durante a minha campanha, Senador Izalci, tivemos muitos debates com os candidatos. E sabe que eu acabei defendendo um candidato que era o meu adversário. Achei que ele iria chegar, inclusive, em primeiro lugar, mas, infelizmente, ele não se elegeu.

Num dos debates, um dos debatedores – eram seis – disse que discordava muito – vou citar o nome aqui, porque ele foi Senador – do Senador Fogaça, porque ele é também um poeta.

Eu falava depois que ele e disse: "Olha, eu quero defender o Senador Fogaça". Estávamos eu e ele em primeiro lugar na pesquisa naquele momento. Depois eu entrei em segundo e o Luis Carlos acabou chegando em primeiro.

Eu quero defender o Senador Fogaça, independentemente da disputa eleitoral, de, nas pesquisas, ele estar em primeiro e eu estar em segundo. Sabe por quê? Porque eu gostaria muito que mais poetas, com a sua sensibilidade, estivessem na vida pública, na política, a debater os grandes temas do País.

Sr. Presidente, como eu escrevi aqui, saí em defesa do Senador, pois entendo, sim, que a sensibilidade, a visão humanitária dos poetas deveria estar mais junto de nós aqui, na Câmara dos Vereadores, na prefeitura, nos governos estaduais, na Câmara e no Senado e, por que não dizer, alguém que tenha a sensibilidade dos poetas na Presidência da República.

O poeta, eu diria, vive utopias, sonhos, realidades, reflexões. Os poetas são ousados, são corajosos, estudam, debatem, querem a boa política.

Eu podia lembrar aqui poetas que nem estudaram, mas o sentimento que vem da alma, do coração eles expressam com uma tal grandeza que apaixona todos nós. Por isso, esse vai ser o eixo do pronunciamento de segunda-feira, quando eu digo que quero mais sensibilidade, mais política humanitária, mais poetas. Aí eu lembro a importância, de novo, da educação, da cultura, do saber. E viver as emoções.

Eu nunca me esqueço – e aqui eu termino, Presidente – de que, num evento das Diretas Já, eu, sindicalista – vou falar só neste minutinho –, ia falar depois do Brizola, porque eles botavam um grande homem público e botavam um trabalhador. Eu cheguei para o Governador Brizola e disse: "Governador, esse público não para de bater palmas para o senhor. O senhor falou uns 40 minutos. Eu sei que eu vou falar cinco, mas o que eu vou dizer agora, Governador?". Ele passou a mão na minha cabeça e disse: "Ó, Paim [porque ele viu a lista de quem ia falar], fale só com o coração que você vai comunicar com essa população, e, com certeza, a emoção vai extrapolar, e você vai ser muito aplaudido". Segui a orientação do Governador e deu certo. Grande Governador, já falecido há muito tempo, Leonel Brizola.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Convido o próximo orador. Como o Senador Girão não se inscreveu, então, convido aqui o Senador Styvenson. V. Exa. tem a palavra.

Antes...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – No domingo é Dia das Mães – outros falarão também. Eu quero só dizer que



homenagear as mães é lutar pelo fim da violência contra a mulher. Há um estupro a cada 11 minutos e uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil.

Homenagear as mães – são só quatro frases, Presidente – é fortalecer a educação infantil, é garantir creche para os filhos; homenagear as mães é oferecer igualdade salarial para trabalho igual; homenagear as mães é permitir que as mulheres do campo e da cidade não sejam prejudicadas com a reforma da previdência e que tenham os seus direitos garantidos.

São quatro frases que eu vou botar nas minhas redes sociais como forma de homenagear as mães do Brasil, as filhas, enfim, todas as mulheres. A mãe adotante, a mãe adotiva, a mãe que foi adotada, enfim, todas as mães do nosso País.

Obrigado, Presidente, mais uma vez, pela tolerância de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu aproveito a oportunidade para fazer das palavras de V. Exa. as minhas palavras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Feliz Dia das Mães.

Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para discursar.) – Quando o senhor autorizar. Autorizado? (*Pausa.*)

Aos Senadores – Senador Girão, Paim, Izalci – e a todos que estão aqui, no Plenário, para quem está assistindo, para a minha mãe, em especial, e para todas as mães...

D. Edilma Valentim, um beijo, viu!

Amo de verdade todas as mães!

O que eu vim falar hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os que nos acompanham pela TV Senado, nas redes sociais... Este mês é maio, não é? Maio Amarelo e das mães também. É um mês também... Eu trabalhei muito, antes de chegar aqui e para chegar aqui, por esse trabalho. Então, o que eu vou relatar é sobre o Movimento Maio Amarelo.

Eu gosto sempre de lembrar, Sr. Presidente, que o que é bom e ruim depende do que e como fazer. Vou dar uma explicação para entenderem: um medicamento, por exemplo, a depender da dose, pode curar ou matar – um remédio; uma faca pode ajudar a preparar um alimento que nutre ou pode matar, dependendo do objeto. Com o carro não seria diferente: ele pode levar alguém para um passeio ou prestar um socorro para salvar vidas ou também para tirá-las. E por aí há vários exemplos do mau uso e do bom uso. O tema citado aqui antes era o armamento, e eu discurssei ontem sobre isto, sobre o mau uso de uma arma de fogo.

Então, o meu trabalho durante a Operação Lei Seca no meu Estado foi orientado por uma completa convicção: quem dirige de maneira irresponsável – isto eu digo de forma clara e certa – é um assassino em potencial. Não vai matar só um grupo ou só uma pessoa; vai matar famílias, vai se destruir.

Quando eu trabalhava para evitar que alguém, com a consciência alterada, estivesse ao volante, na verdade também estava buscando proteger aquela pessoa de si mesma – aquela que estava ali, naquele momento, na condução –, do potencial lesivo que ela representava.

Estamos no oitavo ano do período que a Assembleia Geral das Nações Unidas definiu como Década de Ação pela Segurança no Trânsito. O mês de maio recebeu o movimento chamado Maio Amarelo, com a meta de poupar, por meio de ações públicas nacionais, regionais e em nível



mundial, 5 milhões de vida até 2020. E por que essa medida? Porque um estudo da Organização Mundial da Saúde mostrou que, em 2009, aconteceu cerca de 1,3 milhão de mortes por acidentes de trânsito em 178 países. Foram quase 50 milhões de pessoas que sobreviveram a esses acidentes com sequelas.

Conscientizar a sociedade é um dos maiores desafios. O Ministério da Saúde tem divulgado números de redução dos índices de acidentes, mas isso não significa que o trabalho está concluído. Em 2015, os acidentes de trânsito somaram 38.651 pessoas afetadas; em 2016, foram 34.850. Desse total, um terço eram motociclistas.

A meta anunciada há quase uma década, que chegaria, em 2020, a pelo menos 19 mil registros, eu acho que ainda está longe de ser atingida.

Falo sobre esses dados hoje e mostro os dados mais recentes do Ministério da Saúde.

No ano de 2017, Presidente Izalci, os acidentes de trânsito causaram 35 mil internações, que custaram R\$48 milhões só aqui na Capital, no Distrito Federal.

Eu estou falando de números e dinheiro, mas eu vou chegar ao dano maior para a sociedade. Em 2016, os acidentes de trânsito foram responsáveis por 37.890 internações, a um custo de R\$54 milhões. Esse tipo de acidente é a segunda causa de morte entre as causas externas, e a maioria dos envolvidos são homens entre 20 e 39 anos. Então, entre 20 e 40 anos, os mais atingidos pelos acidentes ou pelas colisões de trânsito estão na idade laboral.

Um levantamento recente de seguradoras que administram o DPVAT mostra que, em nove Estados brasileiros, o trânsito matou mais no Brasil no ano passado do que crimes como homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte. Em São Paulo, 5.462 sinistros por acidentes fatais no trânsito contra 3.464 por crimes violentos. A gente estava falando aqui, Girão, de arma de fogo, mas o veículo e a motocicleta matam muito mais. E não é classificado como crimes violentos, senão esse número ia para a estratosfera.

Então, vou falar agora do meu Estado. O Rio Grande do Norte aparece em sétimo lugar entre os Estados no *ranking* de sinistros pagos pelo DPVAT. Em 2017, foram quase 10 mil sinistros. Em 2018, 7 mil. Só em Natal, quase 1.500, que é na capital. Mas, desses relatórios do DPVAT, o que mais me chamou atenção é que, no Rio Grande do Norte, 5.152 pessoas ficaram inválidas por causa de acidentes sofridos no trânsito. Eu falo acidente, mas sempre minha língua enrola quando eu vou falar acidentes. Eu quero falar com colisões, porque acidente é algo que a pessoa não planeja, não espera, é algo incalculável, que eu não estou aguardando. E colisões pode ser algo esperado, ocasionado.

Então, esse número, Presidente Izalci, 5.152 pessoas inválidas só no meu Estado – só em 2018. Se a tendência permanecer, em dez anos, vão ser 50 mil pessoas inválidas. São pessoas que estão saindo do mercado de trabalho, são pessoas que estão ficando dentro de casa. Ou de uma forma ou de outra, não estão mais produzindo para o nosso País.

Qual a consequência disso para a sociedade? Estou falando apenas do meu Estado agora, que aparece em oitavo lugar, como foi dito. Do total de indenizações pagas em todo o País no ano passado, 70% foram para acidentes de trânsito com vítimas que adquiriram algum tipo de invalidez permanente. Foram mais de 228 mil ocorrências nessa cobertura.

Com esse contingente, teríamos que pensar em políticas públicas de reinserção dessas pessoas na sociedade. Teríamos que alterar por completo a nossa atuação em termos de ações públicas. Então, vejo como uma variável que, se não for corrigida, se não for mudada, logo, logo vamos ter uma população inválida, completamente, só pelo trânsito. Então, precisa se repensar totalmente...



Eu sempre dizia, quando eu dava entrevista no meu Estado, que o Código de Trânsito é visto de forma não ameaçadora, de forma que não tem potencial quanto o Código Penal. Se houvesse punições mais rígidas para quem comete esse tipo de absurdo, reduziria bem mais esse número.

Então, dos nove Estados ranqueados, a seguradora alega que o meu está em oitavo lugar. Incrível como esse número... Falando eu fico pensando o quanto eu trabalhei para esvaziar hospitais durante as madrugadas, com o número de acidentes que aconteciam. Então, os crimes violentos somam 12.559 mortes no mesmo período. Se a gente for avaliar, os crimes de trânsito atingem números bem maiores. Os crimes que eu falei porque podem ser crime, porque não são avaliados como código penal. O potencial é menor. Então hoje dirigir sob influência de álcool "Ah, é uma besteira; eu consigo." Atingir velocidades absurdas em vias incompatíveis; "Besteira, meu carro pode." Por isso que a gente não tem essa associação com o Código Penal.

Esses números mostram problema do ponto de vista... Podemos olhar para as consequências da má conduta no trânsito, da falta de educação mesmo. Eu falo, Senador Izalci, que, para tirar a carteira de trânsito, são seis meses. E agora querem alterar para a carteira ser renovada num prazo bem maior, de dez anos. Eu vejo isso como um problema, porque o Código de Trânsito deveria estar sendo aplicado desde o primeiro dia de vida que a pessoa tem, para aprender a se comportar. Eu estou mostrando os números que evidenciam o estrago que causa para a sociedade não só em valores, mas em social.

Então, sendo o mês das mães, quantas mães, Senador Izalci, não perderam os filhos, quantos irmãos estão cuidando agora de uma pessoa que, por colisão de moto, um acidente, um atropelamento, está em cima da cama se alimentando por sonda? Esse número que eu tanto comentei aqui - e o meu Estado está nesse *ranking* - sobrecarregar o sistema de saúde é o mínimo, sobrecarregar as filas e os hospitais, os leitos, ocupar as macas das ambulâncias porque não há mais leito para comportar tantas pessoas acidentadas no trânsito ainda é um problema, que, se a gente for enxergar mais adiante, a manutenção dessas vidas depois, desses inválidos fica à custa de quem, além do familiar? É um custo para a seguridade social, desde o SUS até mesmo à manutenção da invalidez, BPC, assistência social, o que quiser vai cair na conta da sociedade.

Então, falar do maio amarelo, trazer esses números e trazer também, no mês das mães... Porque parece, Senador Girão, que o trânsito não tem essa importância. Eu trouxe aqui este tema para mostrar a importância em números para as vidas das pessoas que estão lá fora.

Eu acho que qualquer um que está me assistindo duas, três vezes por dia, deve assistir a alguma colisão e a alguma pessoa estendida no chão, a alguma ambulância passando, a uma moto ficando, um capacete. Isso é comum no nosso País. E quando a gente adentra para nos nossos interiores, onde o policiamento - como foi dito aqui, se existe uma falha de fiscalização, de segurança pública, de policiamento, por escassez de policiais rodoviários federais, policiais estaduais, por escassez desse tipo de policiamento, isso dá uma permissão de andar sem capacete, de andar em alta velocidade.

E ainda me questionaram o que é que eu achava de retirar os redutores de velocidade das BR! Ah, uma das causas maiores de acidentes, além da velocidade, da imprudência, da ingestão de bebida alcoólica é justamente esse sentimento de emulação de querer desenvolver velocidade no veículo! E isso, muitas vezes, carregando a própria família: "porque eu estou com pressa, eu estou atrasado", "porque eu preciso cortar esse caminho".

Então, Senador, não é a primeira vez que eu ocupo esta tribuna para falar que apresentei dois ou mais projetos de lei que tratam sobre o trânsito - uma está com o nobre Senador



Contarato, para dar relatoria, que destina o dinheiro das multas para a saúde, para a educação, para a segurança e para melhor engenharia de trânsito.

Agora, se o senhor me perguntar: "E aí, Styvenson, concorda com a retirada dos redutores de velocidade nas BRs?" É querer matar mais a população. Não existe indústria da multa, existe a irresponsabilidade. Existe o dolo, a vontade de querer errar, de cometer infração. Eu acho que não tem que tirar, não; tem de botar mais. Porque é um número absurdo. Se o senhor parar para pensar no número que eu estou falando aqui, a minha população, em cerca de 20 anos, então, vai ter um número crescente de invalidez, de pessoas, cada vez menos, na atividade laboral, na atividade trabalhista.

Se a gente pensar em reforma da previdência, que é um tema que, durante a audiência pública, eu levantei esse número, se a gente somar acidente de trabalho com acidente de trânsito, o número sobe mais ainda desse custo.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Styvenson, por gentileza um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Girão, eu peço a V. Exa. para fazer o aparte aqui em cima, presidindo, porque eu tenho que ir ao Ministério da Casa Civil. Vou pedir a V. Exa. que presida, até porque o próximo orador é V. Exa., aí o Senador Styvenson assume a Previdência.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Aí eu revezo com ele.

Então, levar e trazer aqui – antes que o senhor saia – esse tema para este mês; não pode ficar só no mês de maio, são doze meses. Como eu falei, acidentes estão acontecendo agora. O número é muito alto. Houve uma redução? Sim, houve. Se poderia reduzir mais? É preciso reduzir mais, é preciso diminuir, senão esse número vai chegar a atingir as nossas próprias famílias, famílias de quem a gente está falando agora e está assistindo.

Quando a gente fala em violência, a gente não pensa nesse tipo de violência, causado pela irresponsabilidade, pela má educação, pela falta de consciência, pela falta de fiscalização.

Então, o senhor vai...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Tchau, Senador Izalci.

Então, é isso. Pelos quatro anos que eu passei no policiamento de trânsito eu pude enxergar isso pessoalmente, por até agora estar falando sobre trânsito, palestrando para jovens, adolescentes, em CIPAs e empresas.

Então, achei oportuno trazer esse tema até aqui para que as pessoas pudessem ouvir e, através desses números, desse risco... Não pense que você vai ser capaz, não pense "eu consigo". Não é aquela contramão, não é subindo aquele acostamento para ganhar tempo, não é fazer aquela ultrapassagem forçada em linha contínua que vai levar você ao seu destino. Pelo contrário, pode levar você a um pior destino, que é a morte ou o hospital.

Então, para um País que tem uma deficiência, para um País que já tem hospitais superlotados por doenças, para um País que já tem números altíssimos de violência, como já foi dito aqui, que supera os crimes violentos no Código de Trânsito e muitos deles causados, como já disse, por, como já disse, má educação, irresponsabilidade, excesso de velocidade e por outras atitudes que poderiam ser evitadas... É um absurdo que a gente viva em um País em que a gente



vai ter que sustentar, a população vai ter que sustentar pessoas que vão se tornar incapazes, que vão perder os movimentos por um ato irresponsável, por um ato que muitas vezes poderia ser evitado.

Então, foi esse momento que eu trouxe, Senador Girão, pra gente poder...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Styvenson, permita-me um aparte.

A sua vida sempre foi pautada, o senhor é conhecido no Rio Grande do Norte e em todo o Brasil pela honradez, pela disciplina em cumprir a lei como policial, como coordenador da lei seca em seu Estado, que poupou milhares de vidas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Muitas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... e pela sua coragem em enquadrar poderosos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Ministros de Estado que estavam com problemas na hora de fiscalização, e você não se intimidou.

Quero dizer que o senhor tem autoridade moral para falar sobre esse assunto, que ceifa além de muitas vidas, o sofrimento e muitas mães.

Hoje é o dia... No domingo, no Dia das Mães, as famílias vão estar reunidas e muitas delas ou têm filhos inválidos ou têm filhos que foram mortos por causa do trânsito, por esse desrespeito que existe hoje no Brasil.

A gente tem muito que evoluir. Eu estava pegando aqui a notícia da *Época*, revista *Época Negócios*: "Acidentes de trânsito custam ao País, ao Brasil R\$146 bilhões por ano", não são milhões, não....

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – São bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Bilhões! E um detalhe, nesse cálculo não se consideram gastos com hospital e fisioterapia. Acredito que é muito mais.

Então, esse assunto é de extrema relevância. Desde o seu primeiro dia de mandato aqui, ficou claro que o senhor está legislando sobre esse assunto, projeto de lei, o relator é o Fabiano Contarato, o outro Senador ...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Que trabalhou na área.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... que trabalhou na área, extremamente dedicado e coerente, sensível.

E o senhor está de parabéns pelo trabalho. Acredito que é um assunto sobre o qual precisa ser jogada luz. Ontem, no meu Estado, no Ceará, nós tivemos uma notícia que vai impactar esse assunto. Infelizmente, a Assembleia Legislativa, os Deputados cearenses optaram, a maioria deles, por liberar as bebidas alcoólicas dentro de estádios novamente, mesmo que os índices tenham caído abruptamente com a proibição, em vários Estados do Brasil, diminui confusão, diminui violência. E, agora, contra esse processo civilizatório natural da humanidade, do conhecimento,



das informações, do bom-senso, a Assembleia Legislativa libera as bebidas alcoólicas pelo interesse do poder econômico, interesses realmente governamentais.

Mas tudo o que a gente planta, a gente vai colher. Vamos iniciar imediatamente uma campanha de conscientização, já que foi liberado, ainda existe a perspectiva de o Governador vetar. No Estado do Rio Grande do Sul, o Governador foi macho, o Governador foi corajoso e defendeu os interesses da sociedade e vetou. Vetou, mesmo a Assembleia tendo liberado, ele foi lá e vetou. No Estado do Ceará, ao que tudo indica, isso não deve acontecer, porque o Governador já declarou que é favorável, mas eu ainda tenho esperança, um bom-senso na última hora. Eu acredito no ser humano, eu acredito, e na mobilização popular também. E levar os dados que são claros, são estatísticas, pesquisas científicas, de que isso vai gerar violência.

A Maria da Penha, uma cearense, a Maria da Penha que levou o nome à lei contra a violência doméstica, ela que foi amiga de minha mãe, Erbene, fez uma nota se colocando contra a liberação das bebidas alcoólicas em estádios, mas mesmo assim foi liberado. E isso vai repercutir no trânsito, se for confirmado, porque a pessoa sai do estádio ou feliz demais ou triste, e alterado da consciência, vai pegar o carro, vai para casa, desconta na esposa...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É uma cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – É uma cadeia. Se o time perdeu ... Eu posso dizer isso porque fui presidente de um clube de futebol, Fortaleza Esporte Clube.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Se não houver briga no estádio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Fora a briga no estádio, que vai causar prejuízo ao clube.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Fora do estádio também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Fora do estádio, enfim.

Então, o senhor traz esse assunto aqui com extrema propriedade, porque conhece o tema. E conte conosco, conte conosco.

Estaremos à sua disposição para estarmos juntos nesses projetos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Quando o senhor falou que liberou bebida em estádio de futebol, eu trabalhei já em estádio de futebol, trabalhei. Fiz policiamento em estádio de futebol entre ABC e América: a briga começava já fora! A confusão, a contenção, o aparato policial gigantesco para um evento que deveria ser de confraternização, de felicidade. Viraram um campo de guerra hoje os jogos de futebol. E parece que é inócuo os jogadores se abraçarem, é inócuo fazer a propaganda, é inócuo dizer que o jogo é limpo, se as torcidas do lado de fora estão se destruindo.

Então, se me perguntam por que é que o capitão é tão intolerante com bebida, com droga, com tudo isso; é porque tira a racionalidade humana. Eu defendo aqui, Senador Paulo Paim, que a pessoa que dirige sob influência de álcool, a pessoa que sabe que não tem capacidade de dirigir, perdeu o equilíbrio, a coordenação motora, a fala... Para as pessoas que estão assistindo, eu tenho vários vídeos. Fui processado por colocar vídeos na internet, de teste de equilíbrio de pessoas que não tinham condição nenhuma de conduzir nem as pernas, mas estavam dentro de um veículo.



E quando o Senador Girão falou que o pior cidadão é aquele que tem autoridade, Paulo Paim, é o que dava carteirada, é o que dizia, "isso é besteira, o que é que tem demais liberar a bebida no estádio de futebol?" Ora, não há nem cinco anos, Paulo Paim, que um torcedor jogou um sanitário, uma privada na cabeça do outro lá em Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – A bebida alcoólica foi proibida a partir daquele episódio. Começou o processo de proibição. E caiu...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Matou a pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Matou. Foi num jogo do Santa Cruz e Sport, se não me engano. E caiu...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Será que ninguém se lembra disso?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Lembra, lembra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Será que só eu, que não gosto de futebol, me lembro disso? E olha que eu não gosto de futebol. Não assisto.

Quer dizer que a venda... Daqui a pouco vão vender maconha também, vão vender cocaína, vão vender tudo. Porque o que querem é isso, querem a desordem neste País, querem a bagunça neste País.

Enquanto a gente está aqui falando, cuidando de pessoas, parece que ninguém entende que a função hoje, pelo menos a minha aqui, que vim da rua, para dar esse cuidado às pessoas... Se eu quisesse que as pessoas falecessem no trânsito, perdessem a vida no trânsito, eu apoiaria que tirassem os sinalizadores de radares, apoiaria que liberassem bebida também no trânsito. Se eu não me preocupasse com a vida das pessoas. Não são só os números, não, Paulo Paim, que sobrecarregam o SUS, os hospitais; é a perda familiar. É como o Senador Girão disse: domingo agora, Dia das Mães, a mãe vai sentir falta de uma cadeira lá vazia, e muitas vezes foi a perda de um filho. E por quê? Ou por irresponsabilidade dele, ou de alguém que causou essa irresponsabilidade.

Mas volto a dizer que, como o caso trazido pelo Senador Girão, bebida dentro do estado é besteira, pequena – é felicidade, alegria, é confraternização. "O senhor quer me atrapalhar, Capitão?" É o que as pessoas diziam, Paulo Paim. As pessoas diziam isto aí: "Esse Capitão é muito chato, quer atrapalhar a diversão da gente, quer atrapalhar a festa da gente. O cara não tem o que fazer. Vai pegar bandido." Peguei vários bandidos na minha vida, mas nenhum pior do que o condutor bebendo, não, dirigindo embriagado, não, porque pelo menos o bandido que eu prendia, ele tinha um propósito, Girão. Você sabe qual é o propósito do bandido com arma na mão? Era tomar algo de alguém, um celular, um carro, roubar o dinheiro. E o cara que dirige sob influência de álcool, destruindo pessoas, qual é o propósito dele? Se não é irracionalidade de uma fantasia de alegria que tem momentaneamente?

Então, esse assunto tem paralelo, sim, com esse seu da bebida alcoólica em estádio de futebol.

A última blitz feita no Estado do Rio Grande do Norte pelo Capitão Isaac, escolhido por mim, que me substituiu na Operação Lei Seca, feita no final de um jogo em que o América foi



campeão, foi o maior número de apreensões. E digo, também, foi quando um veículo, em uma fuga, acabou com a viatura da Operação Lei Seca. Destruiu totalmente, colidiu na fuga com a viatura. A viatura estava parada, ele colidiu e estragou toda a viatura.

(Soa a campanha.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Era bom que acabasse com esse tempo. Só está a gente aqui. Não é, Paulo? Para as pessoas ouvirem isso, porque, muitas vezes, quando a gente está aqui falando, está com uma preocupação e há pessoas ouvindo, a gente não vai agradar a todo mundo, Paulo Paim. Tenha consciência disto, Girão: não vamos agradar a todo mundo.

A gente vai desagradar àquele que quer uma vida totalmente libertina, sem nenhum tipo de regra, que quer fazer o que quer na sociedade, desrespeitando a todos e a tudo, e nós aqui, tentando proteger a sociedade e, muitas vezes, somos malvistas.

Eu digo isso porque, eu volto a falar, quando eu era policial, até a população compreender que eu estava salvando vidas, esvaziando hospitais, levando pessoas de volta para casa, por mais que fossem presas...

Estou falando do tema porque estamos no Maio Amarelo e eu trouxe o tema de trânsito para cá. É um absurdo a gente sobrecarregar, Paulo Paim, o sistema, hoje, previdenciário, o sistema do SUS, o sistema de seguridade social com irresponsabilidades no trânsito. Alguém vai pagar essa conta, alguém vai pagar aquela cirurgia de fêmur, de bacia, de tibia, de traumatismo craniano; alguém vai ficar pagando os remédios; alguém vai pagar a fisioterapia, Girão.

E quem paga essa conta? A população brasileira. Será que a população brasileira precisa pagar a conta de irresponsabilidade? A população brasileira precisa pagar mais uma vez essa conta? De pessoas que não têm o mínimo de educação?

Quando eu digo aqui que as pessoas não têm educação para ter um carro, uma moto, porque vi um número bem maior do que homicídios; quando eu digo que as pessoas não têm capacidade para ter um veículo, uma moto, imagina uma arma. Se a pessoa dirige sob a influência de álcool, imagine se eu não vou beber com arma na cintura! Se a pessoa não tem a mínima sensibilidade de saber que pode tirar a vida dela e tirar a dos outros, porque "é uma pequena coisinha", "é uma besteira", "eu consigo". É o pensamento, Senador Paulo Paim.

Não sei se o senhor bebe, mas eu já bebi e parei de beber totalmente desde 2010 porque eu só fazia besteira e depois não me lembrava. Tinha a desculpinha: não, não me lembro de nada, não. O que foi que eu fiz? Dava amnésia alcoólica. Mentira, lembrava sim. Fazia porque perdia o controle social, perdia o controle racional, fazia muitas vezes sem gostar, porque eu detestava aquele gosto de uísque, mas bebia porque estava com os amigos, estava sociável, perdia a timidez, tudo isso. Essa porcaria todinha que eu converso com os jovens hoje. Então, eu tenho propriedade para falar também porque eu bebi, provei disso aí. Dirigi sob a influência do álcool. Deus me protegeu, porque eu deveria estar morto agora.

E outra, por ser tenente da polícia, aí é que ninguém me parava mesmo – ninguém me parava. Graças a Deus que, em dezembro de 2010, eu comecei a fazer a Operação Lei Seca, no Rio Grande do Norte, e foi quando, por incompatibilidade de conduta, eu resolvi parar. Eu disse: não, não dá certo. Eu vou parar de beber. E foi a melhor coisa que eu fiz na minha vida. A melhor providência que eu tomei na minha vida foi essa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Styvenson, Senador Paulo Paim, essa colocação do Senador Styvenson me lembra



um caso de um dos maiores empresários do Estado do Ceará. O nome dele é Jorge Damasceno. Inclusive o pai foi presidente da Fiec. A história dele é de superação pura. Qualquer dia desses, vou trazê-lo para a Comissão de Direitos Humanos para ele contar a história da vida dele.

Ele perdeu tudo. Ficou alcoólatra, tornou-se dependente químico de cocaína. Só o *crack* que ele não fumou. Ele disse que até esse negócio de ar condicionado ele cheirou.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Ele cheirava o gás.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Ele cheirava o gás de ar condicionado. E começou sabe como? Começou para perder a timidez para namorar na adolescência, porque ele era tímido, e, nas festinhas: "Vai, toma isso aqui!" Era bebida alcoólica. Começou desse jeito que o senhor falou. O senhor teve sorte de não se tornar um dependente, porque você vai começando a se acostumar com aquilo. O álcool faz isso e é a porte de entrada para outras drogas mais poderosas, como a maconha, a cocaína, o LSD, tantas outras e o *crack*. Quando chega no *crack*, ele tem aquele efeito completamente destruidor e rápido. Ele tem um potencial de devastação... Todos têm, mas o *crack* é aquele, vamos dizer assim, em que rapidamente a pessoa vai a óbito.

Então, é muito interessante a sua colocação, para as pessoas entenderem, para os pais que estão nos assistindo agora.

Eu quero registrar a presença aqui, nesta Casa, na galeria, dos visitantes. Vocês são aqui do Distrito Federal? São de onde?

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – De Minas Gerais e do Espírito Santo.

É a Instituição de Ensino Superior IFNMG, de Arinos, Minas Gerais. Então, há muitos jovens aqui, pais também e mães. Fica essa mensagem para os pais, para acompanharem os filhos, porque muitas vezes a gente não percebe que eles já estão ali no caminho do álcool e que, para perdê-los, é daqui para ali; perdê-los num acidente de trânsito; perdê-los com o vício. O álcool destrói milhões de vidas. Ele começa na adolescência.

Volto a palavra a V. Exa., Senador. Desculpe-me.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Agradeço, Sr. Presidente, por voltar a minha voz.

Sejam bem-vindos, jovens! São vocês que vão dar continuidade a tudo isso aqui e eu espero que vocês façam melhor. Espero que vocês não se envolvam com substâncias químicas que vão tirar de vocês a capacidade de serem seres humanos.

Então, para dar continuidade a isto aqui, vocês escolham, a partir de agora, o que é melhor para vocês. Eu garanto que um cigarro de maconha não é o melhor. Isso eu garanto como policial militar. Tenho certeza disso.

Então, voltando aqui ao tema Maio Amarelo, com números: invalidez, mortes, perdas familiares, custo para o Estado, custo para a Nação, custos de todos os lados. Uma ambulância que deveria estar salvando uma pessoa com AVC, com infarto, está indo para um acidente de trânsito para tirar alguém de ferragens. As pessoas diziam: "Por que esse capitão não vai pegar bandido?" "Porque há você cometendo infração de trânsito". É por isto que eu não ia pegar os bandidos: porque me pagaram pela missão, como capitão, de corrigir a sua má educação. Se não faz pela educação, então cumpra-se pelo medo da lei. E a lei é frouxa, Paulo Paim, a lei é muito



branda. A lei de trânsito é falha! Digo isso porque operei por quatro anos, li e reli o Código de Trânsito de todo lado. Falha! Tem que punir, sim, de forma exemplar, e desmotivar! "Não é dolo, capitão, o senhor está errado. O senhor tem que estudar de novo. É um dolo eventual". Não! Antes de beber, você sabia o quanto ia beber e como ia ficar. E você escolheu, mesmo assim, assumir a condução do veículo e tirar vidas. Então, não pense dessa forma. Eu penso, sim, que tem que haver mais rigidez, mais punição.

E sobre o assunto da droga, do álcool, eu acho que Paulo Paim, Senador Girão e outros Senadores aqui – acho que 90% – também têm o mesmo pensamento. Se fosse bom, não teria esse nome; se fosse bom, não estaria proibido; se fosse bom, não estragaria a vida de vocês.

Então, era isso o que eu vim falar.

No Dia das Mães, parabéns a todas e, mais uma vez, à minha, D. Edilma Valentim, lá de Natal – um beijo, mãe! –, a todas as mães brasileiras, mundiais, que a gente considera.

Tenham cuidado, pensem, avaliem se sua vida realmente deveria acabar ali em cima daquela moto ou naquele carro, está bem?

Obrigado. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito bem, Senador Styvenson Valentim.

Quero só complementar o que eu falei sobre aquele empresário Jorge Damasceno. Um dia, nós vamos... Fizemos até um documentário sobre a vida dele. Ele começou assim, ficou viciado em várias drogas e perdeu tudo – um dos maiores empresários do Ceará. Perdeu tudo, tudo, todo o patrimônio dele com droga! Foi morar nas ruas, num terreno baldio que fica lá. Rapaz, ele foi ao inferno e voltou por um milagre de Deus. Morou dois anos na rua.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador, já que está tocando nesse assunto, o senhor me força a falar do PLC 37. O senhor está me forçando a falar do PLC 37, que foi aprovado na CAE e CAS e que o Paulo Paim me autorizou a relatar em plenário para ser votado, mas um Senador aqui invocou o Regimento Interno e adiou para quinta-feira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Terça-feira. Senador Paim, esse projeto é especial. Esse projeto é um presente para as mães. Há mães agora, dentro de casa, com o filho amarrado para não sair de casa, pela dependência química, para comprar droga. Há mãe agora que está me ouvindo e que não sabe o que fazer com seus filhos, menores, em abstinência.

Senador Paulo Paim, eu já fui para ocorrência em que um filho estava com uma faca apontada para o pai e para mãe pedindo dinheiro. E o pai não sabia o que fazer. E esse PLC trata disso, trata do acolhimento, trata do tratamento individualizado, trata da recuperação, trata da reinserção social, da reinserção econômica.

Esse PLC não é ruim, não vai tratar as pessoas como loucos em manicômios, vai tratar com humanidade. Esse PLC...

(Soa a campainha.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Esse PLC 37 precisa passar aqui em Plenário terça-feira porque tem urgência e a urgência é salvar pessoas lá fora, é tratar pessoas. Todo o trajeto que eu faço aqui até chegar ao Senado



sempre debaixo daquele viaduto tem três ou quatro pessoas deitadas no chão. Aqui à frente, no viaduto mais à frente. Essas pessoas são invisíveis para a gente? Essas pessoas não são pessoas, não são humanos, não são gente?

Então, Senador Girão, foi uma vitória ter passado pela CAS com maioria absoluta de votos. E, quando chegar aqui a Plenário, Senador Chico... Senador Chico é um defensor também da segurança pública. Falamos do Maio Amarelo, falamos dos acidentes de trânsito, falamos da bebida alcoólica, falamos do estádio de futebol, bebida alcoólica e violência, falamos de violência na família. E agora estamos falando do PLC 37, que terça-feira vai estar aqui em Plenário, vou relatar. É do cuidado ao dependente químico, da recuperação, do financiamento também e criação de novas casas acolhedoras, comunidades terapêuticas, que são mantidas muitas vezes por filantropia, por instituições que bancam alimentação, roupa, remédio de seres humanos que estão aí jogados pelas ruas.

O Senador Girão começou o assunto falando que um empresário perdeu tudo e foi morar nas ruas. Quer dizer que nem familiar cuidou dele? Mas as casas acolhedoras, as comunidades terapêuticas estão acolhendo essas pessoas. E é injusto, Senador Paim, o Poder Público não fazer nada com essas pessoas. São elas que, querendo ou não, financiam o traficante, movimentam o comércio de drogas. E liberar a droga não é bacana, não é a solução porque a gente vai ficar com outro problema, o dependente químico. Quem vai cuidar deles? O SUS mais uma vez? Vamos aposentar, vamos estar no BPC porque perdeu a capacidade? Já que o senhor fala tanto da previdência, gosta da previdência, do tema da previdência. Vão ficar incapacitados. Por quê? Porque é uma doença. Dependência química é doença. A Organização Mundial da Saúde fala sobre isso.

Então, é irracional um País mal-educado como o nosso, infelizmente tenho que dizer isso. Mal-educado porque eu mostrei em números. Simples, no trânsito, na condução de veículos. Os números altíssimos por desrespeito, por irresponsabilidade, por afrontar muitas vezes e desafiar a si mesmo. "Eu consigo, eu posso, vai dar certo", é assim que os jovens pensam, Girão. "Vou aqui tomar essa dose de cana, vou aqui cheirar esse loló, eu vou aqui cheirar esse gás de desodorante" – porque cheiram desodorante também pela boca. Então, os pais têm que ficar atentos a isso, porque o senhor, que é pai, a senhora, que é mãe, se perder para o traficante, acabou. A senhora tem que ficar atenta a eles. Não é o dia da senhora domingo? Fique atenta a seus filhos. E essa ideia de liberar a quantidade, essa ideia de descriminalizar, já que tem jovens olhando para mim aqui, é para o seu bem. Acredite. Você acha que pode, você acha que é capaz, você acha que vai dar certo. Não vai dar não.

É aquela contramão que vai dar errado. É aquela sinalização que você não respeita. É o sinal vermelho que você não para. É a mesma coisa com a droga. Ali vai ser seu fim. Então pensa, raciocina antes de falar. Eu estou raciocinando aqui. Estou sóbrio. Estou sem influência de droga.

Eu não sei se outros Senadores fizeram, mas eu fiz o exame toxicológico. Está lá na minha página. Não uso nada. Nem remédio eu tomo direito. Então, eu tenho propriedade para falar o que é substância química, porque eu passei a minha vida toda, 16 anos de polícia prendendo, conduzindo e não parava. Então, o senhor me forçou, Senador Girão, a falar do PLC 37, que vai estar aqui em votação, Senador Chico. Eu preciso da ajuda do senhor, preciso da ajuda do Senador Paim, preciso da ajuda da população para que passe, para que possa salvar pessoas, para que possa recuperar pessoas, para que possa trazer de volta pessoas para dentro da casa, para a



família, porque eu não sei se aqui tem, mas não queira saber o que é ter um dependente químico dentro de casa furtando os bens, causando violência. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito obrigado, Senador Styvenson Valentim, falando com o coração, com a alma. Isso é muito bonito. Isso é muito inspirador para todos que estamos aqui, Senadores, e para quem está nos assistindo em casa pela TV Senado e nos ouvindo pela Rádio Senado.

Enquanto eu passo a presidência para o nosso querido e experiente Senador Paulo Paim, que me surpreende a cada dia. É um dos mais presentes aqui de segunda a sexta-feira, está sempre trabalhando nas Comissões, se dedicando às causas que ele acredita. É um idealista nato. Nós não somos de ferro, não é, Senador Paulo Paim? Às vezes, a gente adoece. Você, na semana passada, precisou se ausentar durante um dia. E estava acompanhando. Esse homem gosta tanto do trabalho que ele faz que estava acompanhando de casa, de cama toda a sessão e no celular dizendo: "Foi dito isso lá. Eu quero ver isso aqui. Vi um acordo que foi feito no Plenário para votar uma matéria importante para que os presos possam trabalhar...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Girão, descumprindo a ordem do médico, que queria que ele ficasse totalmente inerte.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – É uma votação importante que nós vamos ter semana que vem essa dos presos.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que a Senadora daquela terceira cadeira pediu a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Que a Soraya pediu a relatoria e ele estava acompanhando em casa. E ele já foi logo comandando, porque é o Presidente da CDH. Essa é uma matéria muito importante. Eu acho que vai dignificar mais ainda as pessoas que estão presas para trabalharem, para pagarem o que tiraram da sociedade e, ao mesmo tempo, também ajudarem suas famílias. Eu acho que vai ser um debate muito bom que nós vamos ter. Na segunda-feira, às 16h, é o debate; e, na terça, às 8h30, a votação. Para você que pode nos assistir, será na segunda-feira, às 16h, na CDH, com especialistas de um lado e de outro. Vai ser muito interessante esse debate. E, na terça, será votado na Casa.

Eu vou passar a Presidência aqui para o Senador Paulo Paim, agradecendo à Mesa, que sempre me acolhe muito bem, a todos que trabalham aqui, muito atenciosos – em homenagem a todos, eu quero reconhecer o esforço do Zezinho; o Zezinho, que é um funcionário da Casa dedicadíssimo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Que sempre me salva.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Sempre nos salva aqui – e o Zezinho é de Santa Quitéria, rapaz! Santa Quitéria, no Ceará. É meu conterrâneo; um homem de bem, de Santa Quitéria.

E eu vou agora usar a palavra. Peço licença. Obrigado, Senador Paulo Paim, por assumir a Presidência. Dá licença um pouquinho, Senador Chico Rodrigues.

(Durante o discurso do Sr. Styvenson Valentim, o Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)

(O Sr. Eduardo Girão, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Girão com a palavra. Com certeza, Senador Girão, vai ser uma alegria presidir num momento em que V. Exa. usa a tribuna do Senado. A palavra é sua.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discursar.) – Eu queria desejar um bom dia a todos que estão aqui: Senadores, funcionários da Casa, e a você, que está nos assistindo pela TV Senado, que está nos assistindo em casa ou nos ouvindo pela Rádio Senado. Este pronunciamento que eu vou fazer eu quero dedicar a uma pessoa que está aqui, nesta Casa, neste momento, que é uma pessoa de bem, que eu tive oportunidade de conhecer no meu segundo mês de mandato, e ele está sentado aqui – eu peço que a câmera possa focalizar – é o Juiz Federal Antonio Claudio Macedo. Está aqui do lado. Se as câmeras da TV Senado puderem registrar a presença dele, eu agradeço. O Dr. Antonio Claudio Macedo, Senador Paulo Paim, é aquele juiz que eu pedi na CDH, quando a gente foi ouvir o Poder Judiciário sobre a reforma da previdência. Eu gostaria muito que ele fosse ouvido, porque é um que acredita que o privilégio deve ser cortado na própria carne.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Queria aproveitar que ele está aqui, que ele está convocado, já, por indicação do Senador Girão, a fazer um painel lá na nossa CDH. Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – É um sacrifício de todos, que a gente, corrigindo algumas injustiças – ajustando – dessa previdência... Mas ela não pode ser adiada, ela tem que ocorrer. Inclusive, pelo que a gente percebe aqui na Casa, é ponto pacífico que a reforma precisa ser feita. Já era para ter sido feita há 20 anos, mas há alguns ajustes, e eu acredito que o bom senso vai reinar.

Mas o discurso que eu gostaria de fazer hoje, também me dirigindo aos jovens que estão aqui, chegando às galerias – peço também às câmeras da TV Senado que registrem a presença dos jovens... São aqui de Brasília ou não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Não? Campinas? *(Pausa.)*

De Campinas!

Não? Campinas? *(Pausa.)*

De Campinas.

Daqui a pouco, o Senador Paulo Paim vai falar sobre a instituição a que eles pertencem.

Vocês, dependendo do talento, da dedicação e se for plano de Deus, poderão estar aqui no Senado daqui a alguns anos, representando o povo brasileiro, algo que eu estou tendo a honra, pelo meu Estado do Ceará, a terra da luz, pelo povo cearense, de estar, neste momento, podendo combater o bom combate nesta Casa.

Senador Styvenson Valentin, Senador Presidente Paulo Paim, Senador Chico Rodrigues, todos os presentes, funcionários, eu quero falar aqui para vocês sobre aquele edital de licitação que nos deixou estarecidos nesta semana e uma confusão judicial de bloqueia, não bloqueia, de dar sequência, de não dar sequência, do Supremo Tribunal Federal de todos nós, Supremo Tribunal Federal que fez uma licitação no mínimo escandalosa.

Eu pergunto a vocês que estão aqui, aos nossos colegas Senadores, a vocês que estão nessas galerias, que sabem que temos 13 milhões de desempregados no Brasil – um número absurdo porque o nosso País não é rico, ele é riquíssimo, cheio de possibilidades –, a gente enfrenta essa



crise social. E não apenas uma crise social que estamos enfrentando agora, estamos enfrentando uma crise econômica, uma crise política, mas a maior crise que nós estamos enfrentando aqui é a crise moral, a mãe de todas as crises desta Nação, neste momento em que vamos aqui trabalhar no limite das nossas forças, fazendo tudo o que estiver ao nosso alcance para combater, para corrigir essas distorções neste País. Eu pergunto se vocês já tiveram a oportunidade de comer lagosta ao molho de manteiga queimada. Olha o detalhe, olha o requinte: lagosta ao molho de manteiga queimada! Já comeram? Olha o requinte!

Eu pergunto a vocês se já fizeram alguma exigência de que o vinho tinto tem que ser da uva tannat... Essa é a pronúncia? Uva tannat ou *assemblage* francês, de safra igual ou superior ao ano de 2010 e que tenha ganhado pelo menos quatro premiações internacionais.

Ó, quatro premiações internacionais para entrar nessa licitação. É o que o Supremo Tribunal Federal está exigindo no edital, com tantas desigualdades que existem no Brasil, o Supremo Tribunal Federal, que está sob suspeita, que está sob suspeita grave.

Aqui, nesta Casa, nós vamos votar nas próximas semanas uma CPI, batizada pelo povo brasileiro como CPI da Lava Toga, que tem pedidos de *impeachment* de ministros do Supremo Tribunal Federal, que, como vocês sabem, têm cargo vitalício, não foram eleitos pelo povo como nós fomos aqui. Se nós não estivermos fazendo um bom trabalho, se formos incompetentes ou desonestos, de uma forma ou de outra, somos tirados, primeiro pelo voto, porque vocês vão lá, votam e tiram, acompanham – porque a população brasileira, graças a Deus, finalmente está gostando de política –, e depois pela fiscalização. Podemos ser cassados. Investigações, já houve vários Senadores, Deputados, Parlamentares cassados, mas o Judiciário não, não enfrenta, não há investigação sobre o Judiciário.

Vocês sabiam, os que estão na galeria, que esta Casa aqui é que tem a competência, a prerrogativa de impitimar, de fazer CPI? É a única Casa que tem condição de fazer investigação sobre os tribunais superiores? É só aqui, a bola está com a gente, está na nossa mão.

Nós precisamos do apoio de vocês. Vinte e nove Senadores assinaram essa CPI. É um direito da minoria, mas infelizmente ele ainda não foi acatado nesta Casa, mas o jogo não terminou, não. Não é um jogo de futebol de 90 minutos. E vocês fazem parte desse jogo também, acompanhando, cobrando nas redes sociais, se manifestando nas ruas, para que a verdade venha à tona. A verdade sempre triunfa, o bem sempre triunfa. Se não ganhou ainda é porque não terminou, mas o quanto antes essa verdade vir à tona será a libertação do Brasil e a libertação do povo brasileiro.

Estamos todos estarecidos com o Edital de Licitação 27, de 2019, na modalidade de pregão eletrônico, destinado ao fornecimento de refeições aos ministros do Supremo Tribunal Federal. Os Senadores Kajuru, Randolfe já fizeram depoimentos, pronunciamentos aqui, nesta semana, e eu gostaria de fazer essa reflexão também.

Vejam, na época do Império Romano, quando o povo começava, quando o povo começava a reclamar demais, pelos mais variados motivos, e a pressão começava realmente a incomodar, os imperadores, ao invés de enfrentar as críticas, usavam de uma manobra paliativa: mandavam distribuir cereais e promoviam eventos, como as lutas dos gladiadores no famoso Coliseu, para entreter e distrair o povo dos problemas mais sérios. Essa prática recebeu o nome, que a gente vai traduzir aqui para o português bem claro, do pão e circo. Já ouviram isso: o pão e circo? Fazendo assim, os líderes romanos acreditavam que mantinham a ordem e de certa forma compravam o apoio da população.



Eu desaprovo completamente essa prática. Contudo, mostro que pelo menos eles se incomodavam com as críticas e faziam algo. Já o nosso STF, o nosso Supremo Tribunal Federal, quando criticado, usa da política da lagosta e da mordança. Faz licitação para oferecer, em refeições institucionais às autoridades, itens como, por exemplo, medalhões de lagosta ao molho de manteiga queimada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Girão, como eles estão se deslocando, eu vou fazer o registro aqui para ficar nos *Anais* da Casa: os alunos do Instituto Imaculada Conceição, ensino médio, Campinas, São Paulo. Eu sou um apaixonado pelos institutos, viu? Se depender de nós aqui, os institutos terão cada vez mais vida e mais investimento por parte da União. Sejam bem-vindos! (*Palmas.*)

Para complementar, eu vim de um instituto de formação técnica e hoje sou Senador. Quem sabe um de vocês ou grande parte poderão estar também na vida pública e política. Não aceitem nunca o discurso de que a juventude não tem que fazer política. Se vocês não fizerem, os oportunistas fazem e aqui vêm votar contra o povo. Quero vocês aqui também. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Sejam sempre muito bem-vindos e voltem sempre aqui, porque esta Casa é de vocês.

Como já dizia Platão, pessoal, como já dizia Platão 350 anos antes de Cristo, ele falava o seguinte: "O destino das pessoas boas e justas que não gostam de política é serem governadas por pessoas nem tão boas e nem tão justas que gostam de política". Então, pessoal, gostem de política, gostem de política.

Continuando sobre essa licitação do Supremo Tribunal Federal, além dos medalhões de lagosta com molho de manteiga queimada exigidos no edital, Senador Styvenson, sabe o que foi exigido também? Uísque 18 anos.

O Sr. Styvenson Valentim (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para apartear.) – Trabalhando? Diga-me uma coisa? Pode beber trabalhando?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu acho que tem que fazer uma lei seca lá também.

O Sr. Styvenson Valentim (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Paulo Paim, a minha dúvida é esta: primeiro, não valorizaram o vinho do Sul. E o senhor ficou calado aí; eu estou valorizando. Não valorizam a cachaça do... E eu sou contra a bebida, viu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vida longa ao Rio Grande do Sul.

O Sr. Styvenson Valentim (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – E eu sou contra a bebida, mas trabalhar bebendo, aí é demais, não?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Pois é.

E o interessante é o seguinte: foi colocado aqui pelo Kajuru e pelo Reguffe que, nos ressarcimentos que são feitos de algumas refeições de Senadores, não são aceitas notas de bebida alcoólica, nenhuma. Como é que o STF pode? Lá pode tudo, Senador Styvenson, lá pode tudo. Essa é a grande verdade!

Já os vinhos, aí o senhor tocou no Rio Grande do Sul, que faz um dos melhores vinhos do mundo, um produtor espetacular, especialmente naquela região de Caxias do Sul. Aqui tem um especialista, um homem da terra.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou de Caxias do Sul, da chamada região da serra: Caxias, Bento, Flores da Cunha, Garibaldi, Forqueta, Farroupilha, daquela região toda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Grandes produtores de vinho tinto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grandes produtores, geram emprego e investimento para o Rio Grande.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – No Nordeste tem também Petrolina, Juazeiro, da Bahia, há boas produções de vinho. Mas o Supremo não quer saber de Nordeste não, não quer saber de Sul do Brasil não. O negócio deles é o seguinte: o vinho tem que ser das uvas tannat – é esse o nome? Tannat? – ou *assemblage*, de safra igual ou posterior a 2010. Se for 2011 não pode, Senador Styvenson? Se for 2012 já é recente? Tem que ser uma coisa mais antiga, mais cara. E que tenha ganhado, pelo menos, quatro premiações internacionais. As nacionais não valem não, tem que ser internacional.

O vinho, em sua totalidade, deve ter sido envelhecido em barril de carvalho francês. Senador Paulo Paim, eu vou repetir, você me permite? O vinho, em sua totalidade, deve ter sido envelhecido em barril de carvalho francês, americano – ele abre exceção, vamos fazer justiça, não é só carvalho francês, ele abre exceção – ou ambos, de primeiro uso, por um período mínimo de 12 meses.

Tudo às expensas da população brasileira, que sofre com a desesperança e o descaso e que mal sabe, muitas vezes, o que, como e quando irá comer.

Uma magistrada séria, até porque há vários magistrados admiráveis em todas as cortes, inclusive no Supremo Tribunal Federal, a Juíza Solange Salgado, da 1ª Vara Federal, em Brasília, acatou o protesto do servidor público estadual Wagner de Jesus Ferreira, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que ajuizou uma ação popular na Justiça Federal do Distrito Federal contra o pregão eletrônico e determinou a suspensão da licitação, entendendo que o pregão afronta o princípio da moralidade administrativa.

Em um trecho da decisão, ela sabiamente escreveu – abre aspas: "A par de o objeto licitado no pregão eletrônico em comento não se inserir como necessário para a manutenção do bom e relevante funcionamento do Supremo Tribunal Federal, os itens exigidos destoam sobremaneira da realidade socioeconômica brasileira, configurando um desprestígio ao cidadão brasileiro que arduamente recolhe seus impostos para manter a máquina pública funcionando a seu benefício" – fecha aspas, disse a magistrada.

Lamentável foi que logo depois, acatando recurso da Advocacia-Geral da União, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região liberou a realização do pregão e ainda chamou a atenção da juíza, dizendo que ela teve uma decisão nutrida por interpretação superficial e açodada. Foi o Desembargador chamado Kassio Marques que liberou a realização do pregão e ainda chamou a atenção da juíza, dizendo que ela teve uma decisão nutrida por interpretação superficial e açodada.

Sei que a licitação é para atender a eventos que receberão autoridades de outros países, contudo, há sempre que se prezar pela economicidade e bom senso no trato do dinheiro público.

E, quando um veículo de comunicação, no caso, a revista *Crusoe* e o *site* O Antagonista, do mesmo grupo, trouxeram uma denúncia que merecia ser apurada, o que aconteceu? Sofreram censura.



Em um momento no qual pesam graves suspeitas e denúncias referentes a alguns membros do STF – repito: alguns membros, porque a gente sabe que existem ministros cumpridores dos seus deveres, com ética e com lisura no Supremo Tribunal Federal –, parece que essa licitação debocha, debocha da nossa cara, porque foi oriunda do Supremo Tribunal Federal essa licitação escandalosa.

Nem pelo menos tentam fazer um gesto de que se importam com algo ou com alguém. Dão a impressão de que desprezam solenemente a população com essa licitação. E, quando agem, eles o fazem de modo nebuloso, estranho. Vou dar um exemplo aqui. Nessa quarta, dia 8, o Supremo formou maioria para permitir às Assembleias Legislativas revogar a prisão de Deputados Estaduais. Em 2017, haviam votado para proibir – olhem só! E, para completar, o STF decidiu ontem, Senador Styvenson – ontem –, dia 9 de maio, manter as regras previstas no decreto de indulto de Natal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... publicado pelo então Presidente Michel Temer em dezembro de 2017, que afrouxou as regras para o perdão da pena de condenados por corrupção e pelos chamados crimes de colarinho branco. Foram sete votos a quatro pela validação desse decreto vergonhoso, desse indulto de Natal a criminosos, justo na hora em que deveriam dar o exemplo e fazer o trabalho que lhes foi confiado.

Eu estou me encaminhando para o encerramento.

Isso me lembra muito da lei da sementeira, da lei de causa e efeito, da lei de ação e reação, que é uma regra geral que ensina a todos nós que cada pessoa colhe o que planta. Nossas ações têm consequência. Não é à toa que a população brasileira está revoltada com o Supremo Tribunal Federal. Foi um acúmulo de situações – um acúmulo de situações. E nós não podemos – voltando aqui ao vinho *assemblage* – voltar a transformar Brasília em uma Bastilha. O povo está insatisfeito, Senador Paulo Paim. O povo está insatisfeito, querendo que a verdade venha à tona, que seja feita essa CPI, que esses *impeachments* saiam da gaveta aqui no Senado Federal.

Ao mesmo tempo, a gente não pode cair em extremos – não podemos cair em extremos. Os ministros do STF são irmãos nossos, Senador Styvenson, são seres humanos e merecem respeito. E nós precisamos nutrir, buscar, no fundo da nossa alma, a compreensão humana também. Que a verdade venha à tona, mas sem sentimento de ódio, sem raiva. Uma indignação justa, uma indignação fraterna, uma indignação pacífica, mas não passiva.

Martin Luther King, grande humanista americano, dizia o seguinte: "O que me incomoda não é o grito dos violentos, dos corruptos, mas o silêncio dos bons".

Eu vou passar a palavra agora para o Senador Styvenson, mas queria lembrar uma coisa à população brasileira, a algumas pessoas que se enervam e que já querem partir para algo mais enérgico, agredindo em avião, agredindo nas redes sociais os ministros do STF: não façam isso, não façam isso. A gente vai conseguir de outra forma. A gente vai conseguir orando por eles, você que é católico; você que é evangélico; você que é espírita, você que é budista ou que tem outra religião. Esta Casa aqui precisa de oração também. Os governantes do Brasil precisam de oração. O Presidente da República precisa de oração. Os Governadores de Estado precisam de oração. A guerra aqui não é guerra entre os homens. A guerra aqui não é guerra material, não. A guerra é espiritual. E nós sabemos que quem está no comando – eu acredito piamente nisso – é Jesus. Ele está no comando de tudo, de tudo. E este País vai dar certo. Só que a natureza não dá saltos, não é do dia para a noite. Há muita coisa a se corrigir em todas as esferas, aqui, no Supremo, no



Governo Federal. O homem vai evoluindo, mas não é na base da truculência que nós vamos conseguir, não é na base da agressão. É orando, é acompanhando, é se manifestando pacificamente, é cobrando, mas sem ódio no coração, sem raiva.

Com a palavra o Senador Styvenson.

O Sr. Styvenson Valentim (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador Girão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Styvenson, antes de V. Exa. falar, quero só registrar os nossos convidados aqui, para a alegria de todos nós: essa juventude da instituição de ensino fundamental Colégio Integrado de Goiânia. Sejam todos bem-vindos aqui, se sintam em casa.

Na tribuna, está o Senador Girão, um pacifista, um humanista, que tem uma opção muito firme, que eu diria até que nos lidera aqui, junto com o Cap. Styvenson, também Senador, contra a violência, contra o armamento da população. Eu diria que nós três vamos dar uma salva de palmas para vocês, do lado aqui do Senador Chico Rodrigues, que também é humanista. (*Palmas.*)

O Sr. Styvenson Valentim (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É bom ter criança na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom.

A palavra é sua, Senador Styvenson.

O Sr. Styvenson Valentim (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para apartear.) – Senador Girão, eu ouvi atentamente todo o seu relato, o seu discurso.

E o que me chamou atenção não foi só a licitação em desvalorizar os nossos produtos brasileiros em detrimento de estrangeiros. O que me chamou atenção foi a decisão tomada pelo desembargador em dizer que a juíza estava com uma decisão superficial.

E, depois, o senhor leu que toda essa solicitação dessas lagostas na manteiga queimada... Lagosta eu como lá no Nordeste, porque é nosso, sendo que só pode quando é liberada a pesca. Não é isso. Acho que o problema maior que eu pude ver quando o senhor estava falando é que, se é para atender, Presidente Paulo Paim, a delegações de fora, ora, por que não mostrar o que é do nosso País? Por que não fazer um banquete desse...

E o senhor se esqueceu de citar – citou Roma, citou tudo isso – a Revolução Francesa. Já que há crianças aqui assistindo, elas devem ter estudado que, quando o povo estava batendo no Palácio de Versalhes e dizendo que estava com fome, o que a rainha disse? "Dê brioche para eles", desprezando as pessoas. A conclusão foi o quê? A Revolução Francesa em 1776 – se eu não me engano, foi essa data.

Por que não fazer a licitação valorizando o nosso produto, o nosso País? Dar vinho francês para a delegação que vem da França, se a gente tem aqui produtos, iguarias?! Eu acho que, quando a gente conhece um país, Senador Paim, quando eu vou a um outro Estado, quando eu for a Roraima, ao Rio Grande do Sul, a Tocantins, a gente tem que procurar se alimentar do que eles têm. É até uma forma de respeito e de conhecer. Quando as pessoas vão lá para o meu Estado, para o meu Nordeste, querem comer carne de sol. Quando vão ao Norte, querem comer o tambaqui, querem comer o tucunaré. O Senador Chico pode dizer um prato típico dele lá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No Rio Grande do Sul, é o churrasco!



O Sr. Styvenson Valentim (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – O churrasco.

Certo, é a Suprema Corte Federal, mas o que o povo não suporta mais, Senadores aqui presentes, é essa ostentação, é tripudiar na pobreza da população. Quando eu citei a Revolução Francesa, é porque está chegando a esse nível. Enquanto a população não tem nem dinheiro para comer feijão, arroz, mal está comendo ovo... Eu me alimento de ovo, batata doce e frango. Ouviram, crianças? Querem ficar com 2m, forte? Têm que se alimentar assim e comer tudo. Então, é discrepante a gente hoje assistir a isso. "Não, mas sempre aconteceu, acontece aqui também." É isso que revolta a população.

O que revolta, Senador Paim, a população, quando a gente fala de previdência, é a palavra que o senhor mais ouve em audiência: a palavra privilégio. Se ninguém está percebendo ou se está cego, se ninguém está enxergando, a população não suporta mais, não, Senador Chico. A população não suporta mais que se faça festa com dinheiro público, que a gente se vista com dinheiro público, que é uma *fake news* como a gente sempre discute, que a gente se alimente e pague com o dinheiro público. As pessoas não aguentam mais, não querem mais saber de privilégio! Isso é considerado privilégio. E a população viu como privilégio essa licitação. Tudo o que o senhor disse aí... Eu nunca nem vi lagosta com manteiga queimada. Não pode ser com margarina, não?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – E há outros itens, Senador Styvenson...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – É só para complementar.

Além da lagosta com molho de manteiga queimada – tem que ser queimada –, há bobó de camarão, camarão à baiana, bacalhau à gomes de sá, que é um prato lá de Portugal, arroz de pato... Já comeu, Chico Rodrigues, arroz de pato?

O Sr. Styvenson Valentim (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Chico come maniçoba!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – E há pato assado com molho laranja... Alguém já comeu pato assado com molho laranja?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Olhem aí, houve um ali. Não é só o Supremo que gosta, não.

O Sr. Styvenson Valentim (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Quem é o Ministro?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Dessa turma toda, há um ali que já comeu.

Continuando, há pato assado com molho laranja, galinha da angola assada, vitela assada, codorna, carrê de cordeiro, medalhões de filé, porco assado, turnedôs de filé com molho de mostarda, pimenta, castanha de caju, gengibre...

(Soa a campainha.)



O Sr. Styvenson Valentim (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Há crianças lá...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Com tangerina, não; com laranja.

O Sr. Styvenson Valentim (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sei lá com que é! Nem sei.

Há crianças agora, no interior do meu Estado, que é o Rio Grande do Norte, que queriam ter a oportunidade que vocês têm de estar em uma escola boa, de se alimentar bem. E são essas crianças que, muitas vezes, Senador Paulo Paim, que vão para os presídios, que vão ser presos, que vão se envolver com drogas, que vão, querendo ou não... Isso aqui não é porque... Vou deixar bem claro: eu não sou PT, eu não sou esquerda, eu não sou nada, eu sou da realidade, eu sou de ver a vida como ela é.

Eu não estou aqui dizendo que você não tem a chance, que você é um infeliz. Não, infelizes são as nossas crianças lá do Nordeste, que não têm condições. Infelizes são as crianças que estão lá em São Paulo na periferia que não têm condições. O senhor é um feliz, parabéns. É por isso que este País não suporta mais nada disso, Senador Paulo Paim.

E a gente está aqui calado, Girão, quando a população está do lado de fora... As pessoas querem que eu fale dos cortes nas universidades. Eu não concordo que corte nada da educação. Que se corte de qualquer outro lugar, menos da segurança, da saúde e da educação. Corte da licitação! Pronto. Corte dessa comida! Cortar da educação?! As pessoas estavam esperando eu falar sobre isso lá no Rio Grande do Norte. Eu digo e repito. Quando houve o contingenciamento de emendas no ano passado lá para o Estado do Rio Grande do Norte, eu disse: não se mexe em educação, segurança e saúde. Cortaram da saúde e da educação, em detrimento de construções... Da mesma forma aqui, Girão, se é preciso contingenciar, que se contingencie de quem tem demais e não da educação. Corte onde não está havendo aproveitamento, onde não há resultado, porque as universidades, sim, dão resultados, educam pessoas. A IFRN profissionaliza pessoas, dá possibilidades de trabalho para pessoas. Então, se é preciso cortar, que se corte esse supérfluo, esse exagero, esse disparate. É quase uma insanidade viver em um País, hoje, miserável como o nosso, onde corta-se tudo, em todo lugar, e não cortar onde realmente deveria ser. É até bom fazer uma dieta para ver se emagrece muita gente aqui.

Obrigado, Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Obrigado, Senador Styvenson.

Para encerrar, realmente, o nosso pronunciamento, eu queria novamente fazer esta ressalva. Por mais que esses dados que nós lemos dessa licitação do Supremo Tribunal Federal, de produtos, de lagostas, de pato, de tudo do bom e do melhor, de vinhos caríssimos, de todo esse requinte, nos deixem indignados, isso não é motivo para nenhum tipo de violência. A nossa energia é outra, é uma energia da cultura da paz, é uma energia da oração, porque essas distorções vão ser corrigidas, mas não é a energia da omissão, não é a energia da omissão.

Aí eu vou para um grande estadista irlandês Edmund Burke, que disse uma frase que me marca muito: "Para que o mal triunfe, basta que os bons cruzem os braços". Então, nós precisamos agir, mas agir com muita paz no coração, com muito amor, muito amor, orando para que a gente tenha sabedoria aqui nesta Casa, para que os ministros do Supremo tenham sabedoria, para que o Presidente da República tenha sabedoria, saúde, porque é disto que a gente



precisa para tomar as decisões corretas no País. Orem para que a gente tenha discernimento, força, para fazer o que tenha que ser feito neste País o mais rápido possível.

A sociedade clama por uma resposta sobre essa licitação...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Só mais um minuto para concluir.

Quanto mais o tempo passa, mais convictos estamos eu e outros Parlamentares de que não desistiremos da CPI dos tribunais superiores – não desistiremos! Pode haver pressão, o que for, e não desistiremos, porque todos os Poderes podem ser investigados e têm que prestar contas de seus atos – todos! Acho mais que justo que os atos errados de todos sejam punidos, seja lá ou seja aqui. Legislativo e Executivo continuarão, sem o menor problema, respondendo pelos desvios, mas o Judiciário não pode ficar imune a atos permeados de irregularidades. De minha parte, lutarei até o limite de minhas forças, porque eu sei que todo o mal que ocorrer devido a um bem que eu poderia ter feito e não fiz vai pesar na minha consciência diariamente.

Que essas lagostas e mordanças do Supremo Tribunal Federal virem feijoada, virem churrasco do Senador Paulo Paim, virem a carne de sol do Senador Styvenson, virem a Maria Izabel do Nordeste, que é arroz com carne, prato típico, virem, se precisa ter, vinhos do Sul do País e do Nordeste! E que a gente tenha a liberdade de expressão e o fim da impunidade e do descaso para com a população e para com esta Casa.

Eu quero agradecer todos pela atenção, pela paciência o Presidente Paulo Paim...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu quero agradecer o Chico Rodrigues pela paciência por nos ouvir e todos que estão aqui presentes neste momento, como o Senador Styvenson. Muito obrigado.

Que Deus abençoe todos vocês, que tenhamos o Dia das Mães de muita paz, de reunião de família, de abraço nos nossos familiares. Muitas vezes, a maior caridade que a gente pode fazer é ouvir alguém que está com problema. E a gente vai ter oportunidade de, neste final de semana, no encontro com a família, com os amigos, de ouvir muita gente passando por depressão, Senador Paulo Paim, que precisa de um ombro amigo... É uma grande caridade a gente ajudar as pessoas com o nosso acolhimento, o nosso carinho.

Muita paz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Eduardo Girão. Parabéns pela fala.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Acho que está encerrando, não é, Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, há mais o...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Ah, há o Chico?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Chico Rodrigues.



O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu ia pedir a permissão do senhor para que as crianças descessem e para que a gente pudesse tirar uma foto, porque eles querem tirar. Eu ia subir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até eles descerem, o Senador Chico faz seu pronunciamento. Fica autorizada aí a chegada deles aqui, para, logo no encerramento, tirar uma foto, por proposta do Senador Styvenson.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discursar.) – Meu caro Presidente, que preside esta sessão, nobre Senador Paulo Paim, e meu caro companheiro e amigo Senador Styvenson Valentim, eu quero tratar hoje de um assunto que é recorrente para o nosso País, mas especialmente para o meu Estado, o Estado de Roraima. Trata-se, Sr. Presidente, de questionar um assunto que é relevante, muito relevante no momento de crise em que a população brasileira vive mergulhada. Trata-se da questão das fiscalizações eletrônicas que foram instaladas no meu Estado, especialmente na capital, e que tenho a obrigação e o dever de apresentar aqui para a população brasileira, e sei que isso acontece também em dezenas e centenas de cidades deste País inteiro. Eu venho falar desse problema recorrente em todo o País que é a indústria de multas.

Eu quero deixar claro que não sou contra a fiscalização, mas quero deixar mais claro ainda que existem outros meios de deixar o trânsito de nossas cidades melhor, sem necessariamente penalizar os condutores. Guardadas as proporções, seria como se julgar e condenar antes mesmo de a pessoa se defender.

Acredito que a educação no trânsito é o caminho certo a se seguir. Trago como exemplo, aqui nesta tribuna, o caso específico da capital do meu Estado, Boa Vista, que hoje é uma capital onde se penalizam mais e se educam menos os condutores. Em pouco tempo, a cidade se encheu de radares, que confundem e multam milhares de pessoas por mês.

Para ajudar a entender o problema, quero dizer aqui que, na nossa capital, temos uma única avenida que tem pelo menos três pontos de fiscalização eletrônica, onde o primeiro é de 60km/h, o segundo é de 50km/h, e o terceiro é de 30km/h.

Vejam bem, nessa mesma avenida, a Brigadeiro Eduardo Gomes, vemos fiscais de trânsito com radares móveis, aquelas câmeras que parecem até mais pistolas, escondidos por detrás das árvores, mirando nos veículos que por ali trafegam e multando quem está na via.

Volto a dizer, há três limites de velocidade diferentes: de 60km/h, de 50km/h e de 30km/h.

Meus amigos, isso confunde a cabeça do motorista, que, por mais que seja educado no trânsito, vai acabar sendo autuado em um ponto qualquer dessas vias.

Vale lembrar que esta mesma avenida a que me refiro é onde fica o maior hospital do Estado, o HGR, e também é onde fica o principal pronto-socorro de Roraima. Pessoas correm nessa via, quer seja em uma ambulância, quer seja em seu veículo particular, para prestar algum tipo de socorro. Este exemplo que dei se repete em outros Municípios do Brasil, mas o que me intriga é que devemos trabalhar no sentido de transformar essa triste realidade para não penalizar mais ainda a população brasileira tão sofrida, como vive nos dias de hoje.

Em Boa Vista, em apenas 15 meses, prestem bem atenção, prestem atenção meus companheiros Senadores, tivemos um total de 160.419 motoristas que foram fotografados pelos radares no trânsito, nos últimos 12 meses de 2018 e nos quatro primeiros meses de 2019. Esses dados são do Ministério da Infraestrutura, que aqui em Brasília faz a coleta desses dados pelo seu



sistema de controle, o que demonstra ser Boa Vista, hoje, a capital com o maior número de multas no nosso País – proporcionalmente, é bem verdade.

Para se ter uma ideia, meu companheiro e amigo Senador Girão, que fez um belíssimo pronunciamento anteriormente, imagine o que é uma população que não tem dinheiro nem para comprar o pão, para tomar o café com seus filhos pela manhã e que, às vezes, vai apressada numa moto para o seu trabalho – e, às vezes, até a moto não está com o pagamento de suas taxas em dia, porque ele não tem dinheiro para fazê-lo – levar uma sequência de multas. Isso, na verdade, assusta.

Por esses números, o que nós verificamos é que praticamente, nesses 16 meses, há uma média de 10 mil multas por mês em nossa capital. Então, isso aí, na verdade, assusta, isso causa uma inquietação enorme às pessoas. E nós somos sistematicamente cobrados pela população para encontrar, para que a Prefeitura da capital saia dessa linha de instalar, quase toda semana, um radar para arrecadar, transformando exatamente o nosso Município na maior indústria de multa de trânsito do Brasil.

Acredito que podemos transformar o trânsito das nossas cidades em lugares seguros e melhores para os motoristas, onde quer que estejam, mas, definitivamente, essa indústria das multas, que se instalou em nosso País, não é o melhor caminho. Isso gera instabilidade e pode gerar também grandes incidentes.

Imaginem só se uma pessoa está em uma via de 60km/h que, de repente, cai para 30km/h, como é o caso específico da nossa cidade, com mais de 50m entre uma placa e outra, e o motorista para, para não ser multado pelo radar: tem que frear seu carro bruscamente, e aí é claro que pode acontecer um acidente gravíssimo.

Acredito que devemos investir em ações de educação no trânsito, com meios mais conscientes, sem penalizar os condutores, que, por muitas vezes, ficam confusos com esse monte de radares que estão hoje por aí, nas cidades do nosso País.

Na verdade, nós encontramos sempre uma explicação. De um lado, as prefeituras procurando, através de um discurso – para mim, errado – de que a instalação de radares sobre radares é para cobrar essas multas – o que não é nada mais, nada menos do que isso... Na capital do meu Estado, foram 160 mil multas em tão pouco tempo, o que já demonstra que é um processo de sucção perverso para aumentar as receitas dos seus Municípios.

E mais: no nosso caso específico, os fiscais têm um limite de multas para cobrar pela Prefeitura. Acima daquele limite, eles recebem um percentual. Vejam que coisa absurda! É claro que o fiscal já tem um salário reduzido e ele vai obviamente caprichar na caneta. E quem é o prejudicado com isso? É a população, que, na verdade, já vive tangida pela sorte, pelas necessidades, pelas dificuldades que existem em nosso País. Nós sabemos que isso não é justo e que é necessário que haja realmente mais educação do que esse processo de multa.

Portanto, eu fico muito preocupado. Conversando com outros Senadores também, identifiquei que, nos seus Estados, em muitas cidades, esse processo é perverso. Enquanto nós tínhamos que ter, como há no exterior, campanhas extremamente claras, educativas e que vão conscientizando, com o tempo, a população, no nosso, na verdade, infelizmente, como acontece na capital do meu Estado, Boa Vista, ela é absolutamente perversa.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Posso fazer um aparte, Senador Chico Rodrigues?



O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para apartear.) – Muito bom o seu pronunciamento, esclarecedor, trazendo a realidade do seu Estado, com dados do País inteiro sobre esse assunto da indústria de multas, não é, Senador? Existe realmente uma indústria de multas no nosso País – isso é fato e tem que ser combatido, porque existe todo um *lobby* poderoso por trás disso –, mas eu gosto sempre do equilíbrio: nem tanto ao céu, nem tanto à terra. Acho que tem que haver um equilíbrio nesse assunto, porque os acidentes de trânsito custam R\$146 bilhões ao Brasil, isso sem contar os custos com hospital e fisioterapia.

Então, são dados também para os quais a gente precisa encontrar um caminho do meio. Realmente, em rodovias, colocar para 30km/h acho que é algo exagerado, que está ali querendo dar aquele bote. Isso é um absurdo, porque prejudica realmente a vida de pessoas que já estão ali trabalhando. Mas, ao mesmo tempo, se liberarem geral – como é interesse, me parece, do Governo Federal –, se tirarem esses redutores de velocidade das BRs... Eu já acho que há locais em que eles são necessários para evitar mortes, evitar que tantas pessoas fiquem inválidas para o resto da vida.

Então, eu só faço essa ponderação, novamente parabenizando o discurso de V. Exa. Eu aprendi um pouco aqui com os dados que o senhor trouxe, mas eu acho que a gente precisa encontrar um meio-termo para poupar vidas.

O Senador Cristovam Buarque, colega dos senhores, da legislatura passada, fez um trabalho fantástico aqui no Distrito Federal com relação a essa educação que o senhor colocou. Aqui, as pessoas, quando vão atravessar a rua, só fazem colocar a mão assim, e os carros param. Isso foi fruto de muito trabalho, muita campanha educativa em escolas, em universidades, na TV. Aliás, eu acredito que a televisão é um investimento público. As campanhas em televisão deveriam ser só para isso. Se tivesse que haver, deveria ser campanha educativa, e não que se fez um prédio, que se fez isso, que se fez aquilo. Não! Campanhas educativas! Isso, sim, vai poupar vidas.

Então, reitero a minha preocupação com essa tirada total dos redutores de velocidade, das lombadas eletrônicas. Acho que também não se deve retirar tudo, não, porque isso estimula que as pessoas passem para limites insustentáveis, o que pode gerar um problema grave para a sociedade, como a perda de vida de crianças, de pessoas, de brasileiros.

Então, era só essa ponderação que eu queria fazer.

Muito obrigado.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu agradeço o aparte do nobre Senador Girão. Sempre nós nos complementamos nas nossas informações.

Como V. Exa. falou: nem tanto ao mar, nem tanto a terra. Eu também sou um daqueles que se alinha com V. Exa. em relação, principalmente, a esses redutores nas rodovias, até porque aquelas vias são vias de velocidade. Então, eles têm que permanecer, sim. Nesse aspecto, eu sou um dos defensores. Acho que a linha atual de retirada desses redutores também não é correta, no caso de rodovias.

No caso urbano, como estamos tratando aqui especificamente, até por uma questão de justiça, pela minha forma de ser, pelo meu jeito de ser, pela minha conduta – eu sempre fui um moderado –, até por uma questão de justiça, eu gostaria de dizer que esse mesmo modelo que o Senador Cristovam Buarque implantou aqui na nossa cidade... A Prefeita de Boa Vista, no



mandato anterior e neste também, colocou, nos locais de maior movimento, nas portas de escolas, nas áreas bancárias, nos postos de saúde, essas linhas amarelas, progressivamente. E, diga-se de passagem, no nosso Estado, eu poderia dizer que as pessoas são educadas: elas param quando a pessoa vai passando com filho, de bicicleta. Sinalizam com a mão, e as pessoas já obedecem também.

Agora, de um ano para cá, o que na verdade causou estranheza à população foi a quantidade de radares que se colocou na área urbana e a quantidade de multas, Senador Girão, que realmente passou de 15, 20 mil multas para 160 mil multas, ou seja, aquilo ali é claramente uma verdadeira indústria de multas que se criou na nossa capital. E é disso que a população tem reclamado e nós, na verdade, temos que defender.

Então, quero dizer que esse tema é um tema recorrente. Eu não poderia realmente deixar de comentar aqui, até porque eu tenho certeza de que milhares de pessoas que nos assistem neste momento, nas várias cidades do Brasil, também concordam com o que nós estamos dizendo aqui. É o excesso de multas, são aqueles fiscais que ficam escondidos atrás da árvore, parecendo sombra, com aquelas pistolas de identificação de velocidade. E, quando você percebe, está lá a sua carteira, já perdeu quatro, seis, oito, dez pontos, e assim por diante.

E, veja bem, eu pedi uma estatística que ainda não consegui, uma curva, em que esse excesso de velocidade... Por exemplo, a velocidade limite é 60, a pessoa passa com 70 e tem, obviamente, como recorrer, mas, de qualquer forma, você vai ter que pagar aquela multa. Então, a população já está tão sofrida, que você continuar dando a ela esse presente de grego não é justo. Então, é isso que eu queria comentar hoje nesta manhã de sexta-feira, dia 10 de maio.

E também quero fazer uma última comunicação, Sr. Presidente, de que estarei recebendo, daqui a poucos minutos, no meu gabinete, o Embaixador da República Cooperativa da Guiana, George Wilfred Talbot, que vai discutir assuntos de interesse das nossas fronteiras. E também é um país irmão, convivemos ali com a Guiana seja na troca de mercadoria, seja nas economias complementares. Tenho certeza de que será uma audiência extremamente proveitosa, porque é um país irmão. E o Brasil, na verdade... Pela fronteira enorme que temos com a Guiana – são praticamente mil quilômetros que Roraima tem com a Guiana –, isso aí vai realmente facilitar as tratativas junto com o governo do Estado, junto com o Governo Federal, para aproximarmos mais ainda Roraima e o Brasil do país amigo, a República Cooperativa da Guiana.

Portanto, muito obrigado. Que Deus nos abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Chico Rodrigues. Meus cumprimentos pelo pronunciamento. Eu aproveito este momento, antes de encerrar os trabalhos, para fazer dois registros de documentos que recebi do Rio Grande do Sul.

Na terça-feira, dia 7, aconteceu uma assembleia geral unificada em Porto Alegre dos policiais civis, com o objetivo de deliberar sobre a posição deles em relação à reforma da previdência. Eles deixam claro que fizeram uma ampla consulta a sua categoria e manifestaram descontentamento com o texto aprovado pelo Governo.

O Presidente do Sinpol (Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Rio Grande do Sul), o Sr. Emerson Ayres, ressaltou que a proposta que ora foi apresentada não foi aquela que foi falada efetivamente para esse setor. Disse mais. Ressaltou o atual Governo foi eleito, em grande parte, pelos profissionais da segurança pública, sob a tese de que a pauta seria prioridade. Para Ayres, a



reforma previdenciária ataca direitos e garantias que foram conquistados através de muita luta e pelo reconhecimento de uma atividade...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que coloca a vida do policial em risco 24 horas do dia, e a retirada do direito desses servidores foi a única medida apresentada pelo Governo até o momento.

Aqui ele demonstra a toda a categoria desses profissionais da segurança pública o seu descontentamento.

Após a assembleia, houve uma passeata dos policiais no centro de Porto Alegre, capital do Rio Grande. Foram até o Palácio Piratini, sede do Governo do Estado, onde participaram e se manifestaram demonstrando seu desagrado com o texto da Reforma da Previdência e o repúdio a qualquer atitude do Governo que retire direito dos policiais.

O evento foi organizado pela representação da UPB Nacional do Rio Grande do Sul, UPB Gaúcha, formada por entidades de classe da segurança pública lá do Rio Grande, Sinpol RS, Sinpuf RS, Sinprf e Ugeirm, também do Rio Grande do Sul.

O outro documento que recebi... E vou agora fazer o registro da presença aqui nas galerias do Colégio Santo Antônio de Belo Horizonte. Meus cumprimentos. Sejam bem-vindos. Nós estamos encerrando os trabalhos. Visitantes que estão aqui neste momento, estejam à vontade. Eu ainda vou ler outro documento com que havia me comprometido.

Esse é dos trabalhadores rurais. Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul. Eles começam dizendo: "Porque, para nós, uma semente é mais que um grão na terra".

Nota pública da Fetraf sobre a suspensão do financiamento do Pronaf.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS), em conformidade com a Contraf Brasil, vem demonstrar a preocupação em relação à linha de financiamento [...] que foi suspensa em 30 de abril de 2019 e atinge, principalmente, os agricultores e agricultoras que [...] [precisam ter acesso a] créditos menores [aí é via Pronaf].

O Governo [...] [atual] tem optado por medidas que acabam com as políticas públicas de fortalecimento da Agricultura Familiar. Dessa vez, a superintendência de operação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) emitiu novamente uma circular suspendendo os pedidos de financiamentos relativos às operações de investimento no âmbito do Pronaf. Investimento referente à linha de crédito com taxa de juros prefixada de até 4,6% a.a. A justificativa [...] foi em decorrência do orçamento para o Ano Agrícola 2018/2019.

A Agricultura Familiar mais uma vez é prejudicada com o orçamento, principalmente, quando representamos um faturamento anual na importância de US\$55,2 bilhões. Com a suspensão do Pronaf, R\$800 milhões deixaram de ser repassados aos Agricultores e Agricultoras Familiares, considerando que já foram apresentados novos pedidos na ordem de R\$350 milhões, apenas no Banco do Brasil, que atendem a metade dos financiamentos dessa linha. O recurso disponível do plano Safra 2018/2019 era de R\$31,4 bilhões.

A previsão do próximo plano é de corte no orçamento, que deve cair de R\$31 [...] [bilhões] para R\$26 [...] [bilhões] em junho. Dados [...] [fornecidos pelo] Ministério da Agricultura



Familiar mostram que as operações do Pronaf no período de julho de 2018 a abril de 2019 cresceram 42,95% no número de contratos e 30,75% no valor [...] [do contrato], quando comparadas com igual período da safra anterior. Logo, a lógica econômica seria de aumentar o investimento no setor e não cortar investimentos se existe a demanda.

A linha de financiamento suspensa atinge principalmente os Agricultores e Agricultoras que acessam os créditos menores, como os [...] [assentamentos] da reforma agrária. Em anos anteriores, a falta de recursos não ocorria, pois havia subvenção. Para nós, a medida é preocupante diante da atual conjuntura de desmonte de políticas públicas específicas [...] [para a] Agricultura Familiar, somadas às declarações do Governo e da própria ministra Tereza Cristina, que disse, durante evento de posse do novo presidente da Anater, que irá [...] [diminuir] "esse nome", referindo-se à Agricultura Familiar. "Não temos mais essa divisão no Governo, cada governo lança sua meta e [...] o seu viés. Nós teremos a agricultura dos pequenos, médios e grandes produtores", [...]. A declaração representa [na visão da entidade] um ataque direto aos trabalhadores [...] [do campo] da Agricultura Familiar, quando existe uma lei que reconhece as atividades de mais de 4,2 milhões de famílias de agricultores.

Até então, a Agricultura Familiar coloca o Brasil como 8º maior produtor de alimentos do mundo, segundo dados do Banco Mundial e do próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Declaramos que esse, definitivamente, não [...] [pode acontecer, porque o Governo tem que representar a todos, e naturalmente é um Governo que tem que representar também] a Agricultura Familiar. E, mantemos [...] [aqui a nossa caminhada] cumprindo o papel de defesa da Agricultura Familiar e do respeito ao meio ambiente e recursos naturais, visando a produção de alimentos com sustentabilidade para uma alimentação mais saudável [...] [a toda] população brasileira, com segurança alimentar, nutricional [naturalmente dentro da] soberania alimentar.

Esses são os dois documentos que eu recebi do Rio Grande do Sul. Como sempre cumprio a palavra, havia me comprometido a ler, nesta semana, e o fiz neste momento.

Registramos aqui agora a presença conosco do Colégio Santo Antônio, ensino fundamental de Belo Horizonte.

Sejam bem-vindos. Estamos encerrando a sessão, mas ficam aqui os nossos cumprimentos.

Eu falava hoje da tribuna que é fundamental a participação, na vida pública do País, da juventude, inclusive na política; e tenho aqui aplaudido as manifestações que estão ocorrendo em todo o País para que não haja nenhum corte em investimentos na educação. A educação é fundamental; sem educação país algum vai a lugar algum.

Vida longa à nossa juventude, vida longa à educação no Brasil e no mundo. Somente assim vamos acabar com a violência e teremos uma política de paz, em que os jovens, com certeza, ocuparão o espaço que merecem junto à sociedade brasileira. E, para ocupar esse espaço que vocês tanto merecem só há um caminho, eu diria: educação, educação e educação!

Quando eu era moleque ainda... Meus pais já são falecidos, mas eles deixaram uma mensagem que eu nunca esqueci. Éramos dez irmãos, pai e mãe, analfabetos, ganhavam o salário mínimo: "Quer vencer na vida? Nunca esqueça: honestidade, estude tudo o que você puder e trabalhe".

Vida longa à nossa juventude!

Uma salva de palmas para vocês. (*Palmas.*)



Assim, terminamos a sessão de hoje.
Que Deus ilumine a todos.
Obrigado.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 13 minutos.)



Ata da 69ª Sessão, Especial,
em 10 de maio de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Izalci Lucas.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 16 minutos e encerra-se às 15 horas e 34 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a homenagear a Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos do Requerimento nº 91, de 2019, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores.

Convido, para compor a Mesa, a Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Coronel Sheyla Soares Sampaio. (*Palmas.*)

Convido o Ministro do Superior Tribunal Militar, o Sr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz. (*Palmas.*)

Convido também o Subcomandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Coronel Sérgio Luiz Ferreira de Souza. (*Palmas.*)

Convido também o Chefe do Estado-Maior, Coronel André Di Lauro Rigueira. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional, a ser executado pela Banda da Polícia Militar do Distrito Federal.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Assistiremos agora a um vídeo em homenagem à Polícia Militar do Distrito Federal.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Quero aqui também registrar a presença dos nossos homenageados: o 1º Tenente da Polícia Militar do Distrito Federal, Sr. Rodrigo Silvério dos Santos; e o 1º Sargento da Polícia Militar do Distrito Federal, Sr. Ricardo Rócio Monteiro.

Agradecer também a presença do Comandante da Polícia Nacional do Peru, Sr. John Alvarado Sánchez; do Coronel da Polícia Nacional do Peru, Sr. Fredy Eduardo Castillo Luque; do Adido de Defesa da Embaixada da República Dominicana, Cel. Henry Holguin; do Adido da Embaixada da República do Panamá, Sr. Cel. Jeremias Urieta; do Adido Policial Comandante da Guarda Civil da Embaixada do Reino da Espanha, Sr. José Ángel López Malo; do Conselheiro da Embaixada do Reino da Espanha, Sr. José Luis Bergés Fernández; do Corregedor da Polícia Militar do Distrito Federal, Sr. Cel. William Araújo; do Chefe do Departamento de Logística e Finanças da Polícia Militar do Distrito Federal, Sr. Cel. Lobão; dos Coronéis da Polícia Militar do Distrito Federal, Sr. Carlos André, Sr. Edmar Martins, Sr. Gilmar da Silva Ferreira, Sr. Helbert e Sr. Vinícius Silva de Freitas; do Diretor-Geral da Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança do Distrito Federal (Feconseg), Sr. Marcelo de Carvalho Silva; do Regente da Banda Sinfônica da Polícia Militar do Distrito Federal, 1º Tenente Josael Albertin Moreira.

Quero cumprimentar aqui o Ministro do Supremo Tribunal Militar Sr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz; a Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, a nossa Cel. Sheyla Soares Sampaio; o nosso Subcomandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Cel. Sérgio Luiz Ferreira de Souza; o Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar do Distrito Federal, Cel. André Di Lauro Rigueira, e cumprimentar todos os nossos policiais militares do Distrito Federal e do País como um todo e também os nossos convidados e servidores.

Estamos aqui hoje para homenagear a Polícia Militar do Distrito Federal, uma corporação que, há 210 anos, cuida de nosso País e de nossa gente.



Senhoras e senhores, a minha admiração pela corporação é imensa. O meu respeito por esses homens e mulheres que colocam em risco suas vidas para nos proteger é enorme.

Ao longo de todos esses quase 60 anos de ação e trabalho, a Polícia Militar do Distrito Federal tem dado exemplos de competência, dedicação e amor em suas ações e, sobretudo, no dia a dia de suas funções na proteção de nossa Capital Federal, do Planalto Central deste País e de nossa gente.

A Polícia Militar do Distrito Federal tem 210 anos para celebrá-la com todo respeito e consideração. Aqui, são quase 15 mil homens e mulheres espalhados por todo o Distrito Federal, divididos em 45 batalhões, regimento, além de unidades médico-hospitalares, educacionais e administrativas. São cidadãos e cidadãs que estão sempre a postos para nos dar segurança e bem-estar. A nossa Polícia Militar ainda faz um trabalho primoroso de cidadania com programas de prevenção à violência doméstica, drogas e apoio a diversos grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade. São ações que fazem a diferença na vida de muita gente. Nós confiamos e acreditamos nesses homens e mulheres que nos protegem e nos ajudam. Nós confiamos em vocês hoje e sempre!

Meus amigos e minhas amigas, todos nós sabemos das dificuldades pelas quais passam algumas corporações, especialmente as que atuam diretamente junto à população. Todos nós sabemos dos perigos dessa vida. O aumento da criminalidade, porém, extrapola o poder da ação policial e está centrado especialmente nos problemas sociais, na omissão do Estado em proporcionar ao cidadão educação, saúde, bem-estar e trabalho. Também se centra na impunidade dos crimes e na correta aplicação das penalidades por falta de estrutura e no sistema carcerário precário, bem como em leis que favorecem os criminosos e penalizam as vítimas e suas famílias.

A Polícia Militar do DF sabe de tudo isso e, mesmo com todas essas dificuldades, tem realizado, na nossa Capital, um trabalho exemplar de segurança.

Sabemos que é preciso ter consciência. É preciso ter amor e, sobretudo, verdade.

Fiz vários pronunciamentos na Câmara dos Deputados e chamei a atenção para nossos policiais. Aqui, nesta Casa Maior, peço-lhes que olhem para esses nossos bravos protetores com o carinho e o respeito que merecem.

Senhoras e senhores, esta sessão solene comemorativa dos 210 anos da criação da Polícia Militar do Distrito Federal é o reconhecimento da importância dessa nobre instituição no cenário da história da Pátria. É a justa homenagem à instituição que participou sempre de forma marcante e honrosa de todos os acontecimentos de importância na história da Nação brasileira. Deles fazem parte os nossos policiais militares que diariamente nos protegem e nos socorrem.

Agora, para homenageá-los, assim como homenagear as suas famílias e os amigos, vamos agraciar dois de seus companheiros com um certificado de honra ao mérito e, em nome deles, agradecer a todos vocês pela coragem, dedicação, compromisso e, sobretudo, o carinho com o qual nos vigiam e nos guardam.

Senhoras e senhores, ao 1º Tenente Rodrigo Silvério dos Santos, do BPRV, por seu trabalho de excelência na apreensão de fuzis, explosivos e drogas. Foram mais de 300 armas de fogo, 3 toneladas de entorpecentes, 200 veículos roubados e centenas de prisões em flagrante. Ao Tenente Rodrigo o nosso muito obrigado.

Ao 1º Sargento Ricardo Rócio Monteiro, do BPCães, pelos quase 30 anos de serviços prestados na proteção aos animais, mas, principalmente, por conseguir verificar o uso dos animais



para o tráfico de drogas e armas. Descobriu-se que, dessa forma, muitos conseguem ultrapassar fronteiras e praticar crimes. Obrigado ao Sargento Ricardo pelo importante trabalho.

Meus amigos e minhas amigas, são eles que vivem e morrem por nós. E, por isso, quero, neste momento, abrir essas aspas ao jornalista Pedro Bial, que, em um momento especial, quando alguns de nossos heróis PMs foram mortos, disse de todo o nosso sentimento – abre aspas:

Há coisas que consideramos certas, como o ar que respiramos, e que só valorizamos quando o perdemos. Há momentos em que a liberdade e a vida se misturam e só as entendemos quando as perdemos. Há um tempo de viver, construir e ser feliz. Basta viver e não perder essa melhor fase da vida, mas temos uma linha de frente da democracia. Para além de manter a ordem, sua função é garantir nossa liberdade.

É fácil criticá-los. Num fim de semana, trinta e cinco se foram. Dia das mães, Dia do enterro dos filhos. Policiais civis... militares... um bombeiro!

O nome oficial é agente do estado, mas, desde crianças, aprendemos a chamá-lo de "seu guarda". Guardam. Vivem, e morrem, para nos guardar.

Quem sabe, esta tragédia não seja a oportunidade... *(Pausa.)*

Quem sabe, esta tragédia não seja a oportunidade que nos faltava para refletir sobre esses homens e mulheres que, por tão pouco soldo, protegem algo muito frágil, delicado: a construção do Brasil. *(Palmas.)*

Em favor dos bons, lutemos!

Para finalizar, eu quero reafirmar meu apoio, minha gratidão e admiração à Polícia Militar do Distrito Federal.

Parabéns a todos e obrigado pela presença. *(Palmas.)*

A Presidência convida para receberem a homenagem pela relevante atuação na corporação os seguintes oficiais: o 1º Tenente Rodrigo Silvério dos Santos e o 1º Sargento Ricardo Rócio Monteiro. *(Palmas.)*

(Procede-se à entrega do certificado de honra ao mérito ao Sr. Rodrigo Silvério dos Santos.)

(Procede-se à entrega do certificado de honra ao mérito ao Sr. Ricardo Rócio Monteiro.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Convido a Sra. Nyedja Gennari para contar a história da Polícia Militar.

A SRA. NYEDJA GENNARI – Senhoras e senhores, boa tarde!

As histórias marcam, inspiram, emocionam, divertem, são inventadas ou reais. Por isso, nesta tarde, eu convido cada um de vocês presentes a uma viagem, uma viagem por uma história real, emocionante e inspiradora.

Então, apertem os cintos da imaginação – ou soltem, se preferirem – e viagem comigo pela história da Polícia Militar brasileira.

Poucas polícias no Planeta podem se orgulhar de ter uma história tão bonita quanto a da Polícia Militar brasileira, e ela merece ser contada precisamente, pois a sua atuação continua sendo essencial e a sua relação com a população também. Então, nada mais justo que começarmos esta sessão solene ouvindo essa bela história.

A ideia da Polícia no Brasil surgiu há muito tempo, ainda em 1500, quando D. João III resolveu instituir o sistema de capitânias hereditárias como divisão territorial vigente no País. Martim Afonso de Souza recebeu, então, a chamada Carta Régia, que o estabelecia como



administrador e promotor da justiça, além de organizador do serviço de ordem pública da maneira que ele julgasse correta em todas as terras que conquistasse.

A partir daí, os registros mostram que, em 1530, surgiu a polícia brasileira, com o intuito de promover a organização dos serviços e da ordem pública.

Em nossa Pátria, o modelo de estruturação da polícia seguia a hierarquia usada em Portugal na Idade Média. O sistema então contava com a figura do alcaide-mor, uma espécie de juiz com atribuições militares e policiais; do alcaide pequeno, que prendia criminosos especialmente em incursões à noite; e do quadrilheiro, homem que fazia juramento de cumprir o dever policial, entre outros. Era o alcaide pequeno que fazia o policiamento nas cidades, e era ajudado por um escrivão da Alcaidaria, além dos quadrilheiros e do oficial de justiça, chamado de meirinho.

Muito depois dessa arcaica organização, surgia o embrião da Polícia Militar brasileira. Ele teve sua origem nas forças policiais criadas ainda no Brasil Império. A corporação com mais tempo é a do Estado do Rio de Janeiro, chamada de Guarda Real da Polícia. Ela tem a sua data inicial em 13 de maio de 1809, através de D. João VI, na época Rei de Portugal, que enviou sua corte de Lisboa para cá por conta da sangrenta guerra que Napoleão promovia na Europa.

Em 1830, D. Pedro I abdicou do trono e D. Pedro II não possuía idade para assumir. Surge, então, o governo regente, que desagrada em cheio ao povo, que contesta sua legitimidade. Movimentos revolucionários surgem, como a Guerra dos Farrapos e a Balaiada. Como eram considerados um perigo para a estabilidade imperial, o Ministro da Justiça, Padre Feijó, cria no Rio de Janeiro o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, com atuação importante na manutenção da paz e da unidade nacional.

Vale lembrar que, mesmo antes de a Família Real chegar ao País, já havia uma força de patrulhamento em Minas Gerais, datada do ano de 1775, como um regimento regular da cavalaria de Minas, criada na antiga Vila Velha, atual Ouro Preto. Era paga com o dinheiro dos cofres públicos e já podia ser considerada uma polícia militar mineira. A partir de 1831, os outros Estados passam a copiar a ideia e montar as suas guardas.

A partir da Constituição de 1946, as guardas municipais começaram oficialmente a serem chamadas de Polícia Militar. Surgia assim, de maneira oficial, essa corporação, que hoje é muito importante para o nosso País e segue incessantemente na busca da proteção do cidadão de bem e da justiça.

Em Brasília, temos um motivo muito especial também para celebrar: temos a primeira coronel comandante oficial da Polícia Militar, um orgulho, a única do País, a terceira indicada nesse segmento.

Por isso, cada um de vocês receba, em nome do Senador Izalci Lucas e de toda a sua equipe, a nossa eterna gratidão por um trabalho tão lindo que executam no dia a dia, muito mais bonito do que qualquer história.

Eu sou Nyedja Gennari, contadora de histórias. (*Palmas.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Convido para fazer uso da palavra o Ministro do Supremo Tribunal Militar, Sr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

O SR. PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ – Boa tarde.

Exmo. Sr. Senador Izalci Lucas, Presidente da Mesa; Exma. Sra. Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Cel. Sheyla Soares Sampaio; Exmo. Sr. Subcomandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Cel. Sérgio Luiz Ferreira de Souza; Exmo. Sr. Chefe do



Estado-Maior, Cel. André Di Lauro Rigueira; Exmos. senhores coronéis, oficiais superiores, senhores adidos estrangeiros creditados no País, senhores oficiais, minhas senhoras e meus senhores, é com enorme satisfação e muita alegria, Senador Izalci, que compareço, nesta tarde aprazível do final de semana, para assistir à mais justa homenagem à Polícia Militar de dois séculos.

Inicialmente, desejo cumprimentar V. Exa., Senador Izalci, pela sua brilhante iniciativa de promover esta sessão especial com homenagem justa, merecida, de reconhecimento e de apreço à gloriosa corporação Polícia Militar do Distrito Federal, que teve origem na Corte, em 1809, 11 meses depois da criação do Tribunal que integro, o Superior Tribunal Militar. Pertencemos a duas instituições bicentenárias que prestaram os mais relevantes serviços à Nação e ao seu povo.

Eminente Senador Izalci, perceber uma homenagem, o reconhecimento do Parlamento é muito gratificante, porque vinda da Casa das Leis, dos elaboradores legislativos, esta iniciativa de apreço, de reconhecimento, de gratidão, e percebi, do discurso de V. Exa., a emoção ao falar dessa corporação e do heroísmo de seus membros, que contagia a todos, é o melhor exemplo para o cidadão comum, que partiu da sua Casa de Leis. Então, meus cumprimentos, meus parabéns, eminente Senador Izalci e demais Senadores que assinaram com V. Exa. esta oportunidade para falar.

Quero registrar aqui, por último, porque devo ser breve, o meu apreço, o meu reconhecimento, a minha admiração à corporação policial militar, às corporações policiais militares do País e, em especial, à Polícia Militar do Distrito Federal, por tantos relevantes, importantes, destacados e significativos serviços prestados ao País e principalmente a seu povo diuturnamente.

Como membro do Poder Judiciário Militar, a mais alta instância da Justiça Militar brasileira, tenho me batido há muitos anos pelo conagração, integração, especialmente com a Justiças Militares estaduais, também um polo importante na administração de Justiça deste País, referindo-me aqui a grandes amigos que temos: o Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, o Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais e as auditorias por este País.

Já finalizando, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Senadores, eu registro aqui o meu agradecimento pelo convite a esta singular sessão e deixo registrados o meu apreço, a minha consideração e, sobretudo, o reconhecimento e o carinho que tenho por esta corporação, por esta instituição: Polícia Militar do Distrito Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Quero registrar a presença do nosso querido e grande Líder no Senado Senador Wellington Fagundes, de Mato Grosso. Já o convido para fazer uso da palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para discursar.) – Eu quero saudar aqui a Mesa em nome do proponente, o Senador Izalci Lucas, que demonstrou já aqui não só a sua sensibilidade humana, mas, principalmente, o reconhecimento ao papel da Polícia Militar no Brasil. Por isso, aqui, eu quero saudar a todos da Mesa, em nome do Ministro do Supremo Tribunal Militar Sr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz e também da Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, a Cel. Sheyla Soares Sampaio.

Que boa esta Mesa com militares e com a presença das mulheres aqui! Parabéns! Tenho a certeza de que V. Sa. representa aqui todas as mulheres, com força e com garra, que querem fazer a transformação deste País em um País mais justo, com mais oportunidades. Com certeza, a



presença de V. Sa. nesta Mesa representa também o chamamento das mulheres para o resgate, cada dia mais, das oportunidades e da luta, para que a gente consiga, não em 200 anos, mas quem sabe em 50 ou 80 anos, fazer com que as mulheres tenham condição de igualdade no Brasil. Historicamente, se não houver muitas Sheylas Soares à frente desse trabalho, isso ainda demorará, talvez, mais de cem anos; historicamente, seriam 200 anos, mas sei que, com as Sheylas da vida, nós vamos mudar isso. A mulher, hoje, no Brasil, com a mesma jornada de trabalho e com a mesma qualificação, de modo geral, ainda ganha muito menos que o homem.

Quero cumprimentar também o Subcomandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, o Cel. Sérgio Luiz Ferreira de Souza, e também o Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar do Distrito Federal, o Cel. André Di Lauro Rigueira.

A todos os que aqui estão presentes e a todos os brasileiros que nos assistem, quero dizer que fiz questão de vir a esta sessão em homenagem à Polícia Militar, com 210 anos de tradição no Brasil, porque sempre percebemos que, quando a comunidade respeita a Polícia Militar e tem a Polícia Militar e as polícias de um modo geral como amigas da comunidade, essa comunidade vive muito mais em paz. Então, há um trabalho conjunto a ser feito.

Eu tenho certeza de que a disciplina e os exemplos de homens e mulheres neste Brasil afora, mesmo com tantas dificuldades... E hoje a gente percebe que aquele que está nos desvios, o narcotraficante, enfim, a bandidagem de modo geral, infelizmente, está mais equipado, mais informado, com melhores condições de exercer aquilo que está exercendo, e isso coloca em risco muito até a integridade física dos profissionais que estão aí para garantir a segurança de nós brasileiros. Então, eu falo aqui como cidadão comum também.

Hoje se discute muito o porte de arma. Eu pessoalmente nunca usei uma arma. E essa discussão é muito complexa. Eu sou do Estado de Mato Grosso, um Estado também rural, onde às vezes o cidadão está lá, dentro da sua propriedade, e não tem a sua defesa. Por outro lado, a gente vê crimes às vezes tão banais, como no trânsito, e o cidadão despreparado portar uma arma também é algo extremamente perigoso. Por isso, eu não me julgo competente para discutir esse tema. Mais do que nunca, num tema como esse, é importante a participação e o posicionamento, inclusive, de quem está mais na ponta com o cidadão, que é a Polícia Militar. Então, nessa discussão, neste momento, eu gostaria, Senador Izalci, dada a sua liderança aqui nesta Casa, que V. Exa. até ajudasse a promover essa discussão com mais intensidade, porque o tamanho do Brasil... E eu, principalmente, falo aqui pelo Mato Grosso, um Estado que tem 720km de divisa seca e mais 300km de divisa em água. Ali, a intensidade do narcotráfico é muito grande, e o Estado não consegue estar presente.

Por isso, eu quero aqui, neste momento, não só falar a vocês profissionais que aqui estão e que defendem a população brasileira, mesmo com essas dificuldades todas, mas muito mais chamar atenção para o valor da Polícia Militar no Brasil, que às vezes é até incompreendida, porque, quando vai abordar o cidadão, primeiro, recebe a reação, mas, às vezes, o cidadão não sabe avaliar o papel que desenvolve essa tão nobre profissão. Então, além das homenagens, do reconhecimento do papel de vocês, eu quero aqui também chamar atenção, neste momento que vive o Brasil, para as necessidades das transformações que nós aqui, no Congresso, estamos, inclusive, às vezes, a votar. E eu sempre tenho dito que uma lei, quando é feita na pressão, na opressão, normalmente não é uma boa lei. Então, nada melhor do que o preventivo e a discussão com quem sabe e conhece a realidade das áreas para poder aqui nos ajudar nessa tão nobre função de legislar.



Quero também registrar o papel do Senador Izalci aqui na liderança, com todos nós, pela sua experiência – ele foi Deputado comigo vários mandatos. Estar aqui homenageando a Polícia Militar brasileira, Senador Izalci, eu acho que é um ato de V. Exa. não só de reconhecer, mas também, e principalmente, de chamar a atenção do Brasil para os profissionais que estão aqui nessa nobre função de defender o dia a dia do cidadão. Essa profissão tem que ser reconhecida por todos nós.

Agora estamos falando da reforma da previdência. É outro tema em que às vezes muitos querem igualar a profissão de um militar com outras tantas profissões. Eu acho que é inigualável. A profissão do militar é sob tensão o tempo todo. Portanto, não dá para se discutir que a profissão dos militares de um modo geral deva ser tratada igual a outras tantas profissões.

Por isso, eu quero aqui agradecer a oportunidade de estar aqui neste momento, em nome de todos os policiais do meu Estado, que eu reconheço, inclusive, como uma polícia que a cada dia mais tem evoluído. É uma polícia muito organizada que cumpre também um papel no desenvolvimento do nosso Estado – é importante destacar esse outro papel. Uma vez, eu ouvi uma palestra de um militar dizendo que a maioria dos crimes elucidados se dava exatamente com a participação da comunidade. Quando o cidadão tem um vizinho que chega com comportamentos diferentes, tem que ser avisada a Polícia Militar. Mais do que isso, o que eu quero dizer é que a Polícia Militar cumpre um papel social extremamente relevante, desde a educação, nos colégios militares, às iniciativas sociais – lá no meu Estado há muitas – ajudando também na educação, na saúde, no esporte... Então, o policial militar de um modo geral, pela sua preparação, enxerga à frente, vai à frente, é um partícipe real do processo de desenvolvimento socioeconômico do nosso País.

Parabéns a todos vocês. Comemorem muito! O desafio é muito grande, mas eu tenho certeza de que homens preparados e mulheres preparadas como vocês podem – e podem muito – ajudar neste momento em que o Brasil passa por transformações.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Passo a palavra, agora, à nossa Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, a Cel. Sheyla Soares Sampaio.

A SRA. SHEYLA SOARES SAMPAIO – Primeiramente, boa tarde a todos.

Agradeço imensamente a Deus pela oportunidade de estar aqui representando a nossa Polícia Militar do Distrito Federal.

Eu gostaria de agradecer imensamente o nosso Presidente, requerente desta sessão, Sr. Senador Izalci Lucas, pela iniciativa de sempre homenagear a nossa corporação, de reconhecer o nosso trabalho e ainda de se emocionar com o nosso valor.

Agradeço ainda a presença do nosso Senador Wellington Fagundes, que dirigiu palavras tão valorosas à nossa instituição. Agradeço também a presença do nosso Ministro do STM Sr. Péricles, já tive também a satisfação de visitá-lo e de dividir momentos de muito orgulho para nossa instituição. Agradeço aqui imensamente aos Srs. Cel. Sérgio e Cel. Rigueira, nosso Subcomandante-Geral e Chefe do Estado-Maior da nossa Polícia, que aceitaram o convite e o desafio de compor o nosso time para conduzir este navio chamado Polícia Militar, o que não é tão fácil assim. Gostaria ainda de agradecer a presença dos nossos homenageados, Ten. Silvério e Sgt. Rócio, dos nossos oficiais e praças aqui presentes, muito me honra tê-los na nossa equipe, e dos nossos cadetes, que aqui representam o nosso templo do saber e que se comprometem a muito bem



representar o futuro da nossa instituição. Agradeço ainda às autoridades militares e civis, bem como aos integrantes da nossa sociedade, que reservaram minutos do seu dia para participar desta sessão solene em homenagem à nossa corporação. E um muito especial obrigado, de coração, à minha querida amiga Nyedja, mais nova cidadã honorária do DF, que me emocionou mais uma vez. Se já não bastasse esta semana, ainda me honra em vir aqui com essa adorável surpresa. *(Pausa.)*

Vamos lá. *(Palmas.)*

Essa surpresa me pegou de calça curta, Senador, mas vamos lá.

Senhoras e senhores, boa tarde.

A Polícia Militar do Distrito Federal completará na próxima segunda-feira, dia 13 de maio de 2019, 210 anos de existência a serviço do nosso Distrito Federal e do nosso País.

Nossa história, como aqui narrado pela nossa contadora de histórias, começou em 13 de maio de 1809, com a criação por D. João VI da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, primeiro núcleo das atuais polícias militares estaduais, a qual tinha a missão de guardar e vigiar o Estado do Rio de Janeiro, transformando-se mais tarde na nossa Polícia Militar do Distrito Federal, sendo instalada definitivamente na nossa sede da Capital em 1966.

Ao longo de mais de dois séculos, estivemos presentes em todos os episódios marcantes da história da nossa cidade e do nosso País, participando dessa história. Posso ressaltar que pudemos promover a preservação da ordem pública na Capital Federal por ocasião das Diretas Já, na promulgação da Constituição de 1988 e na segurança da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Sempre tivemos um papel de fundamental relevância durante todas as manifestações do nosso País, principalmente em nossa Capital, onde, de forma irrepreensível, garantimos aos cidadãos brasileiros o pleno exercício de seus direitos constitucionais, mantendo, ao mesmo tempo, a segurança de toda a população, demonstrando, assim, todo o preparo e profissionalismo dos nossos policiais.

Com esse passado de glórias, no presente, o que nos enaltece e nos orgulha é continuar nossa luta pela consolidação dos direitos democráticos, em prol da vida, da segurança, da tranquilidade pública da nossa Capital.

Com isso, cabe a nós, nesta solenidade que tanto honra a nossa corporação, mostrar a todos a nossa evolução ao longo dos anos, a melhoria nas relações do nosso público interno, em que, hoje, oficiais e praças interagem na construção de uma Polícia Militar mais forte; na seleção de policiais com melhor formação acadêmica, o que impacta no melhor atendimento à nossa sociedade; na aquisição e utilização de equipamentos e armamentos de ponta, o que garante ao nosso profissional uma maior segurança; investimento em capacitação no nosso maior bem, ou seja, nos nossos policiais militares, fortalecendo a importância desses heróis para a nossa corporação, motivando-os a trabalhar cada dia melhor, bem como aumentando a credibilidade da Polícia Militar junto à nossa sociedade.

Honra-nos ter como patrono o mártir Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que deu sua vida pelos ideais de liberdade e igualdade. E, como Tiradentes, temos, em nossa corporação, inúmeros heróis anônimos, que diariamente se entregam, de maneira incansável, na busca de soluções para os mais variados conflitos da sociedade. Muitos desses heróis também perderam sua vida na garantia da segurança da nossa população. E a estes bravos guerreiros da paz e da segurança ficam registradas a nossa homenagem e profunda gratidão.



Além do enfrentamento à criminalidade e da preservação da ordem, desempenhamos ainda um relevante papel social, desenvolvendo dezenas de programas sociais de alta significação à população do Distrito Federal.

Na área operacional, os resultados e a produtividade são demonstrações claras da dedicação de cada policial militar. Apesar de um cenário de dificuldades de efetivo e uma população cada vez maior, temos alcançado excelentes números, como a menor taxa de homicídios desde 1986, bem como atingido agora, no mês de maio, a meta estabelecida pela ONU de redução de até 50% do índice de mortalidade no trânsito.

Esse é o resultado de um trabalho vocacionado, razão pela qual desejo agradecer, de forma especial, a cada policial militar que compõe os quadros da nossa instituição, pela dedicação, pelo profissionalismo e pelo comprometimento demonstrados em defesa da sociedade. O trabalho, a vontade de superação e o sentimento de bem servir dos senhores e senhoras enobrecem e valorizam a nossa instituição.

Aproveito o ensejo para agradecer o apoio do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, que não tem medido esforços em auxiliar a Polícia Militar para o cumprimento de sua missão, reconhecendo os nossos esforços.

Agradeço especialmente ao nobre Senador Izalci Lucas, que, anualmente, apresenta esta deferência à nossa instituição, ainda também com o apoio de todos os Parlamentares aqui presentes.

Assim, convido a todos a continuarem a fazer parte da nossa história, a escolherem sempre o lado do bem e principalmente a confiarem nesses homens e mulheres que sabem bem a hora em que acordarão todos os dias, mas nem sempre se dormirão ou retornarão aos seus lares. Escolhemos, sim, ser policiais militares, e isso representa escolher viver para atender, servir, proteger e, em muitos casos, se sacrificar.

Finalizando, saúdo nossos policiais militares que por aqui passaram, homens e mulheres que dignificaram a sua história e a nossa corporação, parafraseando alguns versos da canção do policial militar:

Em cada instante da vida
Nossa Polícia Militar
Será sempre enaltecida
Em sua glória secular!

Meu muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Quero também registrar a presença do Oficial de Segurança da Embaixada do Canadá, Sr. Felipe Luiz; também do Sgt. Damasceno, assessor do nosso querido Deputado Distrital Hermeto; de meu amigo também da Polícia Militar Jabá; e dos demais policiais militares.

Aproveitando a fala do meu Líder e amigo Senador Wellington Fagundes, uma grande liderança do Senado, quero reforçar essas duas colocações. Primeiro, de fato, vamos fazer, sim, uma audiência pública, tendo em vista, inclusive, o decreto já lançado agora pelo Presidente Jair Bolsonaro, que merece talvez algumas discussões. De fato, V. Exa. tem razão: a gente precisa ouvir mais, porque quem sabe o que acontece na ponta é quem está lá, que, muitas vezes, sofre as consequências do que está acontecendo. Com certeza, faremos...



Ah! Está aqui o meu querido Senador grande representante da Polícia Militar, um policial militar representante do Rio Grande do Norte – achei que V. Exa. tinha viajado –, o Senador Styvenson. Já passo a palavra a V. Exa. Ele é um grande representante da Polícia Militar e é uma referência para nós aqui sobre segurança pública.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Posso usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Com a palavra V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para discursar.) – Até ontem, eu era policial – sou e nunca deixarei de ser.

Obrigado, Presidente Izalci, Senador Wellington e todos que assistem.

Hoje, eu ocupei a tribuna pela manhã, Maio Amarelo, para falar da segurança do trânsito. Ocupei a tribuna ontem também para falar sobre a questão do armamento, do estatuto. Falamos da vida do policial. Acho que, se tivermos comandantes, coronéis, capitães, tenentes, alunos oficiais, o que fui um dia... Se os nossos Estados tivessem mais policiamento, não ficariam tão sobrecarregados, e as pessoas, temerosas, precisando de armamento para se proteger e se autodefender. A nossa função é essa, e somos pagos para isso.

Eu passei 16 anos na Polícia Militar do Rio Grande do Norte. E é, com muito orgulho, que eu defendo todos os policiais deste País. É inaceitável policiais, irmãos nossos, perdendo a vida; é inaceitável!

E eu comentei isto durante o Estatuto do Desarmamento, ou do armamento, como foi dito ontem, que, se a arma dá essa confiança, essa garantia para a população de autodefesa; se nós estamos perdendo nosso espaço, policiais; se nós já não somos tão úteis assim pelo abandono, pelo descaso, pelo mau reconhecimento, pelos baixos salários, por falta de estrutura – eu digo isso para os policiais de todo o País, não só para os do Distrito Federal –; se nós estamos desacreditados por causa disso, Izalci; não sobrecarreguem, não deem à população essa possibilidade de autodefesa. Por mais que nós tenhamos tido treinamento, como eu tive treinamento, acompanhamento psicológico, não me dava garantia de paz aquela arma na minha cintura. Então, se, no meu Estado, ano passado, 22 policiais – 22 policiais! – perderam a vida não em serviço, mas fora da atividade, em casa, sendo assaltados, para terem a arma subtraída, no trânsito, para terem a arma subtraída, se está atingindo até a gente a violência, não é dando arma que vai melhorar. Eu penso assim.

Mas o assunto não é esse hoje – parabéns para todos vocês! –; o assunto não é esse, não é Izalci? Só toquei nesse assunto, porque é uma questão de valorização nossa. Eu bato sempre na tecla de que a gente tem que estar sempre bem, fardado, cabelo bem cortado, barba bem feita, coturno muito limpo, mas ninguém se preocupa com o que está na minha cabeça, com o que eu deixei em casa, se eu estou bem com a minha família; ninguém se preocupa com a saúde mental e física do policial. Se se preocupassem mais, quisessem saber, respeitariam mais cada policial.

Foram 16 anos vestindo farda. Terceiro "f", não sei se esse é igual ao que vocês usam; quarto "b", usando uma ponto 40, 16 munições contadas, entrando em comunidades perigosíssimas, semelhantes, não tão grandes quanto a de vocês aqui. Mas eu não preciso dizer que o meu Estado ocupa a primeira posição do *ranking* triste de violência. O policial hoje, nesta sociedade em que a gente vive, tem que ser muito bem remunerado, tem que ser muito bem reconhecido, tem que ter



privilégios, sim, porque nós damos a nossa vida pela manutenção da ordem pública; nós damos a nossa vida para que outras pessoas fiquem em paz. (*Palmas.*)

E é inaceitável policial ter que esconder farda; é inaceitável policial estar morando dentro de favela; é inaceitável policial estar com medo hoje, estar com problemas psicológicos; havendo uma quantidade de suicídio imensa; é inaceitável!

Quando eu disse que nós estamos abandonados, sucateados e que se sobrecarrega a população com pânico e medo querendo dar arma para ela para ela se defender, esse é o reflexo do que as pessoas enxergam da gente. Mas nós não somos ineficientes, porque somos ruins, não. Nós não temos quantidade numérica, porque isso é uma relação simples que qualquer policial aqui presente sabe.

Não adianta eu estar com uma arma, independentemente do calibre, Izalci, se eu estou em inferioridade numérica. O senhor acha mesmo que agora o bandido vai roubar um para um, que ele vai fazer o latrocínio de um para um? Ele vai para um carro com dez agora para assaltar, porque sabe que está armado. Volta-se à estaca zero. Ou algum policial sai sozinho na viatura aqui? Sempre há superioridade numérica e de armas.

Então, Izalci, muito obrigado, e a todos os policiais aqui presentes.

Eu demorei a chegar, mas eu não poderia faltar para dizer para vocês que, no meu Estado, muitas vezes não fui bem interpretado, Comandante, por não ter sido corporativista. Se nós exigimos da população a ordem, o cumprimento das leis, das regras, como policiais, temos de ser exemplares não só no fardamento, não só no cabelo, não só na barba, como já disse, mas na postura.

Eu cheguei a ser Senador... Eu sai de capitão a Senador pelo simples fato de cumprir a regra, fazer a coisa certa, ter postura. Olha que coisa interessante, Presidente Izalci: o simples fato de fazer o certo me trouxe ao Senado. Não fui corporativista, autuei coronéis, levei 15 dias de cadeia por autuar superiores hierárquicos a mim. Estão ouvindo, tenentes? Autuei, sim, Deputado, ministro, juiz. Nunca me acovardei, nunca me preocupei com a promoção. Preocupei-me em cumprir para todos, de forma igual, a lei. Esta é nossa missão: servir e proteger a população com igualdade. Seja na comunidade ou seja na Zona Sul, seja na favela, para pessoas sem poder aquisitivo, seja para os ricos que a lei seja igual. Que nós possamos cumpri-la e ter a consciência limpa e livre de voltarmos para casa com o trabalho bem feito. Isso me trouxe até aqui.

E o mais curioso é que foram seis meses só para eu estar aqui, sete, cem dias de mandato. Nunca havia participado de política. Utilizei meu próprio dinheiro. Economizei, claro, e gastei R\$26 mil. Fiz minha campanha sozinho por um partido de esquerda, porque me deu a chance e a liberdade de uma candidatura limpa, livre, sozinho. Não peguei carona com os militares; peguei carona com a população que queria que eu viesse aqui fazer tudo que eu já fiz para eles. Eles sabem que eu vou fazer.

Eu espero que aqui, olhando para todos os senhores, todos os senhores... A nossa missão é bem maior. Há pessoas que confiam na gente, pessoas que acreditam na gente, uma população que precisa ter de volta essa confiança na segurança pública.

Então, parabéns para todos os que saem todo dia e não sabem se vão voltar! Parabéns a vocês, policiais, por fazerem esse ótimo trabalho, que é a manutenção da ordem pública, por manter em paz a população. Está bom?

Obrigado, Izalci. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– O Senador Styvenson teve a experiência também da escola. Por favor, fale sobre a escola, que é o principal.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Gente, vou voltar, para falar da escola.

Se eu for falar do trabalho de polícia... Vou fazer uma retrospectiva, se o senhor me permite. São 16 anos de polícia. Quando eu era aluno igual ali, três estrelas... Não vou mentir, fui muito bem educado, escola particular, era conhecido como filhinho de mamãe, criado com Danoninho. Fiz concurso da polícia, aí tentaram me tirar por várias vezes, porque não era compatível.

A primeira abordagem, senhores, eu vou dizer como foi: entrei na viatura, tinha meu motorista e tinha o patrulheiro. Eu desço... Eu sempre gosto de falar isso para... "Senhor cidadão, boa tarde. Polícia militar do Estado do Rio Grande do Norte", como a gente aprende, não é? "Vá para a parede, mão aberta, pernas abertas, vou fazer uma abordagem, uma busca pessoal." Isso dentro de um bairro chamado Felipe Camarão, 80 mil pessoas, comunidade de periferia.

O cara olhou para mim, Izalci, e disse: "Como é que é?". Aí os policiais, já experientes, desceram, disseram: "Espere aí, aspirante". Aí fizeram aquela abordagem... Aí meu cérebro entendeu, naquele momento... Isso aconteceu comigo. Meu cérebro entendeu como é que se adquiria o respeito na comunidade: pela violência. Eu não nego a ninguém: eu tenho mão cirurgiada, dentes quebrados, mão quebrada. Daí para a frente, coronéis, comecei a responder a inquéritos, processos, era ultraviolento. Tratava a população pobre na bala, na cadeia. Invasão de domicílio, lesão corporal, excesso de força, fiz isso demais. Eu me envergonho de estar falando isso para vocês? Eu me envergonho, é claro. Mas eu acreditava que era o certo. Eu acreditava que ia parar a violência, acreditava que prendendo traficantes eu ia limpar a rua. Eu prendia um traficante na Rua Peixe Boi, lá em Felipe Camarão, abria cinco no outro dia, traficantes, e eles voltavam a se matar para liderar o comércio de drogas. Passei isso por muito tempo como Policial Militar, até entender. Quando eu chego na escola, eu olhava para aquelas crianças e não entendia por que não estavam dentro da sala de aula; estavam na escadaria da comunidade, adiantando a droga, passando ali a pedra, fazendo o assalto, segurando a arma para o vagabundo.

Foi aí que eu comecei a entender que se ocupasse a escola... E ocupei não pela instituição Polícia Militar, ocupei por iniciativa própria, não ocupei pelo Governo do Estado, ocupei por iniciativa própria junto com meus soldados, Cabo Rivonaldo, Rondinelli, Soldado Leite, Subtenente Alberto, que acreditaram naquele momento no que era o impossível dentro de uma comunidade chamada Favela do Japão, Novo Horizonte, em Natal, o que a gente, policial, acho que desacredita, na educação.

Então, a gente ocupou uma escola que estava tomada pelo Sindicato do Crime do RN, que luta pelo domínio da comunidade com o PCC, que está instalado também lá. E essa escola já estava praticamente fechada, com 30 alunos, quando a gente a ocupou. "Ocupou" a escola: é forte a palavra, mas não há outra.

Hoje a gente compartilha a escola, hoje a gente divide a escola, mas a gente precisou fazer a ocupação para mostrar para a criminalidade que o Estado estava presente ali. Reformamos a escola, a Escola Maria Ilka de Moura, na comunidade Novo Horizonte, em Natal. A escola, de 30 alunos, passou a ter 500 alunos. Colocamos fardamento neles, ensinamos disciplina, ordem, exigimos cabelos cortados. Por quê? Estética militar? Não, é porque eles têm piolho ainda. Meninas com cabelo amarrado, exigimos o "sim, senhor" e o "não, senhor". E eu pensava que ia



haver uma resistência, eu pensava que os alunos não iriam querer. Foi espantoso ver como ele gostaram, é de causar espanto como eles estão com necessidade dessa atenção. Cobrar postura, cobrar a coisa certa, exigir o cabelo, exigir a farda completa, isso é uma forma de atenção; e eles se sentiam, ali naquele momento, tendo isso.

A última notícia – como eu estou aqui há muito tempo e a escola está a cargo agora dos policiais da 1ª Companhia do 9º Batalhão, ao qual tenho o orgulho de ter servido por muito tempo –, a última vez que lá fui, uma professora disse: "Capitão, estou com um problema seríssimo!" – era o jeito dela assim. E eu disse: "Qual?" "O traficante disse que, se eu não arranjar uma vaga para o menino dele, vai me matar!" Eu disse: "Como é que é?" "É, fulano de tal – disse o nome – disse que, se não arranjar uma vaga para o menino dele, ia me matar." "O cara está procurando uma vaga na escola que hoje é ocupada pela Polícia Militar?" É incrível, policiais, o poder da educação! Eu não o conhecia. Passei a conhecer.

Esse foi um trabalho que eu fiz, um deles, nas minhas folgas, durante o intervalo de expediente, entre um IPM, entre colocar a viatura na rua, entre estar de serviço na PM5, monitorando a capital e dividido entre a escola. Eu fiz isso pela necessidade, fiz por uma obrigação cívica de hoje não estar correndo atrás de crianças, que cada vez mais entram no crime – e estão entrando rapidamente, porque o abandono escolar, a evasão escolar, é altíssimo.

E acreditem, aspirantes, porque vocês... Vou lembrar agora o que diziam para mim: "São vocês que vão herdar, príncipes, a PM." Vocês são os príncipes da polícia. São vocês que vão pegar a sociedade da forma como está. Ou a gente muda de forma definitiva o problema, a causa do problema, ou a gente sempre, sempre, vai ter policiais morrendo, sempre vai ter que precisar de muito mais policiais para combater essa fábrica que é o crime hoje, as facções criminosas.

Foi esse trabalho que eu fiz, entre palestras em faculdades, entre palestras em interior do meu Estado em horários vagos. Mas o que mais me notabilizou foi a Operação Lei Seca, o comando da Operação Lei Seca, que, até então, ninguém havia feito, e sempre que fazia não funcionava. Colocaram-me para fazer. Funcionou, deu certo.

Então, contei em poucas palavras, Senador Izalci, 16 anos de Polícia Militar do Rio Grande do Norte.

A todos os policiais militares: a festa hoje é de vocês, a festa comemorativa aqui no Distrito Federal, mas estendo a homenagem a todos os policiais, de todo o País, de Norte a Sul. Imaginem agora, é só uma reflexão para nós, aquele policial que está lá no extremo Norte, lá no Acre, protegendo a nossa fronteira. É por lá que entra a droga que abastece aqui, é por lá que entra a arma que vai matar os nossos policiais, a nossa população.

Parabéns a meus policiais do Rio Grande do Norte, que tanto protejo e defendo.

Obrigado, Izalci, mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Eu pedi ao Senador Styvenson que falasse um pouco mais exatamente para as pessoas entenderem, principalmente o Congresso Nacional – na discussão agora da previdência, tive a oportunidade de falar sobre isso aqui –, que não é, realmente, igual às demais profissões. Aqui não é um contrato de trabalho. Não existe um contrato de trabalho entre militar e Governo, como têm os celetistas, os servidores. Como vocês colocam aqui, como disseram aqui todos, vocês colocam a vida e não recusam nenhuma ordem de qualquer atividade.

Então, quero parabenizar a todos.



Vou convidá-los agora para ouvir a canção da Polícia Militar do DF, que será executada pela banda da corporação.

(Procede-se à execução do Hino da Polícia Militar.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)
– Agradeço à Banda Militar do Distrito Federal.

Agradeço a presença de todos.

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço a presença de todos que honraram esta sessão solene e declaro encerrada, então, a nossa sessão especial.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 34 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 68ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazo



Recebido o Memorando nº 18, de 2019, da CCT, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 218/2017; 89, 98, 115, 122, 174 e 178/2018.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

É o seguinte o Memorando:





SENADO FEDERAL

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Memorando n.º 18/2019 – CCT

Brasília, 8 de maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor

SENADOR DAVI ALCOLUMBRE**Presidente do Senado Federal**

Assunto: Aprovação de Projetos de Decreto Legislativo.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decreto Legislativo n.º 218, de 2017; 89, 98, 115, 122, 174 e 178 de 2018.

Atenciosamente,


SENADOR VANDERLAN CARDOSO**Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática**Fls. 15
Ag.

Arquivamento



Concluída a instrução do Ofício "S"nº 21/2017, a matéria vai ao Arquivo.



Comunicação



A Presidência recebeu o Ofício nº 12, de 2019, da CDH, comunicando a manifestação daquele colegiado pela autuação da seguinte matéria, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa:

- Ofício “S” nº 11, de 2019, da CDH, que. pede informações ao Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro ante a denúncia de violação de direitos humanos

A matéria vai à CDH.

É o seguinte o Ofício:





SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 11, DE 2019

Pedido de informações ao Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro ante denúncia de violação de direitos humanos.

AUTORIA: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

DOCUMENTOS:

- [Texto do ofício](#)

DESPACHO: À CDH



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Cidadania

CDH
Recebi em 24/04/2019
as 17:28 horas de Carvalho
Matr.: 220389 - SACDH

Ofício nº 004/2019/GLCID

Brasília, 17 de abril de 2019.

Excelentíssimo Senhor
Senador **Paulo Paim**
Presidente da Comissão de Direitos Humanos – CDH
Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Pedido de informações ao CRO-RJ.

Senhor Presidente,

Relataremos um episódio comum ao cotidiano dos brasileiros. Em fevereiro de 2014, a Sra. Patrícia Dahbar procurou realizar tratamento odontológico com a dentista Viviane Araújo França. Sem qualquer aviso de possíveis complicações ou riscos, a profissional iniciou os procedimentos.

Passados alguns dias, Patrícia, apesar de leiga em assuntos odontológicos, percebeu que havia algo errado em seus dentes. Não obstante os inúmeros avisos por parte da paciente, a dentista não realizou qualquer medida de sanasse as complicações relatadas. Em síntese, devido ao tratamento errôneo, a paciente sofreu: i) perda óssea na região dos maxilares; ii) infecção gravíssima; iii) necrose dos tecidos; iv) inflamações e sangramentos contínuos; v) perda de peso; vi) depressão; entre outros.

A cidadã buscou, junto ao Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro (CRO-RJ), a solução do caso. Em abril de 2019, a paciente foi surpreendida pela decisão do colegiado que absolveu a profissional, contrariando a perícia realizada durante o processo (PROC. ÉTICO Nº 15/2017). Evidentemente, por não concordar com o julgamento, Patrícia pretendia recorrer ao Conselho Federal de Odontologia (CFO), todavia, o Conselho Regional não publicou o acórdão da supramencionada decisão, ato jurídico essencial para a interposição de recursos.

Essa morosidade do CRO-RJ viola diretamente os direitos humanos garantidos pela Carta Magna de 1988. A dignidade humana, fundamento da República, princípio que rege toda atuação estatal, está longe de ser atendida por esse modelo de soluções de conflitos do Conselho. O acesso à justiça de forma plena e eficaz deve servir de norte

1





SENADO FEDERAL

Gabinete da Liderança do Cidadania

para a atuação do Poder Judiciário, bem como para atuação conselhos de classe profissional.

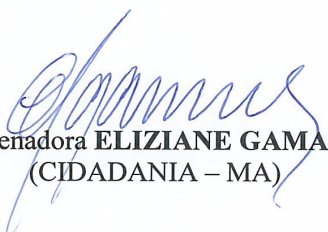
Nesse sentido, exorta-se que os problemas aqui salientados precisam ser solucionados, com a urgência necessária, a fim de que o acesso à justiça deixe de ser um sonho e se torne uma realidade palpável no cotidiano dos cidadãos e que o Estado Brasileiro não só garanta o acesso, mas também a tutela necessária em tempo razoável¹.

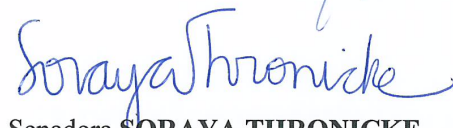
Não queremos acreditar que se trata de estratégia para atravancar os processos éticos no âmbito dos conselhos, isto é, que a publicação da decisão não é realizada para manter o profissional livre de qualquer punição, permitindo que continue a executar suas atividades profissionais normalmente.


Diante do exposto, solicitamos providências à Comissão de Direitos Humanos para requerer ao Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro (CRO-RJ) a publicação do acórdão do PROC. ÉTICO Nº 15/2017, bem como que a CDH seja informada da referida publicação. Além desses pedidos, que o CRO-RJ envie as seguintes informações:

1. Qual é o prazo médio para publicação de acórdãos proferidos pelo conselho?
2. O Conselho Federal de Odontologia estabelece que a publicação de suas decisões deverá ser realizada em até 30 dias após o julgamento. Como não existe estimativa nessa perspectiva no âmbito do CRO-RJ, o prazo do Conselho Federal não deveria ser seguido pelo conselho regional?;
3. No PROC. ÉTICO Nº 15/2017, quando será realizada a publicação do acórdão? E por qual motivo a publicação não foi realizada até o momento?

Atenciosamente,


Senadora **ELIZIANE GAMA**
(CIDADANIA – MA)


Senadora **SORAYA THRONICKE**
(PSL-MS)


Senadora **LEILA BARROS**
(PSB-DF)

¹ FONTES. Lígia. Direitos humanos e acesso à Justiça: realidade ou utopia na justiça brasileira.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Liderança do Cidadania

**Ofício nº 004/2019/GLCID – Assunto: Pedido de informações ao CRO-RJ –
Comissão de Direitos Humanos.**



Senadora **ROSE DE FREITAS**
(PODE-ES)



Senadora **MARA GABRILLI**
(PSDB-SP)



Senador **MARCOS DO VAL**
(CIDADANIA - ES)



Senador **ALESSANDRO VIEIRA**
(CIDADANIA - SE)



Senador **EDUARDO GIRÃO**
(PROS-CE)



Senador **JOSE MARANHÃO**
(MDB - PB)



Senador **FLÁRIO ARNS**
(REDE-PR)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Cidadania

CDH
Recebi em 24 04 2019
as 17:23 horas
Matr.: Ronaldo Alves de Carvalho
Mat. 220359 - SACDH

Ofício nº 007/2019/GLCID

Brasília, 24 de abril de 2019.

Excelentíssimo Senhor
Senador **Paulo Paim**
Presidente da Comissão de Direitos Humanos – CDH
Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Pedido de informações ao CRO-RJ.

Senhor Presidente,

Requeremos a inclusão das seguintes perguntas ao ofício de Nº 004/2019 /GLCID, direcionado à Comissão de Direitos Humanos, que solicita esclarecimentos ao Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro (CRO-RJ).

As perguntas são:

- 1- No caso de ser requerida, em caráter de urgência, perícia no processo administrativo junto ao Conselho, qual o prazo médio para sua realização?
- 2- Se a perícia for importante para o correto julgamento do caso, a demora ou a ausência influenciaria no veredicto?
- 3- No caso de ser expressamente requerido na petição inicial a urgência da perícia e a mesma for realizada meses após a denúncia, a demora poderá influenciar no julgamento do caso? Havendo absolvição do profissional processado por “descaracterização do quadro”, deverá ser declarada a nulidade do processo?
- 4- Sobre a realização de perícia, em que circunstâncias é concedida a gratuidade? Qual o prazo médio para a concessão da gratuidade da perícia?
- 5- Caso o autor da denúncia não possua recursos financeiros suficientes para custear um advogado, haverá algum prejuízo para a parte menos favorecida? A qualidade técnica de uma defesa pode ser fator preponderante para a absolvição do denunciado ou as provas documentais e as perícias possuem maior relevância perante os Conselheiros?



**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Liderança do Cidadania

- 6- Na hipótese de Conselheiros e Procuradores do Conselho manterem relacionamento de amizade com o advogado da parte denunciada deverão se declarar suspeitos?

Atenciosamente,

Senadora **ELIZIANE GAMA**
(CIDADANIA – MA)





00100.062072/2019-31

SENADO FEDERAL
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

OF. Nº 012/19 - CDH

Brasília, 29 de abril de 2019.

Excelentíssimo Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Assunto: denúncias de violação de direitos humanos no âmbito do Conselho Federal de Odontologia

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo e em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 12/2019, comunico a Vossa Excelência o recebimento dos ofícios 004/2019/GLCID e 007/2019/GLCID, anexos, contendo denúncias de violação de direitos humanos que envolvem o Conselho Federal de Odontologia.

A matéria foi apreciada pelo Colegiado da CDH, na Reunião Extraordinária nº 26, ocorrida em 25/04/2019, com manifestação de interesse em sua tramitação.

Assim, solicito a autuação do processo e devolução à Comissão para a instrução da matéria, conforme art. 3º daquela Instrução Normativa.

Cordialmente,

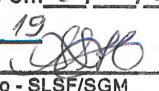


Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Recebido em 8/5/19

Hora 17:19


Estagiário - SLSF/SGM



Encaminhamento de matérias



A Presidência comunica o recebimento de documentos que serão encaminhados para conhecimento e manifestação das Comissões competentes, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretária-Geral da Mesa, e conforme relatório anexo.

Os referidos expedientes serão disponibilizados no Portal do Senado Federal, na página das comissões às quais foram despachados.

- Aviso nº 129 – GP/TCU, de 2019, do Tribunal de Contas Da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 262/2019 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao anteprojeto de decisão normativa para fixação dos percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no produto da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para o exercício de 2019, conforme previsão no art. 159, inciso III, § 4º, da Constituição Federal (TC 001.839/2019-0). À CAE.

- Aviso nº 132 – GP/TCU, de 2019, do Tribunal de Contas Da União, que encaminha cópia de Decisão proferida nos autos do TC 037.723/2018-9, bem como da Decisão Normativa-TCU nº 173, em mídia, que tratam de Representação acerca da fixação, para o exercício de 2019, dos coeficientes destinados ao cálculo das quotas de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). À CAE.

- Aviso nº 133-Seses-TCU-Plenário, de 2019, do Tribunal de Contas Da União, que encaminha, cópia do Acórdão nº 712/2019 proferido nos autos do TC 005.755/2018-2, que trata de representação para verificar as medidas adotadas por órgãos e entidades para adequar os contratos de prestação de serviços de execução indireta às alterações promovidas pela Lei 13.467/2017. À CTFC.

- Aviso nº 138 – GP/TCU, de 2019, do Tribunal de Contas Da União, que encaminha o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 4º trimestre de 2018. À CTFC.

- Aviso nº 175 – GP/TCU, de 2019, do Tribunal de Contas Da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2604/2018- TCU, proferido nos autos do TC 010.348/2018-2, acompanhado dos Relatórios e do Voto que o fundamentam, referente a auditoria operacional de avaliação dos controles de prevenção e detecção de fraude e corrupção em instituições federais do Poder Executivo. À CTFC.



Inclusão em Ordem do Dia



Concluída a instrução do Projeto de Decreto Legislativo nº 57/2019, a matéria aguardará inclusão em Ordem do Dia.



Ofícios da Câmara dos Deputados



Ofícios da Câmara dos Deputados:

Nº 368, de 2019, na origem, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2014, sancionado e convertido na Lei nº 13.821, de 2019;

Nº 369, de 2019, na origem, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2015, sancionado e convertido na Lei nº 13.822, de 2019;

Nº 370, de 2019, na origem, encaminhando autógrafo Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2017, sancionado e convertido na Lei nº 13.820, de 2019.

As matérias vão ao Arquivo.

São os seguintes os Ofícios:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 368/2019/SGM-P

Brasília, 9 de maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 2.542, de 2015, do Senado Federal (PLS nº 196, de 2014), que "Acrésceta parágrafo único ao art. 14 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para limitar as exigências legais de regularidade, por ocasião da celebração de convênios com a União, ao próprio consórcio público envolvido, sem estendê-las aos entes federativos nele consorciados".

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,

RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

Recebido em 09 / 05 / 2019
Hora: 14 : 37

Diogo Giovanni Dias Ferreira
Matrícula: 29851 SLSF/SGM



Documento : 81164 - 1

24.579 (OUT/17)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 369/2019/SGM-P

Brasília, 9 de maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 2.543, de 2015, do Senado Federal (PLS nº 302, de 2015), que “Altera o § 2º do art. 6º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para estabelecer que, no consórcio público com personalidade jurídica de direito público, o pessoal será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)”.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

Recebido em 09 / 05 / 2019
Hora: 14 : 37


Thiago Geovani Paes Pereira
Matrícula: 20851 SLBF/SGM



Documento : 81164 - 2

24.579 (OUT/17)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Of. nº 370/2019/SGM-P

Brasília, 9 de maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Presidente,

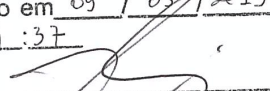
Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 9.283, de 2017, do Senado Federal (PLS nº 314, de 2017), que "Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e sobre a carteira de títulos mantida pelo Banco Central do Brasil para fins de condução da política monetária".

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

Recebido em 09 / 05 / 2019
Hora: 14 :37


Tiago Geovani Paes Pereira
Matrícula: 29851 SLSF/SGM



Documento : 81164 - 3

24.579 (OUT/17)



Projeto de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2745, DE 2019

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre o direito ao reconhecimento da identidade de gênero, permitindo a mudança do registro do prenome e do sexo da pessoa nos documentos de identificação, quando comprovadamente divergentes.

AUTORIA: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre o direito ao reconhecimento da identidade de gênero, permitindo a mudança do registro do prenome e do sexo da pessoa nos documentos de identificação, quando comprovadamente divergentes.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 2º, 10 e 16 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º**

Parágrafo único. Toda pessoa tem direito ao livre desenvolvimento de sua personalidade, conforme sua identidade de gênero, independentemente do sexo consignado no registro de nascimento.” (NR)

“**Art. 10**

IV - das sentenças relativas a redesignação, na hipótese de comprovada divergência entre a identidade de gênero da pessoa e o nome ou o sexo consignados em seu registro de nascimento.

Parágrafo único. A averbação feita nos termos do inciso IV do *caput* dá ensejo ao direito de alteração automática de todos os documentos de identificação da pessoa, preservados os números originais de registro respectivos.” (NR)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

“Art. 16

Parágrafo único. Toda pessoa pode requerer redesignação, na hipótese de divergência entre sua identidade de gênero e o nome ou o sexo consignados em seu registro de nascimento.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 29.

§ 1º

g) as sentenças relativas à alteração de nome ou redesignação sexual, na hipótese de divergência entre a identidade de gênero da pessoa e o nome ou o sexo consignados em seu registro de nascimento.

.....” (NR)

“Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios ou, na hipótese de comprovada divergência entre a identidade de gênero da pessoa e o nome ou o sexo consignados em seu registro de nascimento, e desde que observado o art. 58-A, por outro prenome.

.....” (NR)

“Art. 58-A. A substituição do prenome ou do sexo originalmente consignados nos registros públicos será requerida em juízo, por iniciativa exclusiva do interessado, e autorizada, quando houver divergência entre a identidade de gênero da pessoa e o nome ou o sexo consignados em seu registro de nascimento.

§ 1º A divergência de que trata o *caput* deverá ser atestada por laudo médico ou psicológico, admitida a apresentação de outros meios de prova disponíveis, a exemplo de depoimentos de testemunhas e de pareceres técnicos.

§ 2º É dispensada da apresentação do laudo referido no § 1º a pessoa que comprovadamente houver se submetido à cirurgia de redesignação sexual.

§ 3º A substituição de que trata o *caput* dependerá de autorização judicial, concedida em sentença, que terá efeitos constitutivos a partir do trânsito em julgado.



8



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

§ 4º A terceiros serão oponíveis os efeitos da sentença que autorizar a substituição de que trata o *caput* a partir da data de averbação da sentença no registro de nascimento.

§ 5º Em caso nenhum será exigida do requerente a cirurgia de redesignação sexual para que seja autorizada a substituição do prenome ou do sexo originalmente consignados em seu registro de nascimento”.

“**Art. 58-B.** A substituição de que trata o art 58-A permitirá que o interessado exerça todos os direitos inerentes à sua nova condição, não podendo prejudicá-lo nem ser oposta perante terceiro de boa fé.

Parágrafo único. Realizada a substituição referida no *caput*, nova alteração do prenome e do sexo consignados nos registros públicos não será efetuada antes de decorrido o prazo de cinco anos, limitando-se ao restabelecimento dos dados originais.”

“**Art. 58-C.** Toda matéria relativa à substituição do prenome e do sexo consignados em registro público é da competência do juízo da Vara de Registros Públicos, assegurado o segredo de justiça.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



7





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

PARECER Nº 41 , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão Legislativa nº 66, de 2017, oriunda do Programa e-Cidadania, apoiando *a aprovação de lei [que] autoriz[e] a troca de nome e sexo nos documentos de transexuais, travestis e transgêneros mesmo que não tenha efetuado a cirurgia de redesignação sexual.*



SF/19263.05237-93

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão a Sugestão Legislativa (SUG) nº 66, de 2017, oriunda da Ideia Legislativa nº 88.892, formulada no âmbito do Programa e-Cidadania do Senado Federal, em apoio à *aprovação de lei [que] autoriz[e] a troca de nome e sexo nos documentos de transexuais, travestis e transgêneros mesmo que não tenha efetuado a cirurgia de redesignação sexual.*

A referida Ideia Legislativa foi encaminhada pela Secretaria de Comissões a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), após ter sido constatado o apoio de pelo menos vinte mil cidadãos em quatro meses, razão pela qual obteve tratamento análogo às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), nos termos do disposto no parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, do Senado Federal.

A matéria em apreciação encontra-se vazada nos seguintes termos: “Aprovação da lei [que] autoriza a troca de nome e sexo nos





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

documentos de transexuais, travestis e transgêneros mesmo que não tenha efetuado a cirurgia de redesignação sexual”, acrescentando que deve ser facilitada “a troca de nome de registro para o nome social nos documentos de transexuais travestis e transgêneros de uma forma que não precisem de processo judicial”.

Embora a autora da ideia não tenha feito menção alguma a qualquer proposição legislativa que compreendesse as ideias por ela defendida, identificamos que o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 658, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy, estava em perfeita consonância com o pleito contido na referida Ideia Legislativa, uma vez que tinha por objetivo reconhecer “os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais”, e cujo art. 2º propunha que toda pessoa pudesse requerer a adequação dos registros de seu nome ou sexo quando não coincidissem com sua identidade de gênero, além de outras disposições disciplinando a matéria.

Lido em 27/10/2011, esse Projeto de Lei foi despachado pela Presidência ao exame da CDH e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo a esta última a apreciação em caráter terminativo. Em 21/11/2012, a CDH proferiu seu parecer, sob a relatoria do Senador Eduardo Suplicy, pela aprovação da matéria, com substitutivo, a qual então seguiu para apreciação da CCJ, onde o relator designado, Senador Jader Barbalho, chegou a encaminhar relatório pela sua aprovação, nos termos do substitutivo da CDH.

No entanto, tendo sido retirada de pauta na Reunião daquela Comissão de 6/6/2018, a matéria a ela não mais retornou e foi enfim arquivada ao final da 55ª Legislatura, em 21/12/2018, nos termos do art. 332, § 1º, do RISF, segundo o qual “será automaticamente arquivada a proposição que se encontre em tramitação há duas legislaturas, salvo se requerida a continuidade de sua tramitação por 1/3 (um terço) dos Senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento, e aprovado o seu desarquivamento pelo Plenário do Senado”.





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

II – ANÁLISE

Trata-se de matéria de grande relevância, podendo ser assim resumidos seus termos, pelas bem lançadas explicações da Secretaria-Geral da Mesa na internet:

Dispõe que toda pessoa tem direito ao livre desenvolvimento de sua personalidade, conforme sua própria identidade de gênero, com independência de qual seja seu sexo biológico, anatômico, morfológico, hormonal, de atribuição ou outro; Permite que toda pessoa requeira a adequação dos registros de seu nome ou sexo quando não coincidam com sua identidade de gênero, desde que atendidos os seguintes requisitos: o nome ou o sexo consignados no registro civil do requerente devem estar em discordância com a sua própria identidade de gênero; essa discordância deve ser atestada por laudo técnico fornecido por profissional de qualquer das áreas médica, da psicologia ou da psiquiatria. Dispõe que em caso algum será exigido cirurgia de redesignação sexual para a concessão da adequação documental de nome ou sexo. Estabelece que a competência de matéria relativa ao disposto nesta Lei é da competência do juízo da Vara de Registros Públicos, assegurado o segredo de justiça. Dispõe que a decisão judicial que determinar a adequação do nome e sexo terá efeitos constitutivos a partir do seu trânsito em julgado, sendo que perante terceiros, esses efeitos judiciais serão oponíveis a partir da data da modificação efetuada no Registro Público, que consignará a ocorrência da modificação. Dispõe que a adequação tratada nesta Lei permitirá que o interessado exerça todos os direitos inerentes a sua nova condição, não podendo prejudicá-lo nem ser oposta perante terceiro de boa-fé.

Como assinalou a autora na justificação desse Projeto, o transexualismo, que é considerado uma doença pela psiquiatria – tecnicamente denominada *transtorno de personalidade da identidade sexual* – é uma realidade social que exige uma tomada de posição do Parlamento brasileiro, ante a total ausência de disciplina específica a respeito, “a fim de evitar os tantos casos de brasileiros que se sentem profundamente inadaptados ao próprio sexo de nascença e lutam em vão na justiça pela adequação do nome e sexo nos seus documentos de identidade”.

Deve ainda ser destacado que o preconceito é uma das maiores causas de evasão escolar entre alunos LGBTI e que, por tal razão, o



SF/19263.05237-93





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

Ministério da Educação já autorizou o uso do nome social para travestis e transexuais na educação básica, sendo que, por outro lado, em fevereiro de 2018 o Supremo Tribunal Federal manifestou entendimento de que a mudança do nome do transexual na sua carteira de identidade é medida compatível com o ordenamento jurídico e tem base no respeito aos princípios da autodeterminação, autoafirmação e da dignidade da pessoa humana. No entanto, diante da falta de lei disciplinando a matéria, essa mudança reconhecida pelo Judiciário ainda necessita de ajuizamento de ações, caso a caso.

Deve ser frisado que esta mesma Comissão deliberou no sentido de que o referido PLS nº 658, de 2011, embora “irretocável do ponto de vista do mérito”, mereceria “ajustes formais para conformar-se aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, de maneira que, à luz do disposto no seu inciso IV do art. 7º desse mesmo diploma legal, “a regulação do direito de transexuais à alteração do nome e da menção ao sexo nos registros civis não deve constituir legislação extravagante, em face da existência da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973), considerada referência na disciplina do assunto”, sendo que, nos termos dessa mesma deliberação, “tampouco deve figurar em lei esparsa, como proposto no texto original, a garantia do direito ao reconhecimento da identidade de gênero e da identificação da pessoa em consonância com esse aspecto de sua personalidade: a bem da cidadania, a matéria merece – e deve – ingressar no próprio Código Civil, pela relevância que possui”.

III – VOTO

Tendo em vista que as considerações de mérito e quanto à técnica legislativa acima expostas se encontram em consonância com o nosso pensamento e que se trata de matéria de significativo alcance social, por vezes sujeita a inflamadas opiniões em sentido contrário, por isso mesmo acreditamos que deve ser objeto de debate pelo Congresso Nacional, opinando, portanto, de conformidade com o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do RISF, que a matéria deve ser novamente transformada em projeto de lei, com a incorporação das alterações oferecidas no referido



SF/19263.05237-93





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

substitutivo desta mesma Comissão, e encaminhada à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para exame do mérito, como se segue:

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre o direito ao reconhecimento da identidade de gênero, permitindo a mudança do registro do prenome e do sexo da pessoa nos documentos de identificação, quando comprovadamente divergentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 2º, 10 e 16 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

Parágrafo único. Toda pessoa tem direito ao livre desenvolvimento de sua personalidade, conforme sua identidade de gênero, independentemente do sexo consignado no registro de nascimento.” (NR)

“Art. 10

IV - das sentenças relativas a redesignação, na hipótese de comprovada divergência entre a identidade de gênero da pessoa e o nome ou o sexo consignados em seu registro de nascimento.

Parágrafo único. A averbação feita nos termos do inciso IV do *caput* dá ensejo ao direito de alteração automática de todos os documentos de identificação da pessoa, preservados os números originais de registro respectivos.” (NR)



SF/19263.05237-93





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

“Art. 16

Parágrafo único. Toda pessoa pode requerer redesignação, na hipótese de divergência entre sua identidade de gênero e o nome ou o sexo consignados em seu registro de nascimento.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 29.

§ 1º

g) as sentenças relativas à alteração de nome ou redesignação sexual, na hipótese de divergência entre a identidade de gênero da pessoa e o nome ou o sexo consignados em seu registro de nascimento.

.....” (NR)

“Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios ou, na hipótese de comprovada divergência entre a identidade de gênero da pessoa e o nome ou o sexo consignados em seu registro de nascimento, e desde que observado o art. 58-A, por outro prenome.

.....” (NR)

“Art. 58-A. A substituição do prenome ou do sexo originalmente consignados nos registros públicos será requerida em juízo, por iniciativa exclusiva do interessado, e autorizada, quando houver divergência entre a identidade de gênero da pessoa e o nome ou o sexo consignados em seu registro de nascimento.

§ 1º A divergência de que trata o *caput* deverá ser atestada por laudo médico ou psicológico, admitida a apresentação de outros meios de prova disponíveis, a exemplo de depoimentos de testemunhas e de pareceres técnicos.

§ 2º É dispensada da apresentação do laudo referido no § 1º a pessoa que comprovadamente houver se submetido à cirurgia de redesignação sexual.

§ 3º A substituição de que trata o *caput* dependerá de autorização judicial, concedida em sentença, que terá efeitos constitutivos a partir do trânsito em julgado.





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

§ 4º A terceiros serão oponíveis os efeitos da sentença que autorizar a substituição de que trata o *caput* a partir da data de averbação da sentença no registro de nascimento.

§ 5º Em caso nenhum será exigida do requerente a cirurgia de redesignação sexual para que seja autorizada a substituição do prenome ou do sexo originalmente consignados em seu registro de nascimento”.

“**Art. 58-B.** A substituição de que trata o art 58-A permitirá que o interessado exerça todos os direitos inerentes à sua nova condição, não podendo prejudicá-lo nem ser oposta perante terceiro de boa fê.

Parágrafo único. Realizada a substituição referida no *caput*, nova alteração do prenome e do sexo consignados nos registros públicos não será efetuada antes de decorrido o prazo de cinco anos, limitando-se ao restabelecimento dos dados originais.”

“**Art. 58-C.** Toda matéria relativa à substituição do prenome e do sexo consignados em registro público é da competência do juízo da Vara de Registros Públicos, assegurado o segredo de justiça.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SF/19263.05237-93





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença
CDH, 07/05/2019 às 09h - 29ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
JADER BARBALHO		1. JARBAS VASCONCELOS	
MARCELO CASTRO		2. VAGO	
VAGO		3. VAGO	
MAILZA GOMES	PRESENTE	4. VAGO	
VAGO		5. VAGO	
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. ROMÁRIO	
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS	
JUÍZA SELMA	PRESENTE	4. MARA GABRILLI	
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
ACIR GURGACZ	PRESENTE	2. VAGO	
LEILA BARROS	PRESENTE	3. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO PAIM	PRESENTE	1. PAULO ROCHA	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA	PRESENTE
PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
AROLDE DE OLIVEIRA		1. SÉRGIO PETECÃO	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCOS ROGÉRIO		1. VAGO	
VAGO		2. VAGO	

Não Membros Presentes

EDUARDO GOMES
 JORGE KAJURU
 IRAJÁ
 ANGELO CORONEL
 WELLINGTON FAGUNDES
 CHICO RODRIGUES
 ELIZIANE GAMA





10

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

IZALCI LUCAS

MAJOR OLÍMPIO

MARCOS DO VAL



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 66/2017)

NA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA LEILA BARROS, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL À SUGESTÃO, NA FORMA DO PROJETO DE LEI QUE APRESENTA.

07 de Maio de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



Encerrada a instrução da Sugestão nº 66/2017, que concluiu pela apresentação do Projeto de Lei nº 2745/2019 (apresentado como conclusão do Parecer nº 41, de 2019-CDH), o PL ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 44, DE 2019

Institui o Grupo Parlamentar Brasil – Israel.

AUTORIA: Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019*Institui o Grupo Parlamentar Brasil – Israel.***O SENADO FEDERAL RESOLVE:**

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Brasil-Israel, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.





SENADO FEDERAL

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta resolução ou do regulamento interno do Grupo Parlamentar, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO:

Este projeto de resolução do Senado visa à criação do grupo parlamentar Brasil-Israel. Suas disposições estão em consonância as resoluções já aprovadas por esta Casa em relação a sua forma, face a atipicidade regimental existente no que tange a regulação específica dos Grupos Parlamentares Internacionais no âmbito do Senado Federal.

As relações entre Brasil e Israel são tradicionalmente marcadas pela cordialidade e por uma agenda bilateral positiva, desde o estabelecimento do Estado de Israel, neste ponto, o Brasil desempenhou fundamental protagonismo, vez que ocupou o gabinete da Presidência da Assembléia Geral das Nações Unidas em 1947, que proclamou o Plano de Partição para a Palestina. O embaixador Osvaldo Aranha, então chefe da delegação brasileira na ONU, apoiou fortemente pela divisão da Palestina na criação do Estado de Israel. Atualmente, as ruas de cidades israelenses como Beer-Sheva e Ramat-Gan e uma praça em Jerusalém recebem o nome de Aranha.



SF/19440.06412-67





SENADO FEDERAL

Os dois países mantêm relações diplomáticas plenas nos níveis político e empresarial. Israel é um importante parceiro estratégico do Brasil na área de defesa e de ciência e tecnologia, sendo mundialmente reconhecido por sua excelência em setores como biotecnologia, engenharia, tecnologia da informação e segurança cibernética. Tem com o Brasil um memorando bilateral de estímulo à inovação, além de outros acordos em áreas como turismo, cinema, agropecuária e cooperação técnica

O Brasil é um Estado membro de Israel Allies Caucus, uma organização de defesa política que mobiliza parlamentares pró-Israel em governos em todo o mundo. O Brasil tem a 9ª maior comunidade judaica do mundo e a 2ª maior da América Latina, cerca de 107.329 em 2010, segundo o censo do IBGE. A Confederação Judaica do Brasil (CONIB) estima que existam mais de 120.000 judeus no Brasil. Cerca de 20.000 brasileiros vivem em Israel, a maioria deles sendo judeus brasileiros.

O comércio entre os países foi US \$ 1,4 bilhão em 2018, Israel importa produtos alimentares como: carne, soja, cereais (principalmente milho e seus produtos), açúcar, matérias-primas para a indústria de plásticos, produtos de cortiça, produtos de couro e produtos químicos.

Em 31 de março do corrente ano foram assinados significativos acordos nas áreas de defesa, serviços aéreos, prevenção e combate ao crime organizado, ciência e tecnologia e um memorando de entendimento em segurança cibernética, de igual forma houve concordância na cooperação em diversos setores, como petróleo e gás, termoeletricidade, energias renováveis.

Diante do evidente e constante fortalecimento das relações bilaterais no cenário mundial, busca-se instituir o presente grupo como serviço de cooperação interparlamentar, para fomentar o amplo diálogo e estreitamento dos parlamentos.



SF/19440.06412-67





SENADO FEDERAL

Cumprе registrar que, a despeito da condução das relações internacionais, na tradição constitucional de ambos os países ser atribuída aos respectivos chefes dos poderes executivos, o incremento da atuação parlamentar no campo diplomático, aliás, a atuação política de Israel em assuntos de política externa, é inspiradora para seus congêneres ao redor do mundo. Neste contexto, as relações parlamentares demonstram grande relevância.

A criação deste grupo parlamentar tem como eixo central promover e incrementar as relações entre o Brasil e Israel, com o fito de proporcionar melhor tônica do diálogo entre os membros dos respectivos parlamentos, para que se alcance a densidade das relações bilaterais exigidas em seus mais variados aspectos.

Venho, assim, pedir o apoio dos nobres Senadores a este projeto de resolução do Senado.

Senador **ROBERTO ROCHA**
PSDB- MA

Senador **CHICO RODRIGUES**
DEM-RR



SF/1940.06412-67



LEGISLAÇÃO CITADA

- Resolução do Senado Federal nº 93 de 27/11/1970 - RSF-93-1970-11-27 , REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL - 93/70
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:resolucao:1970;93>



O Projeto de Resolução do Senado nº 44, de 2019, vai às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Diretora do Senado Federal.



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 386, DE 2019

Retirada do requerimento nº 90/2019.

DESPACHO: Deferido

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE

SF/19776.63110-57 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do RQS 90/2019, *que requer realização de Sessão Especial em homenagem ao dia do Líder Comunitário.*

JUSTIFICAÇÃO

Solicitamos a retirada da proposição pelo fato de ter sido realizada, no dia 3 de maio de 2019, a Sessão Solene Conjunta comemorativa ao Dia do Líder Comunitário.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2019.

Senador Izalci Lucas
(PSDB - DF)



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 14

RQM nº 147/2019	Rodrigo Cunha	RISF Art. 13	08/05/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 148/2019	Eduardo Gomes	RISF Art. 13	07/05/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 149/2019	Elmano Férrer	RISF Art. 13	07/05/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 150/2019	Marcelo Castro	RISF Art. 13	07/05/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 151/2019	José Maranhão	RISF Art. 13	23/04/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 152/2019	Mecias de Jesus	RISF Art. 13	07/05/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 153/2019	José Serra	RISF Art. 13	07/05/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 154/2019	Renan Calheiros	RISF Art. 13	07/05/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 155/2019	Humberto Costa	RISF Art. 13	09/05/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 156/2019	Luis Carlos Heinze	RISF Art. 43, I	De 07/05/2019 a 10/05/2019	Licença saúde.
RQM nº 157/2019	Humberto Costa	RISF Art. 13	08/05/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 158/2019	José Maranhão	RISF Art. 43, I	24/04/2019	Licença saúde.
RQM nº 159/2019	José Maranhão	RISF Art. 13	02/04/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 160/2019	Angelo Coronel	RISF Art. 43, I	De 09/04/2019 a 17/04/2019	Licença saúde.



Requerimentos de Missão sem Ônus. Total: 0

Requerimento	Parlamentar	Dispositivo	Período	Evento



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PODE - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olimpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PSB - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PR - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
Bloco-PSL - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODE - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODE - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PODE - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-CIDADANIA - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PODE - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODE - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PR - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Renilde Bulhões* (S)
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODE - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
Bloco-PODE - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

S/Partido - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-PRB - Mecias de Jesus**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20

MDB-13 / PP-6 / PRB-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luís Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	PRB / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL - 20

PSDB-8 / PODE-8 / PSL-4

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Eduardo Girão.	PODE / CE
Elmano Férrer.	PODE / PI
Flávio Bolsonaro.	PSL / RJ
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Juiza Selma.	PSL / MT
Lasier Martins.	PODE / RS
Major Olímpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Oriovisto Guimarães.	PODE / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Romário.	PODE / RJ
Rose de Freitas.	PODE / ES
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODE / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Senado Independente - 13

PDT-4 / CIDADANIA-3 / PSB-3 / REDE-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Marcos do Val.	CIDADANIA / ES
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Renilde Bulhões.	PROS / AL
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PR-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PR / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PR / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	20
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL.	20
Bloco Parlamentar Senado Independente.	13
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Oriovisto Guimarães** (PODE-PR)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Alvaro Dias* (PODE-PR)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Paim** (PT-RS)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jorge Kajuru** (PSB-GO)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorginho Mello** (PR-SC)	Reguffe* (S/Partido-DF)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	José Maranhão* (MDB-PB)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Serra* (PSDB-SP)	Renilde Bulhões* (PROS-AL)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	Juíza Selma** (PSL-MT)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Lasier Martins* (PODE-RS)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Leila Barros** (PSB-DF)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Romário* (PODE-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Rose de Freitas* (PODE-ES)
Eduardo Girão** (PODE-CE)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Major Olimpio** (PSL-SP)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODE-PI)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (PODE-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos do Val** (CIDADANIA-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Wellington Fagundes* (PR-MT)
Humberto Costa** (PT-PE)	Mecias de Jesus** (PRB-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Irajá** (PSD-TO)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Omar Aziz* (PSD-AM)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODE-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (CIDADANIA-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/PRB) - 20</p> <p>Líder Esperidião Amin - PP ⁽²⁶⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 13 Eduardo Braga ^(8,25,33)</p> <p>Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro ⁽⁵⁾ Vice-Líder do PP Ciro Nogueira ⁽⁹⁾</p> <p>Líder do PRB - 1 Mecias de Jesus ⁽¹³⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE/PSDB/PSL) - 20</p> <p>Líder Eduardo Girão - PODE ⁽²⁴⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do PODE - 8 Alvaro Dias ⁽⁷⁾ Vice-Líderes do PODE Oriovisto Guimarães ⁽²⁹⁾ Rose de Freitas ⁽²⁷⁾ Lasier Martins ⁽²⁸⁾</p> <p>Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha ⁽²³⁾ Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas ^(35,39) Rodrigo Cunha ⁽³⁶⁾</p> <p>Líder do PSL - 4 Major Olimpio ⁽¹¹⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/PSB/REDE) - 13</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB ⁽¹⁸⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do PDT - 4 Weverton ⁽²⁾</p> <p>Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama ⁽⁶⁾ Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira ⁽⁴²⁾</p> <p>Líder do PSB - 3 Jorge Kajuru ⁽³⁾</p> <p>Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues ⁽²²⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT ⁽³⁷⁾ Vice-Líder Zenaide Maia ^(19,30)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 6 Humberto Costa ^(12,20) Vice-Líder do PT Rogério Carvalho ⁽³²⁾</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota ⁽²¹⁾ Vice-Líder do PROS Zenaide Maia ^(19,30)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PR/PSC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR ⁽¹⁴⁾ Vice-Líderes Rodrigo Pacheco ^(4,16) Jorginho Mello ^(1,15) Zequinha Marinho ^(17,31)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco ^(4,16)</p> <p>Líder do PR - 2 Jorginho Mello ^(1,15)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho ^(17,31)</p>	<p>PSD - 9</p> <p>Líder Otto Alencar - PSD ⁽¹⁰⁾ Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel</p>
<p>Maioria</p> <p>Líder Eduardo Braga - MDB ^(8,25,33)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB ⁽³⁴⁾ Vice-Líderes Eduardo Gomes ⁽⁴¹⁾ Elmano Férrer ⁽⁴⁰⁾ Izalci Lucas ^(35,39) Chico Rodrigues ⁽³⁸⁾</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE ⁽²²⁾</p>

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
2. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
3. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
4. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
5. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
6. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
7. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
8. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
9. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
10. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
11. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
12. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
13. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

14. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
18. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
19. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
20. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
21. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
22. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019).
23. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
26. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
27. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, o Senador Orlino Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT).
33. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
35. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1ª vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2ª vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
38. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
39. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
40. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
41. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁾	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁶⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽⁷⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	4.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁾	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ^(1,6)	9. VAGO ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
3. Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
4. Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
5. Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
6. Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
7. Em 16.04.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Fernanda Lima

Telefone(s): 3303-3490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DE BRUMADINHO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 membros titulares e 7 membros suplentes, para, no prazo de 120 dias, apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho e outras barragens.

Requerimento nº 21, de 2019

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽⁸⁾

Leitura: 13/02/2019

Instalação: 12/03/2019

Prazo final: 10/07/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1.
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ^(2,11)	
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(4,10)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Carlos Viana (MG) ^(6,9)	1. Senador Otto Alencar (BA) ^(6,9)

Notas:

- Em 12.03.2019, os Senadores Antonio Anastasia, Selma Arruda e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a CPI (Of. nº 7/2019-GSEGIRAO).
- Em 12.03.2019, os Senadores Dário Berger e Márcio Bitar foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 27/2019-GLMDB).
- Em 12.03.2019, os Senadores Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a CPI (Memo. nº 21/2019-GLBSI).
- Em 12.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, e o Senador Jean Paul, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 22/2019-BLPRD).
- Em 12.03.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 14/2019-BLOCO VANGUARDA).
- Em 12.03.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 53/2019-GLPSD).
- Em 12.03.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 23/2019-BLOCO VANGUARDA).
- Em 13.03.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Rose de Freitas, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Carlos Viana a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2019-CPIBRUM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 13.03.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 54/2019-GLPSD).

10. Em 15.03.2019, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 26/2019-BLPRD).

11. Em 26.03.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 118/2019-GLMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,19)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁹⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁹⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽¹³⁾	1. Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁸⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹³⁾	2. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹³⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽⁸⁾
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁸⁾	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁷⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾	3. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ^(3,20)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁷⁾
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) ^(7,21)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).

2. Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁹⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾	3. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁷⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁶⁾
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁶⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁶⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾	4. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁷⁾	3. Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) ⁽¹⁹⁾
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Irajá ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ^(1,13)
Senador Otto Alencar ⁽¹³⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁹⁾	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁹⁾	5. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁷⁾	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Orioivisto Guimarães (PODE-PR) ^(8,20)	4. Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁸⁾
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾	5. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹³⁾	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,24)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(3,22)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,16,18)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) ^(6,16,19)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(6,18)
PSD	
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	3. Senador Carlos Viana ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽⁴⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Raulo de Figueiredo, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁵⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5.
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾	6.
VAGO ⁽¹¹⁾	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁶⁾
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁷⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁷⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁷⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹²⁾	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹³⁾
	6.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽³⁾	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁷⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) ^(5,16)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(1,2)	1. Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾
Senador Carlos Viana ⁽¹⁾	2. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	3. Senador Irajá ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾	2.
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	3.

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) ^(16,17)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁷⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽¹⁵⁾	3. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽²⁰⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽³⁾	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto ⁽²⁾
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz ^(2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹²⁾

Notas:

9. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
8. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSD).
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
10. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
11. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁹⁾	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹³⁾	2. VAGO ^(10,13,14,16)
(13,18)	3. VAGO ⁽¹⁴⁾
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁵⁾	4.
	5.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁷⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁷⁾
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁸⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹¹⁾	4. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾	1. Senador Sérgio Petecção ^(1,2)
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1.
	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 97/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº 20/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽¹¹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹¹⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹¹⁾
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹¹⁾	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁰⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹³⁾	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽⁸⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁸⁾	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽⁹⁾
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁹⁾	3. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽³⁾	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) ^(7,18)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁷⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,17)
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Carlos Viana ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).



12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
17. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
18. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁾	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽⁹⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁹⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾	4. (8,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁰⁾	5.
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹³⁾	6.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁷⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽⁷⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹²⁾	4. Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁷⁾
	5. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾	1. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
13. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
14. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹¹⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹¹⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹¹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(10,13)
VAGO ^(5,15)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁸⁾
	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,9)	3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾	4. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,16,17)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLI).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
13. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
14. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão(Of. nº 06/2019-BPUB).

16. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).

17. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).

18. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).

19. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁹⁾
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁸⁾	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹³⁾
Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁷⁾	2. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁷⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁴⁾	3. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽¹⁶⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽²⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾	1. Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽³⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luís Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).

2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹¹⁾	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁷⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(6,19)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁹⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁹⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽¹⁰⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽¹⁰⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹³⁾	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
VAGO ^(4,15)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(4,16)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽⁴⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽⁴⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁸⁾	1. Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) ^(8,18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁸⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	1. Senador Carlos Viana ^(2,3)
Senador Angelo Coronel ^(2,3)	2. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁵⁾	1.
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).
16. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
17. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
18. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁸⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁵⁾
	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,6)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
5. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
6. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
7. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
8. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,17)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁷⁾	3. VAGO ^(7,16)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹²⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁵⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽⁵⁾
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁶⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(6,13)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽⁹⁾	4. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(2,15)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar ⁽¹⁾	2. Senador Omar Aziz ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽³⁾	1. Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽¹¹⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,11)	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
13. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLIID).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
15. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).
16. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
17. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS	
	DEM
Senador Rodrigo Pacheco (MG)	
	PSD
Senador Irajá (TO)	
	PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)	



3) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019**Notas:**

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



4) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



5) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL*(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS	
REDE	
Senador	Randolfe Rodrigues (AP)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

